



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO – LET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO – POSTRAD

ANA ALETHÉA DE MELO CÉSAR OSÓRIO

DE WALTER BENJAMIN AOS DIAS DE HOJE: A TRADUÇÃO DE TRADUTOLOGIA
SOB A PERSPECTIVA DA EDITORAÇÃO

BRASÍLIA

2020

ANA ALETHÉA DE MELO CÉSAR OSÓRIO

DE WALTER BENJAMIN AOS DIAS DE HOJE: A TRADUÇÃO DE TRADUTOLOGIA
SOB A PERSPECTIVA DA EDITORAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Estudos da Tradução.

Área de concentração: Tradução em contexto

Linha de pesquisa: Teoria, Crítica e História da Tradução

Orientadora: Profa. Dra. Germana Henriques Pereira

BRASÍLIA

2020

Ficha catalográfica gerada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

d083w de Melo César Osório, Ana Alethéa
De Walter Benjamin aos dias de hoje: a tradução de
tradutologia sob a perspectiva da editoração / Ana Alethéa
de Melo César Osório; orientador Germana Henriques Pereira.
- Brasília, 2020.
172 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Estudos de Tradução)
Universidade de Brasília, 2020.

1. Estudos da Tradução. 2. Tradutologia. 3. Tradução de
teoria. 4. Editoração. I. Henriques Pereira, Germana,
orient. II. Título.

ANA ALETHÉA DE MELO CÉSAR OSÓRIO

DE WALTER BENJAMIN AOS DIAS DE HOJE: A TRADUÇÃO DE TRADUTOLOGIA
SOB A PERSPECTIVA DA EDITORAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Estudos da Tradução.
Área de concentração: Tradução em contexto
Linha de pesquisa: Teoria, Crítica e História da Tradução
Orientadora: Profa. Dra. Germana Henriques Pereira

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Germana Henriques Pereira
Universidade de Brasília
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Marta Pragana Dantas
Universidade Federal da Paraíba
(Membro externo)

Prof. Dr. Rony Márcio Cardoso Ferreira
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(Membro externo)

Prof.^a Dr.^a Alice Maria de Araújo Ferreira
Universidade de Brasília
(Suplente)

A Gioconda, por instilar em nós o amor pelas línguas e pelos livros.

A Germana, por insistir em mim como pesquisadora, *malgré moi*.

AGRADECIMENTOS

A Germana, Patrícia e Rodrigo, pelos esforços incansáveis para promover a Tradução nos últimos anos, na forma de eventos e publicações, que me permitiram acompanhar as pesquisas na área, mesmo afastada da vida acadêmica.

A Alice Maria de Araújo Ferreira, pelas valorosas contribuições durante a banca de qualificação.

A Clarissa Marini e Lia Miranda, pela inspiração e pelas trocas inestimáveis.

Aos servidores da Editora UnB, a quem agradeço na figura das queridas Denise e Marina, por dividirem a dor e a delícia de lidar com livros no cotidiano.

Aos “mestrados anônimos”, Adriana, Ana Carolina, Carol, Hislla, Marcelo, Myllena, Natália e Pedro, por me lembrarem que a Academia pode ser um espaço genuíno de colaboração e afeto.

RESUMO

Na esteira das tendências contemporâneas de pesquisa em Tradução voltadas à reflexão da disciplina sobre si mesma, identificadas por Echeverri (2017) como “metavirada”, podemos encontrar os estudos bibliométricos, a publicação de textos de referência que coligem as contribuições mais significativas para a área e a tradução de textos teóricos sobre tradução. Nessa tônica, esta pesquisa propõe-se a apresentar um projeto editorial e um projeto de tradução para o português da segunda parte da obra teórica *De Walter Benjamin à nos jours: essais de Traductologie*, de Inês Oseki-Dépré, visando a uma eventual publicação da tradução em formato de livro. Além das questões epistemológicas relativas à gênese e à nomenclatura das vertentes da disciplina abordadas pela autora no original – identificadas nesta pesquisa como *traductologie* e *translation studies* – investigou-se a correlação entre a institucionalização dos cursos de Tradução no Brasil e a publicação de obras de teoria da tradução. Na tradução comentada, foi dada ênfase ao projeto editorial, elaborado de forma a estruturar as escolhas tradutórias. Foram discutidas e propostas soluções relativas aos aspectos editoriais da tradução, relativas à normalização, desde os aparatos textuais, a ordenação das notas, tanto da autora como da tradutora, à inclusão dos elementos obrigatórios do livro e às normas empregadas para padronização de citações e referências. Para tanto, recorreu-se à investigação das práticas do meio editorial, por meio de questionário aplicado a profissionais do livro e da tradução, e das recomendações estipuladas pelos manuais de editoração no Brasil. Busca-se assim fomentar a bibliodiversidade, tornando acessíveis em língua portuguesa proposições teóricas até então limitadas àqueles que dominem a língua francesa, além de contribuir para o desenvolvimento dos discursos e das práticas de pesquisa no Brasil, ao mesmo tempo inteligíveis para a comunidade internacional de pesquisadores, por terem bases e referências bibliográficas em comum, mas que dialoguem com a produção teórica e os cenários locais, como forma de contribuição original do pensamento brasileiro para a grande área da Tradução. Ademais, buscou-se trazer elementos relativos ao mercado editorial e à produção e editoração de livros para o horizonte dos tradutores.

Palavras-chave: Estudos da Tradução. Tradutologia. Tradução de teoria. Editoração.

ABSTRACT

Contemporary tendencies in Translation Studies research focused on the discipline itself, a movement identified by Echeverri (2017) as a “metaturn”, comprise bibliometric studies, the publication of encyclopedias, handbooks, readers and the translation of theoretical texts about translation. Following such trends, the main goal of this research is to present an editorial project and a translation project, from French to Portuguese, for the second part of France-based Brazilian scholar Inês Oseki-Dépré’s *De Walter Benjamin à nos jours: essais de Traductologie* (2007) [From Walter Benjamin to nowadays: translation essays], aiming at a possible print edition. Besides the epistemological matters related to the genesis and the name of these two versions of the discipline addressed by the author – identified as “traductologie”, in French, and translation studies, in English – the correlation between the institutionalization of Translation programs in Brazil and the publication of translation theory works was also investigated. In this commented translation, emphasis was placed on the editorial project, designed to structure translation choices. Solutions were analyzed and discussed regarding the editorial aspects of the translation, from textual apparatuses, the ordering of notes, both by the author and the translator, to mandatory elements of the book and standards that apply to quotations and references. To this end, an investigation of the practices of the publishing industry was carried out by means of a questionnaire applied to book and translation professionals, as well as guidelines established by publishing manuals in Brazil. The aim is to promote bibliodiversity by making accessible in Portuguese theoretical propositions otherwise limited to those who have mastered the French language, in addition to contributing to the development of native discourses and research practices at the same time intelligible to the international community of translation researchers, for having common bases and references, but that also reflect local theoretical production and scenarios, as a form of original contribution of Brazilian critique to Translation Studies. In addition, this research seeks to bring publishing elements to the translators' horizon.

Keywords: Translation studies. Traductologie. Theory translation. Editing. Publishing.

RÉSUMÉ

Parmi les tendances contemporaines de la recherche en traduction, selon lesquelles la discipline se tourne vers elle-même, ce que Echeverri (2017) a identifié comme une sorte de « méta-virage », on peut trouver les études bibliométriques, la publication d'encyclopédies, de manuels, de guides de lecture et la traduction de textes théoriques sur la traduction. En accord avec cette tendance, l'objectif principal de cette recherche est de présenter un projet éditorial et un projet de traduction, du français au portugais, de la deuxième partie de l'œuvre d'Inês Oseki-Dépré *De Walter Benjamin à nos jours: essais de Traductologie* (2007) en vue d'une éventuelle publication de la traduction en format imprimé. Outre les questions épistémologiques liées à la genèse et au nom de ces deux versions de la discipline abordées par l'auteur – identifiées comme traductologie, en français, et « translation studies », en anglais – la corrélation entre la création de cours et de programmes universitaires de traduction au Brésil et la publication d'ouvrages de traductologie a également été étudiée. Dans cette traduction commentée, le projet éditorial, destiné à structurer les choix de traduction, a été mis en avant. On a analysé et discuté des solutions concernant les aspects éditoriaux de la traduction, l'appareil textuel, l'ordre des notes, tant par l'auteur que par la traductrice, aux éléments obligatoires du livre et aux normes qui s'appliquent aux citations et aux références. À cette fin, une enquête sur les pratiques les plus fréquentes concernant les traductions dans le métier du livre a été réalisée au moyen d'un questionnaire appliqué aux professionnels de l'édition et de la traduction, ainsi qu'une analyse des recommandations établies par les manuels d'édition au Brésil. L'objectif est de promouvoir la bibliodiversité en rendant accessibles en portugais des propositions théoriques autrement limitées à ceux qui ont maîtrisé la langue française, en plus de contribuer au développement de discours et de pratiques de recherche autochtones en même temps intelligibles à la communauté internationale des chercheurs en traduction, pour avoir des bases et des références communes, mais qui reflètent aussi la production théorique et les scénarios locaux, comme une forme de contribution originale de la critique brésilienne à la traductologie. En plus, cette recherche vise à apporter des éléments du domaine de l'édition de livres à l'horizon du traducteur.

Mots-clés: Traductologie. Translation studies. Traduction de théorie. Édition. Traduction éditoriale.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Marcos iniciais do emprego de " <i>traductologie</i> "	21
Figura 2 – Marcos iniciais do emprego de " <i>translation studies</i> "	25
Gráfico 1 – Quantidade de livros de ETI publicados no Brasil em cada década.....	36
Figura 3 – Estilo da autora: períodos intercalados com exemplos e observações.....	54
Figura 4 – Produção e venda de traduções no setor editorial brasileiro (2018)	59
Quadro 1 – Respostas à pergunta 2 do questionário	61
Quadro 2 – Respostas à pergunta 3 do questionário	62
Quadro 3 – Respostas à pergunta 4 do questionário	63
Quadro 4 – Respostas à pergunta 5 do questionário	64
Quadro 5 – Respostas à pergunta 6 do questionário	65
Quadro 6 – Respostas à pergunta 7 do questionário	66
Quadro 7 – Respostas à pergunta 8 do questionário	67
Quadro 8 – Respostas à pergunta 9 do questionário	67
Quadro 9 – Respostas à pergunta 10 do questionário	68
Figura 5 – Traços ene e hifens do original	73
Figura 6 – Indicação de supressões do original.....	74
Figura 7 – Aspas francesas e aspas inglesas no original	75
Figura 8 – Capa de <i>Algo : preto</i> , de Jacques Roubaud, traduzido por Inês Oseki-Dépré	76
Figura 9 – Emprego de itálicos no original	77
Figura 10 – Exemplo de citações de obras em inglês no original	85
Figura 11 – Citação de Octavio Paz no original.....	86
Figura 12 – Citação de Nietzsche no original	87
Figura 13 – " <i>Gender translation</i> " no original	97
Figura 14 – Emprego dos adjetivos " <i>translationel/le/s</i> " no original	100
Figura 15 – Emprego de " <i>rayonnement</i> " no original.....	102

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – TRADUÇÃO DE TRADUTOLOGIA OU DE TEORIA DA TRADUÇÃO	17
1.1 <i>Traductologie</i>	18
1.2 <i>Translation studies</i>	23
1.3 O nome dos estudos da tradução no Brasil.....	30
1.4 Metavirada e a publicação de teoria da tradução no Brasil	33
CAPÍTULO 2 – DA POÉTICA AO INTERCULTURAL: AS TEORIAS SOCIOLÓGICAS DA TRADUÇÃO	41
2.1 Sobre Inês Oseki-Depré.....	41
2.2 <i>De Walter Benjamin à nos jours</i>	42
2.3 Da hermenêutica à ética da tradução	43
2.4 Da ética à sociopolítica.....	48
CAPÍTULO 3 – PROJETO EDITORIAL E PROJETO DE TRADUÇÃO	55
3.1 Projeto editorial	56
3.1.1 A tradução no processo de editoração	58
3.1.2 Normalização e padronização.....	70
3.1.3 Referências	80
3.1.4 Citações	83
3.1.5 Notas.....	90
3.2 Tradução comentada (projeto de tradução)	93
3.2.1 A deontologia de Pym	94
3.2.2 Gender translation ou tradução feminista.....	96
3.3.3 Polissistemas.....	99
3.3.4 Pós-colonialismo e sociologia da tradução.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	107

APÊNDICE A – OBRAS SOBRE TRADUÇÃO NO ACERVO DA BIBLIOTECA NACIONAL PUBLICADAS ENTRE 2010 E 2019.....	116
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO	120
APÊNDICE C – TRADUÇÃO DA SEGUNDA PARTE DA OBRA	129

INTRODUÇÃO

Sempre presente entre as atividades humanas e, no entanto, até pouco tempo percebida como atividade secundária, a tradução como área de estudos acadêmicos só começou a se consolidar no fim dos anos 1970, estabelecendo-se como disciplina independente nos anos 1980, com crescente interesse voltado para sua teoria e prática, até conhecer sua expansão global na década de 1990:

Na última década do século XX, os estudos da tradução atingiram certa autoridade institucional, manifesta de modo mais tangível em uma proliferação mundial de programas de formação de tradutores e uma enxurrada de publicações acadêmicas. Essas publicações, editadas tanto por editoras comerciais quanto por editoras universitárias, eram acadêmicas em sentido estrito: manuais de formação, enciclopédias, periódicos, anais de eventos, coletâneas de artigos, monografias e livros didáticos que reuniam uma série de formulações teóricas – como este. (VENUTI, 2012, p. 271, tradução nossa).¹

Para Bassnett (2002), a explosão dos meios de comunicação e da globalização fez com que se buscasse urgentemente conhecer nossos pontos de partida, o que se reflete no desenvolvimento de pesquisas sobre a história da tradução e sobre como a tradução moldou nosso conhecimento do mundo.

A constante reflexão sobre a tradução é uma necessidade interna da disciplina para definir-se e situar-se por si mesma e, por conseguinte, ser comunicada, compartilhada e ensinada. Berman (2002, p. 12) identifica a constituição de uma história da tradução como "a primeira tarefa de uma teoria moderna da tradução", tendo em vista sua importância, especialmente por ser indissociável da história das línguas, culturas e literaturas. Ele coloca essa necessidade de conhecer o lugar ocupado pela tradução na história como forma de situá-la melhor no presente, tendo em vista seu histórico de condição ancilar.

Desde então, entre suas inúmeras possibilidades de desenvolvimento, a Tradução² – seja na vertente da *traductologie* ou dos *translation studies* ou quaisquer outras, como viremos a discutir – tem se debruçado cada vez mais sobre si. Como colocam Brem, Meylaerts e Van Doorslaer (2014, p. 1, tradução nossa) “não há dúvida de que a autorreflexão e a metarreflexão são características de qualquer disciplina dinâmica e em desenvolvimento. No entanto, é

¹ In the last decade of the twentieth century, translation studies achieved a certain institutional authority, manifested most tangibly by a worldwide proliferation of translator training programs and a flood of scholarly publishing. The publications, issued by commercial as well as university presses, were academic in the strict sense: training manuals, encyclopedias, journals, conference proceedings, collections of research articles, monographs, and readers that gather a variety of theoretical statements – such as the present one.

² Neste trabalho, adotaremos “Tradução”, com inicial maiúscula, como hiperônimo para abarcar os múltiplos discursos acadêmicos e científicos sobre a tradução, independentemente da origem.

possível argumentar que a metarreflexão esteja excepcional e claramente presente nos estudos da tradução”.³

Nessa tônica de pensarmos criticamente tanto sobre a experiência tradutória, o que constitui a própria definição de tradutologia para Berman (2002), quanto sobre o cenário acadêmico em que esse tipo de reflexão se desenvolve é que foi engendrado o projeto de pesquisa “De Walter Benjamin aos dias de hoje: tradução de tradutologia sob a perspectiva da editoração”, a partir de uma tradução comentada para o português, com foco nas questões editoriais, da segunda parte da obra teórica *De Walter Benjamin à nos jours: essais de traductologie*, de Inês Oseki-Dépré.

Inês Oseki-Dépré é tradutora, professora e pesquisadora e teórica dos Estudos da Tradução. Nascida em São Paulo, mudou-se para a França após a conclusão do seu doutorado, onde consolidou sua carreira. Verteu para o francês vários autores canônicos de língua portuguesa, como Antônio Vieira, Fernando Pessoa, Guimarães Rosa, Haroldo de Campos, entre outros (ROSSI; SOUSA, 2012).

Como autora, além de ensaios e artigos, publicou diversas obras na área de Estudos da Tradução, como *Théories et pratiques de la traduction littéraire* (1999) pela editora Armand Colin e *De Walter Benjamin à nos jours: essais de traductologie* (2007) pela editora Honoré Champion, ambos ainda não publicados no Brasil. Nesta última, a autora apresenta uma interpretação do texto *Die Aufgabe des Übersetzers* do filósofo alemão Walter Benjamin, conhecido no Brasil por *A Tarefa do Tradutor*.

Essa tendência verificada nas publicações de teoria da tradução do início do milênio, de abordar longos períodos históricos – com títulos que trazem a estrutura “de...a” – pode ser encontrada, além de Oseki-Dépré, em Douglas Robinson na obra *Western Translation Theory from Herodotus to Nietzsche* (1997) e em Michel Ballard na obra *De Cicéron à Benjamin* (1992), da qual a obra de Oseki-Dépré nos parece uma sequência, ao menos temporal, por apresentarem o mesmo marco. A obra de Ballard concentra-se nas elaborações prototeóricas acerca da tradução anteriores a Benjamin, enquanto a obra de Oseki-Dépré concentra-se nos desdobramentos posteriores aos do filósofo alemão.

A proposta de Oseki-Dépré nessa obra teórica é, além de propor uma espécie de "tradução própria" do texto benjaminiano, examinar casos (textos, teorias e mesmo práticas tradutórias) derivadas desse texto, o que ela denomina "efeito Benjamin". Na primeira parte

³ There is no doubt that self-reflection and meta-reflection are characteristic of every dynamic and developing scholarly discipline. Nevertheless, it is arguable that meta-reflection is exceptionally clearly present in translation studies.

(*Entre herméneutique et poétique*) são apresentadas as abordagens teóricas benjaminianas mais diretas (Berman, Meschonnic e Haroldo de Campos), enquanto a segunda parte (*Du poétique à l'intercultural*) é reservada àquelas tidas como leituras desviadas, de cunho mais sociológico, como os estudos de gênero, pós-coloniais, a deontologia de Pym e a teoria dos polissistemas de Even-Zohar. Por fim, a terceira parte é dedicada a exemplos práticos ("prolongements vers la pratique") dessas abordagens.

Em seus ensaios de tradutologia (*essais de traductologie*, nos diz o subtítulo), a autora faz uma espécie de mapeamento bastante particular da Tradução em suas várias correntes epistemológicas e o faz a partir de seu referencial, deixando explícitas suas adesões e resistências. Como se costuma fazer no ensaio desde que foi cunhado por Montaigne – gênero caracterizado por uma “íntima conexão entre o modo com que o autor observa a realidade e o modo com que a traduz em palavras”, para Iozzi-Klein e Cavallari (2015, p. 105) –, Oseki-Dépré constrói sua argumentação na medida em que seu pensamento se desenvolve, de forma não necessariamente linear, em várias pequenas dissertações, como poderíamos classificar as três partes da obra, oferecendo ao leitor uma reflexão sobre a teoria da tradução a partir da crítica de outras obras teóricas, sem pretender, no entanto, esgotar o tema.

Diferente de outras obras publicadas na mesma época, que compilam de forma mais ou menos cronológica e pretensamente imparcial as teorias surgidas no campo da Tradução, *De Walter Benjamin à nos jours...* traz um estudo não sistemático de algumas dessas vertentes, tornando o tema único a partir da percepção subjetiva da autora, que estabelece relações novas e uma reflexão personalíssima, selecionando conforme seu ponto de vista os aspectos que pretende criticar, apontando contribuições e contradições de outros teóricos da Tradução.

É de causar estranhamento que *De Walter Benjamin à nos jours...* ainda não tenha sido traduzida e publicada no Brasil – e conseqüentemente lida em português e adotada nos cursos de Tradução – mais ainda por ser de autoria de uma franco-brasileira e abranger de forma original tantas vertentes das teorias da tradução, incluindo a contribuição de Haroldo de Campos, talvez nosso maior expoente no domínio global da disciplina. Uma explicação possível é o declínio do francês em relação ao inglês no mercado editorial. Para Dantas e Perrusi (2015, p. 124),

valores econômicos, advindos da nova estruturação do mercado editorial, condicionam e até aprofundam a hegemonia linguística do inglês e, ao mesmo tempo, embora em ritmos diferentes, o declínio do francês no campo da tradução e da publicação.

Ao considerarmos o contexto editorial brasileiro, ainda há poucas obras teóricas de tradução traduzidas publicadas nos últimos anos, o que seria corroborado pelos dados que

levantamos a esse respeito, conforme veremos no capítulo 1 e no apêndice A, incluindo as obras de referência para os pesquisadores de nossas instituições, citadas com frequência e lidas pelos estudantes em fase de formação inicial.

Este projeto surgiu em uma fortuita interseção entre o mercado editorial e a Tradução, no cotidiano da Editora Universidade de Brasília, à qual também estão vinculadas orientanda e orientadora desta pesquisa, e onde foi já desenvolvida pesquisa em nível de graduação sobre a obra de Inês Oseki-Dépré com a finalidade de publicação, como pudemos acompanhar na tradução dos artigos “Langage amoureux/ amour de la langue?” e “Traduction et herméneutique”, realizada por Natália Oásis de Oliveira (2018) durante estágio supervisionado nessa editora.

A realização de traduções de obras teóricas para o contexto editorial universitário enseja o dimensionamento de outros elementos relativos ao processo de transformação do texto traduzido em um produto, voltado para um público-alvo específico, e suas implicações na recepção dessa tradução. Para Terry Hale,

Editoras universitárias são da mesma forma imunes às pressões comerciais, apesar de muitas gerarem receitas consideráveis (a Oxford University Press tem um volume de negócios de mais de 425 milhões de libras por ano). A existência desse tipo de editora traz tanto prestígio e credibilidade à instituição que a hospeda quanto meios de participar do debate acadêmico. Apesar de a publicação de traduções, de natureza literária ou acadêmica, não ser sua atividade principal, editoras universitárias ainda assim publicam várias traduções a cada ano. Também significativo, o prestígio de uma imprensa universitária pode ajudar a elevar o perfil de um determinado autor ou escola de pensamento, assumindo assim um papel maior na reformulação dos cânones. (HALE, 2008, p. 220, tradução nossa).⁴

Justamente por serem de grande valia para o desenvolvimento dos estudos brasileiros da Tradução, e quebrarem a hegemonia do inglês determinada pelo mercado, *Théories et pratiques de la traduction littéraire* (1999) e *De Walter Benjamin à nos jours: essais de traductologie* (2007) de Inês Oseki-Dépré farão parte do catálogo da Editora UnB e devemos vê-las publicadas em português em breve.

Em meio às negociações para obtenção dos direitos autorais dessas obras e viabilização da tradução, começamos a nos perguntar: quais são as particularidades envolvidas na tradução

⁴ Academic presses are likewise relatively immune to commercial pressures, though some generate considerable revenues (Oxford University Press has an estimated turnover of £425 million per annum). The existence of such a press brings prestige and credibility to the host institution and the means of participating in academic debate. Although the publishing of translations, whether of a literary or scholarly nature, is not their main activity, academic presses do nonetheless issue a number of important texts in translation every year. Equally significantly, the kudos of a university imprint can help raise the profile of a particular writer or school of thought and so play a major part in the reformulation of canons

de uma obra teórica sobre tradução? O que diferencia o processo de produção editorial de uma obra dessa natureza? Há parâmetros estabelecidos pelo meio acadêmico e pelo meio editorial?

Diante desses questionamentos é que estruturamos esta pesquisa, com o objetivo de, além de ter como produto uma *tradução comentada*, identificar as principais características desse texto teórico sobre a tradução em particular, situando-o ao mesmo tempo no contexto de produção, publicação e circulação da obra original e no cenário global dos estudos sobre a disciplina, a partir de uma perspectiva histórica da institucionalização da Tradução.

A partir de então poderemos realizar uma análise crítica dos possíveis caminhos que o tradutor brasileiro pode percorrer para fundamentar suas escolhas ao lidar de com um texto de tradutologia, ao expormos nossos percursos, soluções e referências em um *projeto de tradução*, resultando em uma discussão essencialmente “*meta*”. Por ser realizado com vistas à publicação e por ter sido gestado e norteado pelo contexto editorial, outro objetivo correlato, indissociável do primeiro, consiste na elaboração de um *projeto editorial* que estruture o texto traduzido visando uma eventual publicação em formato de livro, impresso ou digital, considerando as práticas de normalização mais comuns entre as editoras brasileiras.

Para tanto, o objeto de estudo e principal elemento do *corpus* adotado foi o original em francês *De Walter Benjamin à nos jours: essais de traductologie* (2007) de Inês Oseki-Dépré, centrado em sua segunda parte, “Du poétique à l’interculturel”, que nos suscitaria questões de pesquisa bastante interessante no que diz respeito às escolhas tradutórias e editoriais em obras com citações multilíngues. A segunda parte da obra foi escolhida tanto pela afinidade que esta autora tem com as abordagens sociológicas da tradução, muitas publicadas em inglês, quanto pelo fato de a primeira parte da obra já ter sido objeto de pesquisa no âmbito do Postrad.⁵

Entendemos que essa obra é relevante para os estudos da tradução no Brasil não só por ser de autoria de uma brasileira, mas devido à síntese e, sobretudo, à análise crítica que propõe das várias correntes da tradutologia, em um trabalho arqueológico no qual busca traços de filiações epistemológicas – e históricas – entre alguns dos nomes que elaboraram um pensamento teórico acerca da tradução desde Benjamin, o que justifica sua escolha como objeto de estudo.

Dessa forma, buscamos contribuir com a pesquisa na área ao realizarmos a tradução para o português, tornando-a disponível para pesquisadores e estudantes, e mormente a partir de nossa reflexão acerca de como o conteúdo exposto pela autora e o viés adotado por ela, em todas as suas intertextualidades, dialogam com as formas contemporâneas da tradução.

⁵ Cf. glossário produzido por Marini (2015).

Sabemos que a tradução de textos teóricos ajuda a fomentar o desenvolvimento da disciplina em suas diversas versões ao redor do globo, impactando diretamente a forma como esta é recebida, compreendida e desenvolvida pelos pesquisadores de cada comunidade acadêmico-científica.

Ao expor séculos de conceitos fundamentais da teoria da tradução de forma ao mesmo tempo didática e crítica, a autora traça paralelos entre concepções da tradução que vão desde Cícero – com as incontornáveis noções de tradução “livre” e “literal” – às tendências transdisciplinares que encontramos na pesquisa contemporânea em tradução, como os estudos de gênero e as teorias pós-coloniais, o que é de grande valia para uma compreensão geral dos estudos da tradução. A nosso ver, o mérito da segunda parte da obra está justamente na articulação das teorias de caráter filosófico, identificado pela autora como “hermenêutico”, e as tendências contemporâneas que enfatizam questões sociais e culturais.

Logo no início da pesquisa foi feita uma tradução preliminar, apenas para darmos cabo da etapa mais volumosa, sem muita preocupação com padronização e sem enfrentamento das dificuldades, deixadas para um momento posterior, no qual pudemos rever pontos controversos, discutir propostas com base em outras traduções publicadas e estruturar o texto traduzido como um “produto final”, no qual projeto editorial e projeto de tradução se apresentam imbricados. Aliás, desconfiamos que seja no enfrentamento das dificuldades e nas escolhas feitas de modo refletido, crítico, não automático, que o projeto de tradução se revele.

Para chegarmos aos objetivos propostos, tradução, projeto editorial e projeto de tradução, apresentados no texto final desta dissertação, seguimos a seguinte metodologia, na qual as etapas por vezes se sobrepuseram. Uma vez definido o *corpus*, levantadas as referências e feito um esboço do texto traduzido, foi necessário entender o contexto maior das elaborações teóricas sobre a tradução a que a autora se referia na segunda parte da obra, o conteúdo a ser traduzido propriamente, bem como situar a autora e suas referências em relação a esse contexto.

A fim de compreender melhor de quais teorias da tradução a autora falava e quais eram as referências que orientavam sua crítica, foi fundamental nos debruçarmos sobre as correntes existentes na área que permeavam o texto teórico a ser traduzido, seus locais de surgimento e suas formas de desenvolvimento institucional. Ao analisarmos *translation studies* e *traductologie*, buscamos não só diferenciar esses termos e epistemologias, mas também entender como os estudos brasileiros da Tradução se situam nesse cenário e se chegam a configurar uma outra versão da disciplina. Para compreender nosso microcosmo, que não é tão micro como outrora, foi inevitável abordar a institucionalização da área no Brasil, a publicação de obras sobre tradução e identificar o papel da tradução de textos teóricos sobre a tradução

nesses sistemas de troca tão complexos entre instituições acadêmicas, que sustentam e moldam esses discursos sobre a Tradução tais como os conhecemos.

Uma vez que havíamos situado nossa pesquisa e nosso objeto de estudo dentro desse cenário maior, era hora de esmiuçarmos o texto original novamente, por meio de uma análise adensada pelo mapeamento anterior, em busca dos traços essenciais que fundamentam a estrutura textual, a partir dos quais é possível elaborar o projeto de tradução da obra, tendo em vista que, como Berman (1995, p. 25), também partimos da premissa segundo a qual “toda obra prevê sua tradução em sua estrutura”.

Tal como em uma obra de poesia, em que um poema representa o núcleo da obra e os demais desenvolvem alguns de seus aspectos, remetendo-se uns aos outros em “constelações poéticas” que constituem uma verdadeira “rede de tradução mútua” (BERMAN, 1995, p. 25), um texto teórico é permeado de intertextualidades em que os conceitos citados remetem uns aos outros em uma rede semântica que nos dá a chave para elaborar um projeto de tradução de tradutologia.

Foram consultados de forma complementar os outros textos críticos da autora e as obras citadas na segunda parte, sempre que acessíveis, listadas nas referências. No que concerne ao projeto editorial, foram consultadas outras obras de tradutologia publicadas no Brasil e traduzidas a partir do francês. Como referências principais dos parâmetros adotados nas editoras brasileiras, comparamos as disposições das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aplicáveis a livros (NBR 6029), citações (NBR 10520) e referências (NBR 6023) e os manuais mais recentes e completos, em nosso entendimento, a respeito da prática de editoração no Brasil: o *Manual de editoração e estilo* de Plínio Martins Filho (2016) e o clássico *A construção do livro* de Emanuel Araújo (2008).

Além da bibliografia sobre editoração, para sondarmos se as práticas mais comuns no mercado correspondiam às recomendações dos manuais, fizemos uma sondagem inicial por meio da aplicação de um questionário *on-line* divulgado entre profissionais do livro que trabalhassem com obras traduzidas. As respostas anônimas dos 23 participantes às dez perguntas que elaboramos sobre editoração de traduções, obtidas no intervalo de um mês em que o questionário esteve disponível, nos foram úteis para lidar com os elementos típicos da intertextualidade características de obras teóricas, como citações e referências.

Interessa-nos, como profissionais e pesquisadoras do livro e da tradução, explicitar os caminhos percorridos e, ao articular tanto os discursos teóricos sobre a tradução quanto as práticas consolidadas e recorrentes no meio editorial, testadas ao longo de várias décadas e resistentes a mudanças tecnológicas e paradigmáticas, apresentar um projeto de tradução de

tradutologia – entendida no sentido bermaniano de “reflexão sobre si mesma a partir da sua natureza de experiência” (BERMAN, 2002 [1985], p. 19)” – sob a perspectiva da editoração, isto é, um projeto de tradução pensado para ser publicado no Brasil.

Este trabalho está dividido em três capítulos: no primeiro, intitulado “Tradução de tradutologia ou de teoria da tradução”, abordaremos os conceitos de *traductologie* e *translation studies*, essenciais para que compreendamos as tradições de pesquisa articuladas na obra traduzida. Sabemos que ambas as nomenclaturas são vigentes e muitas vezes são empregadas como sinônimos, mas podem representar epistemologias e percursos históricos diferentes e tentam, cada qual à sua maneira, definir a Tradução e seu objeto de estudo.

O segundo capítulo, “Da poética ao intercultural”, consiste em apresentar, além de breves informações biográficas e relativas à produção teórica de Inês Oseki-Dépré, uma recensão da segunda parte da obra *De Walter Benjamin à nos jours: essais de traductologie*, na qual são discutidas as teorias ligadas aos *translation studies*.

No terceiro capítulo, intitulado “Projeto editorial e projeto de tradução” são apresentados o projeto editorial da obra e o projeto de tradução, constituído por comentário sobre os principais aspectos da tradução da segunda parte da obra. No projeto editorial, como eixo fundamental deste trabalho, daremos ênfase aos aspectos normalizadores adotados, desde os aparatos editoriais e a ordenação das notas, tanto da autora como da tradutora, às normas empregadas para padronização de citações e referências. Nele discutimos os resultados do questionário aplicado a profissionais do texto vinculados a editoras acerca de como as traduções são tratadas no meio editorial.

No projeto de tradução, serão discutidas as decisões mais complexas tomadas durante a tradução, sobretudo no que se refere à metalinguagem da disciplina, a conceitos consagrados por autores em outras línguas, como inglês e alemão, e ao caráter intertextual do original, bem como outros aspectos relativos à dimensão ética da tradução.

Nas considerações finais, avaliaremos o processo tradutório e as futuras possibilidades de pesquisa, seguidas, após as referências, de apêndices contendo o quadro de obras teóricas sobre tradução publicadas no Brasil na última década, o questionário aplicado, e o texto traduzido em sua integralidade.

CAPÍTULO 1 – TRADUÇÃO DE TRADUTOLOGIA OU DE TEORIA DA TRADUÇÃO

Apesar de já contar, no século XXI, com uma sólida institucionalização e tradição acadêmica, a área da Tradução ainda convive com diferentes nomenclaturas para designar a si conforme o local onde os estudos são conduzidos ou, ainda, conforme a abordagem de pesquisa e as referências adotadas (e traduzidas) pelos pesquisadores. No preâmbulo [*avant-propos*], de *De Walter Benjamin à nos jours*, Inês Oseki-Dépré antecipa a discussão levantada neste capítulo:

Evocaremos, sem nos deter por muito tempo sobre o tema, os estudos conduzidos paralelamente à tradutologia francesa nos países bilíngues ou anglo-saxônicos. Certamente não poderíamos esquecer os trabalhos oriundos dos *Descriptive Translation Studies*, originários da Escola de Tel Aviv e apresentados em 1974 por De Swaan no Colóquio Internacional de Tradutores em Leuven. Desse momento em diante, podemos dizer que se trata de *estudos totalmente opostos aos da tradutologia francesa*, na medida em que são inspirados na sociolinguística e conferem, ao menos em teoria, pouco espaço ao texto literário. Também nos interessa, na França, o caso de Pascale Casanova, que, mesmo se aproximando dessa "escola", apresenta muitos pontos em comum com Antoine Berman. (OSEKI-DÉPRÉ, 2007, p. 2, tradução nossa, grifo nosso).

Essa diversidade de estudos sobre a tradução também foi destacada pelo professor da Université de Montréal Alvaro Echeverri, membro do Grupo de Pesquisa sobre a História da Tradução na América Latina (HISTAL). Além de desenvolver pesquisas em pedagogia da tradução, o pesquisador colombiano também se dedica à pesquisa sobre o desenvolvimento acadêmico e teórico da Tradução pela análise de traduções de textos da área em inglês, espanhol e francês após a década de 1970 (COSTA; SOUSA, 2015). A partir dessa análise, com base também em sua experiência de graduação na Colômbia e mestrados nos Estados Unidos, ele constata que a maior parte da bibliografia da área está em inglês e que, quando se comenta a respeito dos textos teóricos em outra língua, surgem alguns problemas de compreensão que, em nosso entendimento, ultrapassam as questões puramente terminológicas.

No artigo “About maps, versions and translation studies”, Echeverri (2017, p. 8, tradução nossa) emprega *ad hoc* o termo “translatologia [*translatology*]¹” para se referir à disciplina de modo geral, à grande área da Tradução em âmbito acadêmico, afirmando que os

¹ “Translatologia” seria para o autor o hiperônimo que empregamos neste trabalho como “Tradução”, com inicial maiúscula, conforme explicitado em nota na Introdução.

termos *translation studies*, *traductologie* e *traductología* são empregados para se referir a três versões da mesma disciplina:

Desde o início dos anos 1970, a “translatologia” se desenvolveu e diversificou tanto que atualmente os termos *traductología*, *traductologie* e *translation studies* podem não corresponder aos mesmos cenários ou realidades quando a pesquisa e as práticas em tradução reais são levadas em consideração. Geralmente aceita-se que esses termos se referem à mesma disciplina: um ramo de pesquisa acadêmica frequentemente abrigado pelos departamentos das áreas de Humanidades, que lida com tradução (a atividade em todas as suas formas), tradutores (e outros agentes humanos que fazem parte das atividades de tradução) e textos traduzidos (qualquer coisa reconhecida como tradução).²

Para o autor, tais termos correspondem a diferentes versões dos estudos sobre Tradução desenvolvidos em determinadas línguas e tradições de pesquisa. Não se trata nesta pesquisa de discutir o melhor nome para a disciplina, e sim de discernir as versões da tradução ligadas a práticas de pesquisa em contextos acadêmicos específicos.

Os tópicos de pesquisa relacionados à *traductología*, embora não estejam restritos à língua espanhola, não farão parte do recorte desta pesquisa, mormente por não fazerem parte das referências citadas na obra traduzida por nós. Dessa forma, passaremos ao principal objeto de estudo quando se trata da obra de Inês Oseki-Dépré: a tradutologia de língua francesa, ou de expressão francesa, a *traductologie*.

1.1 *Traductologie*

Nos contextos de língua francesa, o termo “*traductologie*” carece de definição de dicionários convencionais (Larousse, Robert, etc.), o que nos leva, em um primeiro momento, a recorrer aos mecanismos de busca *on-line* para encontrarmos uma definição geral. O dicionário colaborativo *Wiktionnaire* nos informa que se trata de um “neologismo construído nos anos 1970 a partir da palavra *traduction* e do sufixo *-logie* e que “a tradutologia, como ciência, estuda o processo cognitivo e os processos linguísticos inerentes a toda reprodução (tradução) oral, escrita ou gestual, para uma linguagem, da expressão ou de uma ideia proveniente de uma outra linguagem (signos vocais (fala), gráficos (escrita) ou gestuais)”.³ É

² Since the early 1970s, translology has developed and diversified so vastly that today the terms traductología, traductologie and translation studies might not translate into the same landscapes or realities when actual translation research and translation practices are considered. It is generally accepted that these terms refer to the same discipline: a branch of scholarly research most frequently housed in humanities departments, dealing with translation (the activity in all its forms), translators (and other human agents taking part in translation activities) and translated texts (anything that has been recognized as translation).

³ La Traductologie, en tant que science, étudie le processus cognitif et les processus linguistiques inhérents à toute reproduction (traduction) orale, écrite ou gestuelle, vers un langage, de l'expression d'une idée provenant d'un autre langage (signes vocaux (parole), graphiques (écriture) ou gestuels). Disponível em: <https://fr.wikipedia.org/wiki/Traductologie>. Acesso em: 20 jan. 2020.

importante frisarmos que, o que será vital para a compreensão dos conceitos deste capítulo, que o sufixo *-logie*,⁴ pode ser compreendido tanto como ciência quanto como discurso – e aqui significam ambos.

Apesar de a origem do termo ser às vezes atribuída a Jean-René Ladmiral ou a Brian Harris (PRUVOST, 2013/a, p. 391), essa associação se dá de maneira equivocada. O próprio Harris (1988, p. 91-92) chegou a pensar ter cunhado um novo termo no artigo “La Traductologie, la traduction naturelle, la traduction automatique et la sémantique”,⁵ no qual justificou a adoção do neologismo com analogias dentro da terminologia da própria disciplina. Criticando as expressões *science of translation*, empregada por Nida em 1964, e *linguistic theory of translation*, empregada por Catford em 1965, Harris defendia que:

Tais perífrases apenas ressaltam a necessidade de um termo mais conciso. Imagine que a cada vez que quiséssemos falar de fonologia fosse necessário dizer *a teoria linguística da pronúncia!* Dessa forma, propomos um neologismo para preencher a lacuna. Conservaremos *traduction* para a operação praticada pelo tradutor, mas adotaremos *traductologie* para toda referência à análise [...] do fenômeno. (HARRIS, 1988, p. 91, tradução nossa).⁶

De fato, Brian Harris foi o primeiro a empregar o termo no Canadá – Antoine Berman e Jean-René Ladmiral o faziam do outro lado do Atlântico à mesma época (PRUVOST, 2013/4, p. 390) –, mas Harris reconheceu ter sido por ignorância que julgara em 1972 ter identificado uma nova necessidade ou cunhado um novo termo para preenchê-la, prestando as devidas reparações em relação a seus predecessores. Em nota de três páginas intitulada *Toward a Science of Translation*, publicada na revista *Meta*⁷ em 1977, ele estabeleceu o que parece ser, até o momento, a verdadeira origem do termo, atribuindo-a a um grupo de pesquisadores belgas:

Em 1968, um “grupo internacional de professores, intérpretes e de terminólogos” em Bruxelas buscava estabelecer um Centro internacional de estudo da tradução. O manifesto desse grupo foi publicado na [revista] *Babel XIV* (1968): 3.143 com os nomes de R. Goffin, P. Hurbin e J.-M. Vandermeersch [...] inclui o seguinte: A traductologie [sic] faz parte das disciplinas linguísticas e extralinguísticas.

[Posteriormente] outra sugestão veio de Jean Hesse, um tradutor aposentado da ONU. Ele escreveu para o Comitê de estudos de termos técnicos em francês para propor

⁴ O dicionário Robert nos dá a seguinte definição: “Élément (du grec *logia* «théorie») qui signifie «science, discours».”

⁵ Oriundo de palestra proferida em simpósio de Linguística realizado na Universidade de Québec em Montréal, no Canadá, em 1972. Publicado originalmente na revista *Cahier de Linguistique* em 1973, que desde 1981 passou a ser publicada sob o título *Revue Québécoise de Linguistique*. (COSTA, 2018, p. 173).

⁶ De telles périphrases ne font que souligner le besoin d'un terme plus concis. Imaginez-vous, si chaque fois qu'on voulait parler de phonologie, il fallait dire la théorie linguistique de la prononciation ! Nous proposons donc un néologisme pour combler la lacune. Nous conserverons *traduction* pour l'opération que pratique le traducteur, mais adopterons *Traductologie* pour toute référence à l'analyse... du phénomène.

⁷ Fundada em 1955 e atualmente sob direção do professor Georges L. Bastin – professor titular da Universidade de Montréal e presidente da Associação canadense de escolas de tradução (ACET) –, a revista *Meta* (*Journal des traducteurs/Translators' Journal*) é a revista de tradutologia mais antiga do mundo, em qualquer idioma. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/meta/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

translatique... Essa [sugestão] foi imediatamente sujeita a críticas cáusticas do [conhecido tradutor técnico francês] Jean Maillot [...] porque [entre outras razões], evoca transatlantique [...]

Maillot recomenda a adoção de “[...] um termo compreensível por todos, como Traductologie, já empregado por autores belgas e canadenses e, por isso mesmo, passível de ser admitido em toda a francofonia.”⁸ (HARRIS, 1977, p. 91, tradução nossa).⁹

No artigo “What I really meant by «Translatology?»”, Harris (1988, p. 93-94) relata que na ocasião – na nota publicada em 1977 – tinha uma preocupação em definir a tradutologia¹⁰ de forma não prescritiva. Procurou defini-la não em termos de análise linguística, mas como o estudo científico da tradução, que não levaria em consideração apenas as traduções produzidas, mas também a forma como os tradutores as produziam em situações reais de trabalho. Ele resume o conceito da seguinte forma:

A observação e registro científicos do que os tradutores fazem, como fazem, do que produzem e como as outras pessoas percebem o que eles fazem e produzem; com o objetivo de investigar os processos mentais dos tradutores, do nível mais elementar ao mais sofisticado, conforme suas habilidades linguísticas bilíngues se desenvolvem sob condicionamentos sociais. (HARRIS, 1988, p. 94).¹¹

Para esta pesquisa, a tradição de pesquisa ligada à *traductologie* nos interessa em particular, pois é nela, e no contexto francês de produção e publicação, que a obra de Inês Oseki-

⁸ O surgimento dos termos “francofonia” e seus derivados (“francofone”, “francófono/a”) é frequentemente atribuído ao seu emprego por Onésime Reclus em suas obras geopolíticas sobre a França e suas colônias, no fim do século XIX. Nelas, o geógrafo francês propunha uma classificação dos habitantes do planeta conforme a língua, acompanhada de um projeto “humanista” a partir de uma perspectiva francocêntrica e de uma visada imperialista (PROVENZANO, 2006, p. 3). A gênese dos discursos sobre a francofonia, no sentido político e cultural, do pós-guerra aos anos 1960, é marcada por um sentimento de declínio por parte dos franceses em relação à expansão do seu idioma e da sua cultura no mundo, o que Pinhas (2008, p. 51) chamou “a tormenta da decolonização [*la tourmente de la décolonisation*]”. Ainda que hoje o objeto de estudo da francofonia se delinee em termos de categoria sociodiscursiva, consideramos seu emprego problemático – assim como os outros termos que designam grandes blocos políticos e econômicos, como anglofonia, hispanofonia e lusofonia – em virtude de sua constituição no contexto colonial e consolidação mediante dinâmicas complexas de poder calcadas na apropriação, dominação e exploração de outros povos nos continentes americano, africano e asiático (SEVERO, p. 1322). Por essa razão, tais termos só serão empregados neste trabalho quando forem parte de citações de outros autores.

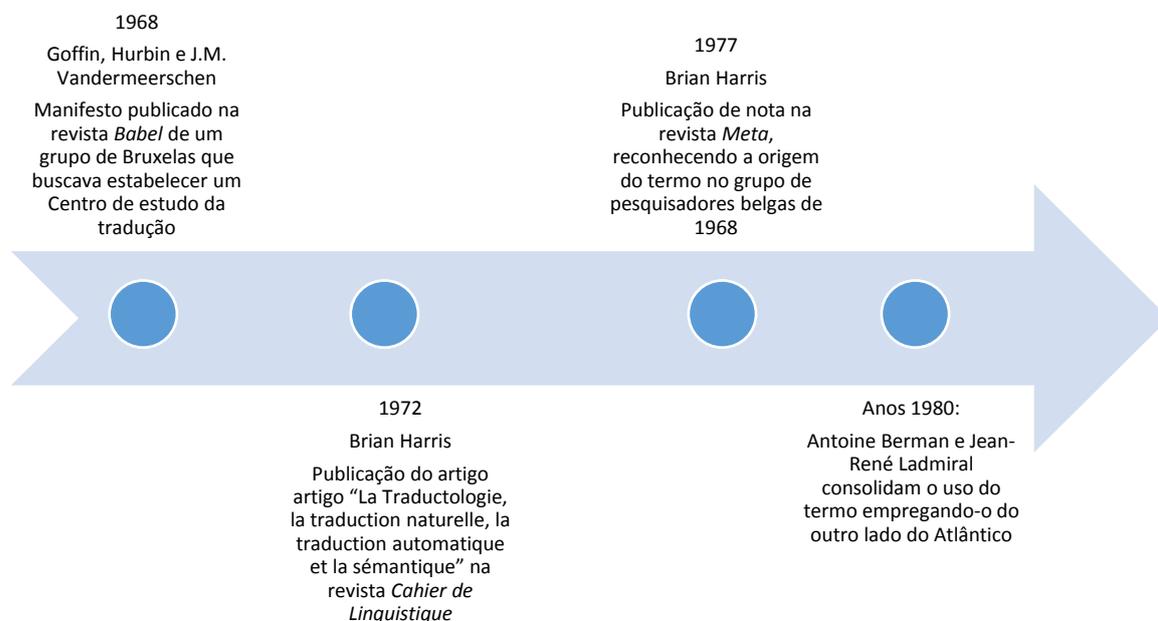
⁹ In 1968, a *groupe international de professeurs, d'interprètes et de terminologues* in Brussels ventured to set up a Centre international d'étude de la traduction. Their manifesto was published in *Babel* 14:3.143 over the names of R. Goffin, P. Hurbin and J.-M. Vandermeerschen. ...it includes the following: La traductologie [sic] participe des disciplines linguistiques et extra-linguistiques... [Later on] another suggestion came from Jean Hesse, a retired UNO translator. He wrote to the Comité d'études des termes techniques français to propose translatique... This was immediately subjected to some critique caustique from [the well-known French technical translator] Jean Maillot...because [among other reasons] it evokes *transatlantique*... Maillot goes on to recommend the adoption of «...un terme compréhensible de tous, tel celui de Traductologie, déjà employé par des auteurs belges et canadiens, et, par là même, susceptible d'être admis dans toute la francophonie».

¹⁰ É importante ressaltar que no artigo em questão Harris emprega os termos “traductology” e “traductologie” como equivalentes.

¹¹ The objectively recorded observation and scientific analysis of what translators do, how they do it, what they produce, and how other people perceive what they do and produce; with the aim of investigating translators' mental processes from the most elementary to the most sophisticated levels as their bilingual language skills develop under social conditioning.

Depré (2007) foi concebida e veiculada,¹² o que fica ainda mais claro na primeira parte do livro, dedicada à Benjamin, Berman e Meschonnic. Podemos acompanhar na figura a seguir alguns marcos temporais relativos ao emprego de termo “*traductologie*” no Canadá e na França.

Figura 1 – Marcos iniciais do emprego de “*traductologie*”



Fonte: elaboração da autora com base em Harris (1988).

Oseki-Dépré (2007, p. 30, tradução nossa) liga o termo “*traductologie*” de forma indelével à Berman, ao apontar a necessidade que a própria tradução tem de refletir sobre si: “essa reflexão, a que ele [Berman] dará mais tarde o nome de “*traductologie*”, deve se apoiar em primeiro lugar sobre a história da tradução e das grandes traduções e articular-se com a história da literatura”. Em *A tradução e a letra*, temos a definição bermaniana e a contextualização do uso na França:

Chamo a articulação consciente da experiência da tradução, distinta de qualquer saber objetivante e exterior a ela (assim como elaboram a linguística, a literatura comparada, a poética), de *tradutologia*. Este (relativo) neologismo já é monopólio dos nossos metodologistas e comparativistas (Seleskovitch & Lederer, 1984), como se se tratasse de uma nova disciplina cobrindo um campo de objetivação injustamente negligenciado até então. Mas sucede à “tradutologia” o mesmo que à “gramatologia” ou à “arqueologia”: nos dois casos uma determinação mais ou menos aceita foi desviada para significar outra coisa: menos o campo de um conhecimento do que o lugar aberto e revolvendo de uma reflexão [...]. A tradutologia: a reflexão da tradução sobre si mesma a partir da sua natureza de experiência. (BERMAN, 2002 [1985], p. 18-19, grifos do autor, aspas do original).

¹² Por essa razão o subtítulo desta dissertação traz a expressão “tradução de tradutologia” e não “tradução de teoria da tradução”. Ainda que a segunda parte articule os *translation studies* e a *traductologie*, Inês Oseki-Dépré e a obra *De Walter Benjamin à nos jours...* estão calcadas no pensamento e na tradutologia de expressão francesa.

O vínculo entre a *traductologie*, a tradutologia de expressão francesa, e as proposições teórico-filosóficas de Berman sobre a tradução pode ser encarado mais como uma epistemologia do que como mera classificação geográfica ou cultural, conforme explicitado por Alexis Nouss (2001, p. 8, tradução nossa) em publicação dedicada ao filósofo e germanista:

Primeira constatação: a tradutologia francófona se desenvolveu lendo Berman – assim como dizemos ter crescido ouvindo Bach e/ou os Beatles: em outros termos, a disciplina viu seu campo se afirmar, intelectual e institucionalmente, em paralelo à difusão das obras de Antoine Berman. Ele figura desde então entre os autores ensinados e inúmeras pesquisas se inscrevem em sua trajetória ou, ao menos, fazem referência a sua obra. [...] Quarta constatação: é possível evocar uma tradutologia francófona, não territorial ou da língua, mas epistemológica, em que determinada relação com o saber moldou um saber específico sobre a tradução. Tal orientação é identificável sobretudo em relação às abordagens positivistas ou cognitivistas em voga em outras tradutologias.¹³

Segundo Echeverri (2017, p. 9), “as palavras de Nouss confirmam a ideia de que diferentes versões da tradutologia estiveram pairando [*hovering*] por alguns anos”. Dessa forma, a existência de vários discursos teóricos sobre a Tradução pode nos mostrar como funcionam as dinâmicas da área, que devem ser retratadas conforme suas especificidades. A pesquisadora Maryvonne Boisseau (2009, p. 19, tradução nossa) avalia o campo francês da seguinte maneira:

Desde os primeiros desenvolvimentos da tradutologia, surgiram assim divergências teóricas fundamentais e, ao que parece, gradualmente um equilíbrio de forças a favor de discursos utilitários e multidimensionais a distanciou das duas definições propostas por A. Berman. Em suma, a tradutologia, agora reconhecida, tenderia para o que se assemelha a uma "ciência aplicada". [...] Assim, bem mais do que uma consequência de orientações divergentes ligadas a uma evolução normal dos discursos reajustados a novas situações culturais, a fragmentação da tradutologia (e mais do que a sua diluição) foi incluída, desde o início, nessas premissas teóricas essenciais. [...] Parece, de fato, que todo um discurso teórico sobre tradução se baseia em algumas ideias desenvolvidas por A. Berman enquanto ainda nos falta o aprofundamento exigido por todos os seus escritos ou, no mínimo, um confronto dessa reflexão com outras tentativas contemporâneas de tradução (em particular a de Henri Meschonnic) e o que se pensa e escreve hoje.¹⁴

¹³ Premier constat : la Traductologie francophone s’est développée en lisant Berman — comme on dit avoir grandi en écoutant Bach et/ou les Beatles : en d’autres termes, la discipline a vu son champ s’affirmer, intellectuellement et institutionnellement, en parallèle avec la diffusion des ouvrages d’Antoine Berman. Il figure désormais parmi les auteurs enseignés et nombre de recherches se situent dans son sillage ou, du moins, font référence à son œuvre. Quatrième constat : il est permis d’évoquer une Traductologie francophone, non territoriale ou langagière mais épistémologique, en ce qu’un certain rapport au savoir a façonné un savoir de la traduction spécifique. Une telle orientation est notamment repérable par rapport aux approches positivistes ou cognitivistes en vogue dans d’autres Traductologies.

¹⁴ Dès les premiers développements de la traductologie, sont donc apparues des dissensions théoriques fondamentales et il semble que, progressivement, un rapport de forces en faveur des discours utilitaires et multidimensionnels l’ait éloignée de ces deux définitions proposées par A. Berman. En somme, la traductologie, maintenant reconnue, pencherait vers ce qui s’apparente à une « science appliquée » [...] Ainsi, bien plus qu’une conséquence d’orientations divergentes liées à une évolution normale des discours se réajustant face à des situations culturelles nouvelles, l’éclatement de la traductologie (plutôt que sa dilution) était inscrit, dès l’origine, dans ces prémisses théoriques essentielles. [...] Il semble, en effet, que tout un discours théorique sur la traduction se fonde sur quelques idées développées par A. Berman tandis que fait défaut l’approfondissement appelé par

A crítica no diagnóstico de Boisseau se dá principalmente à ênfase no viés aplicado, e até mesmo tecnicista, que a disciplina tem apresentado neste século, correlacionado ao papel comunicacional atribuído à tradução no contexto da globalização (*mondialisation*) e às mudanças na escala e na forma como as traduções são produzidas devido às novas e cada vez mais cambiantes ferramentas tecnológicas atreladas ao ofício de tradutor, que Berman (2007, p. 19) chamou de tradútica (*traductive*), “a mais recente das disciplinas que, na esteira da informática, da prodútica, etc., querem agora anexar os ‘processos de tradução’ aos seus sistemas de produção”.

As exigências do mercado de trabalho, demandando constantes atualizações, também têm seu peso sobre as instituições acadêmicas que oferecem cursos de formação de tradutores, devendo, portanto, preparar os alunos para a realidade profissional e encontrar mecanismos e critérios objetivos (na medida do possível e sabendo que esta nunca será uma questão pacificada) de avaliar o desempenho desses alunos como tradutores. Para Boisseau (2009, p. 11), é no contexto dessa tensão entre o lado útil e funcional e o lado teórico e especulativo que se deve considerar o lugar e a orientação dos discursos sobre a tradução.

Por entendermos que uma das principais características da 2ª parte de *De Walter Benjamin à nous jours...* está justamente na articulação entre a *traductologie* – representada tanto pelo contexto francês de publicação e circulação da obra, majoritariamente benjaminiano/bermaniano, quanto pela própria formação da autora – e os *translation studies* – representados pelas teorias tidas por Oseki-Dépré como “desviantes” da leitura do texto de Walter Benjamin, abordadas na segunda parte da obra – faz-se necessário recorrermos também ao histórico desse termo em língua inglesa e a essa versão da disciplina, muitas vezes tida como sinônimo dos estudos da tradução como todo, como veremos a seguir.

1.2 *Translation studies*

Ao longo da história do Ocidente, nos deparamos com vários excertos de textos assinados por pensadores, homens políticos, religiosos acerca do ofício da tradução, nos quais encontramos reflexões e recomendações dos tradutores na forma de prefácios, comentários, discursos e notas. Em língua inglesa, a primeiro registro de texto crítico sobre a tradução é geralmente atribuído a Alexander Fraser Tytler, tradutor de alguns sonetos de Petrarca e uma

l'ensemble de ses écrits ou, à tout le moins, que manque une confrontation de cette réflexion avec d'autres tentatives contemporaines de la sienne (en particulier celle d'Henri Meschonnic) et ce qui se pense et s'écrit aujourd'hui.

peça de Schiller. No documento atualmente pouco conhecido intitulado *Essay on the Principles of Translation*, datado de 1791, ele elabora uma série de princípios da boa tradução, segundo os quais o tradutor deveria ter um gênio semelhante ao do autor para que a tradução fosse bem-sucedida (BASSNETT, 2013, p. 16).

Apesar de toda a evidência histórica de que a tradução tem sido não só uma prática milenar como também objeto de reflexões de todas as naturezas – da hermenêutica à recomendação aos iniciantes –, a formalização da disciplina como campo de investigação autônomo é um fenômeno do século XX. Susan Bassnett identifica um marco inicial no célebre artigo de James Holmes:

Provavelmente, o ponto em que começou a investigação sistemática dos processos de tradução foi durante a Segunda Guerra Mundial (1939-45). Essa é a visão de James Holmes, um tradutor e acadêmico estadunidense residente nos Países Baixos, no seu importante artigo "The Name and Nature of Translation Studies", publicado pela primeira vez em 1972. Holmes cunhou pela primeira vez o termo "estudos da tradução" nesse documento e seu trabalho foi de grande importância nos estágios iniciais do crescimento da disciplina. (BASSNETT, 2013, p. 17, tradução nossa).¹⁵

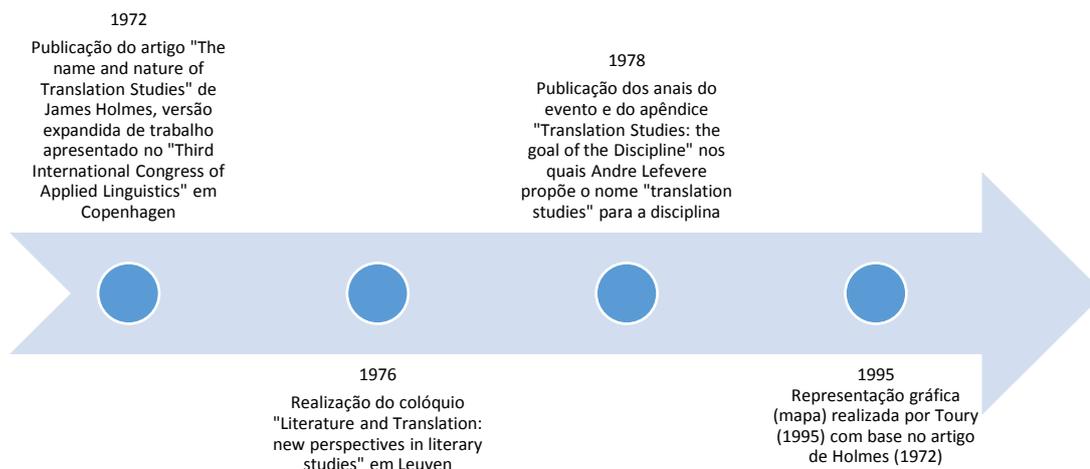
Para Echeverri (2017, p. 1-3), o famoso mapa associado ao artigo de Holmes – malgrado não ter sido desenhado por ele, e sim por Toury¹⁶ – representa a visão dos *translation studies*, ligada a um grupo de pesquisadores que foi muito bem sucedido em promover a sua versão da disciplina, colocada no centro do mapa – a “versão europeia”, conforme apontou Lieven D’Hulst (2015, p. 283), apesar de reunir participantes de várias nacionalidades.

Trata-se do grupo de acadêmicos de várias nacionalidades (holandesa, belga, israelense, eslovaca, estadunidense, alemã e inglesa) e áreas de formação (teoria literária, linguística, literatura comparada) reunidos em um seminário realizado em abril de 1976 na Universidade Católica de Leuven (UK Leuven), na Bélgica. Podemos acompanhar esses marcos iniciais da disciplina na figura a seguir:

¹⁵ Arguably, the point at which systematic investigation into the processes of translation started was during the Second World War (1939–45). This is the view of James Holmes, an American translator-scholar resident in the Netherlands, in his important paper, ‘The Name and Nature of Translation Studies’ that first appeared in 1972. Holmes first coined the term ‘translation studies’ in that paper, and his work was of great importance in the early stages of the growth of the subject.

¹⁶ Echeverri afirma que nos dias de hoje “é geralmente aceito que Holmes não desenhou nenhum mapa. A ideia de uma representação gráfica do texto seminal de Holmes foi de Toury (Malmkjær, 2012, p. 31; Van Doorslaer, 2007, p. 220)”.

Figura 2 – Marcos iniciais do emprego de "*translation studies*"



Fonte: elaboração da autora com base em Doorslaer (2007) e Bassnett (2013).

No documento com os anais do evento, Andre Lefevere (1978 apud BASSNETT, 2013, p. 19, tradução nossa) afirma que “gostaria de propor o nome ‘*translation studies*’ para a disciplina que trataria dos problemas surgidos na produção e descrição das traduções”. Seguindo a terminologia de Holmes, com quem Lefevere trabalhou de perto, o objetivo era “produzir uma teoria abrangente que também pudesse ser usada para a realização de traduções”. Conforme avalia Bassnett (2013, p. 19, tradução nossa, grifo nosso),

a teoria deveria se desenvolver conforme *linhas de argumentação que não fossem nem hermenêuticas*, isto é, não se preocupariam exclusivamente com a produção de um significado oculto, nem neopositivistas, na medida em que exigiriam conhecimento científico especializado e, portanto, limitado sobre a fonte; tal teoria também seria constantemente testada por estudos de casos, portanto não seria estática, mas mudaria e se desenvolveria.¹⁷

Como também constata Oseki-Dépré (2007, p. 112), trata-se de uma abordagem bastante afastada da “*traductologie*” – de imediato na aparente recusa à hermenêutica, postura diametralmente oposta às interfaces filosóficas das abordagens de base benjaminiana e bermaniana a que a autora se filia – e mesmo limitada se avaliarmos todos os desdobramentos possíveis da teoria da tradução. Ao longo da consolidação da disciplina no século XX, teóricos de vários campos têm importado metodologias de outras áreas, o que reforça a visão de alguns,

¹⁷ Theory was to be developed along lines of argument that would be neither hermeneutic, that is, would not be concerned exclusively with the production of concealed meaning, nor neopositivist, in that it would require specialized and hence limited scientific knowledge about the source; such theory would also be constantly tested by case histories, so would not be static but would change and develop.

como Snell-Hornby *et al.* (1994) de que os *translation studies* são uma “interdisciplina”. Theo Hermans (2002) avalia que “os *translation studies* hoje são mais variados e voláteis do que Holmes poderia jamais imaginar”.

É importante contrapormos que, após a chamada “virada cultural” nos anos 1980, os estudos da tradução se diferenciaram definitivamente da linguística e se institucionalizaram no bojo das mesmas mudanças de paradigmas e da fragmentação em relação a abordagens, escolas e metodologias que ensejaram a criação de outras disciplinas designadas por “estudos”, como os estudos culturais e os estudos de gênero. Pagano (2001, p. 118) reconhece essa convergência ao afirmar que

A natureza dessas e de outras problemáticas focalizadas pelos Estudos da Tradução aponta para o caráter interdisciplinar desse campo, que dialoga com os estudos linguísticos e literários, a Psicologia, a História, a Antropologia e a Filosofia. Essa interdisciplinaridade vincula, ainda, os Estudos da Tradução a abordagens que também se consolidam na década de 1980, dentre eles, os Estudos Críticos, os Estudos Pós-Coloniais, os Estudos de Gênero e os Estudos Culturais.

Maria Elisa Cevalco (2003, p. 62), ao fazer um breve histórico sobre os estudos culturais, frisa que estes começaram como um empreendimento marginal, desconectado das disciplinas e das universidades consagradas, justamente por seu caráter transdisciplinar e altamente politizado. Mona Baker (1999) também reconhece as convergências possíveis entre os estudos culturais e os estudos da tradução, como se vê no interesse demonstrado por pesquisadores que se baseiam nos polissistemas, por exemplo, ao investigar as relações e os grupos sociais duradouros; ou no paralelo que se pode traçar facilmente entre o conceito de normas desenvolvido por Toury e a teoria dos padrões de cultura.

Ela afirma que a influência dos estudos culturais pode ser sentida mais claramente nos Estados Unidos (BAKER, 1999, p. 21) e aponta que podem ser incluídas “igualmente no paradigma dos estudos culturais outras áreas dos estudos da tradução, como o estudo dos sistemas de patronagem e de censura, estratégias editoriais e a história da tradução, esta última apenas quando apresenta uma pauta política” (BAKER, 1999, p. 23).

No entanto, para a pesquisadora egípcia, os estudos culturais “difícilmente substituirão a linguística como a disciplina que mais informa os estudos da tradução” (BAKER, 1999, p. 29), apesar de oferecerem “muitas vantagens”, inclusive no que diz respeito à formação de tradutores, ao incentivá-los a ampliar seus horizontes para além da tarefa imediata de passar um texto de um idioma a outro. Podem abrir novas áreas de pesquisa em tradução ao empregar metodologias de qualquer disciplina, o que também pode vir a ser uma “desvantagem potencialmente perigosa” pelo fato de que

a disciplina, por jamais haver desenvolvido uma metodologia própria (Storey, 1994: 48) e por tender a “rejeitar valores absolutos” (Jenks, 1993: 158), também pode incentivar uma abordagem amadorística, incoerente e pouco rigorosa de seu objeto de estudo. (BAKER, 1999, p. 29).

Alguns acadêmicos, como Chesterman e Arrojo (2000), já demonstraram preocupação com o crescimento desordenado dos estudos da tradução e a importação de conceitos de uma miríade de outras áreas do conhecimento, ultrapassando assim seus limites autoimpostos. Na ocasião, Arrojo, que dizia advogar por uma abordagem não essencialista da pesquisa em Tradução, e Chesterman, defensor de uma abordagem empírica, publicaram na revista *Target* o artigo intitulado “Shared ground in Translation Studies”, no qual tentam conciliar suas abordagens ao assinarem uma lista de 30 “teses” que representam os pontos que ambos compartilhavam. No entanto, Echeverri adianta que

O crescente *corpus* bibliográfico em “translatologia” revela que o estudo da tradução não seguiu o mesmo caminho nem desenvolveu um interesse pelos mesmos temas em diferentes partes do mundo. A versão europeia da “translatologia”, a que está no centro dos mapas “translatológicos”, conseguiu favorecer o desenvolvimento de algumas áreas como os aspectos descritivos e teóricos da “translatologia” e, até muito recentemente, centrada, predominantemente, em questões de tradução literária. (ECHEVERRI, 2017, p. 4, tradução nossa).¹⁸

O que se observa na pesquisa em tradução é, conforme já apontado, a consolidação de uma de suas versões, a europeia, associada ao grupo de Leuven, caso apontado por Echeverri (2017, p. 3) como uma sinédoque, em que a parte é tomada pelo todo, ou seja, os *translation studies* são vistos como “a” teoria da tradução.

Como corolário dessa tendência, temos comprovadamente uma tendência monolíngue, cenário no qual encontramos dados como os de Zanettin, Saldanha e Harding (2005, p. 163), segundo os quais 74.1% da bibliografia “translatológica”, isto é, sobre tradução, é escrita em inglês, a julgar pela análise conduzida na base de dados Translation Studies Abstracts (TSA).¹⁹

Ainda segundo Echeverri (2017, p. 7), a busca constante por unidade dentro do campo, como vimos em Chesterman e Arrojo (2000), pode ser vista como uma estratégia de defesa para manter o desenvolvimento da área como um campo monolíngue e anglofalante (ver SNELL-HORNBY, 2010).

¹⁸ The growing bibliographical corpus in translatology reveals that the study of translation has not followed the same path or developed an interest in the same subjects in different parts of the world. The European version of translatology, the one at the centre of translatalogical maps, succeeded in favouring the development of some areas like the descriptive and theoretical aspects of translatology and, until very recently, centred, predominantly, on issues of literary translations.

¹⁹ Atualmente incorporada pela base de dados Translation Studies Bibliography, que conta com mais de 30.000 entradas e é atualizada constantemente, de acordo com o *site*: <https://www.benjamins.com/online/tsb/>.

Tymoczko (2007, p. 5) também aponta dois acontecimentos históricos que definiram a disciplina como ocidental e eurocêntrica, pois afetaram principalmente a Europa e a América do Norte: a Segunda Guerra Mundial, que permitiu as primeiras investigações de caráter linguístico sobre a tradução; e a criação da União Europeia (EU), com a decisão subsequente de adotar todas as principais línguas faladas no bloco como oficiais, resultando no que chama de “maior atividade tradutória na história do mundo [*most extensive translational activity in the history of the world*]”. Assim, apesar de a teoria e prática da disciplina terem servido a necessidades locais e, por isso, terem se tornado eurocêntricas por definição, o fato de terem ido ao encontro das necessidades da UE está correlacionado ao crescimento e ao sucesso da disciplina ao redor do mundo.

O pesquisador José Lambert (2012, p. 8-9, tradução nossa), participante da gênese dos *translation studies* em Leuven, questiona mais tarde:

Que tipo de disciplina temos em mente? Como é chamada nas várias línguas e/ou em inglês, a língua (mais ou menos) universal? Estudos da tradução soa como uma fórmula mágica, e certamente ajudou a cunhar uma série de neologismos em países onde o inglês é apenas uma boa língua de parceria. Ou os estudos de tradução existem apenas em inglês?²⁰

Em congressos mundiais de tradutores e pesquisadores de tradução, fica evidente a falta de familiaridade dos acadêmicos europeus e norte-americanos com a história da tradução e os conceitos de tradução na América Latina, limitada a fontes em outras línguas que não o espanhol e o português, por exemplo, tornando clara a necessidade de se traduzir textos sobre história da tradução e teoria da tradução da região (ECHEVERRI, 2017, p. 5).

A própria Rosemary Arrojo, conforme nos relata Gentzler (2001, p. 160) já reconheceu, há décadas, durante fórum sobre a formação de tradutores realizado na Espanha em 1999, a necessidade de trazer à luz, entre outras, a tradição de pesquisa da transcrição, ou transiluminação, proposta pelo poeta Haroldo de Campos (2013), empreitada à qual Inês Oseki-Dépré tem se dedicado, como veremos no próximo capítulo.

Partilhamos das preocupações de Echeverri nesse sentido e reconhecemos o papel da tradução de textos teóricos como forma de, entre outros fins além do pedagógico, fomentar o desenvolvimento da disciplina em suas múltiplas epistemologias possíveis e como forma de combater a tendência solipsista dos *translation studies*.

²⁰ What kind of a discipline do we have in mind? What is it called in the various languages and/or in English, the (more or less) universal language? ‘Translation studies’ sounds like a magic formula, and it has certainly helped to coin a number of neologisms in countries where English is just a good partner language. Or does translation studies exist in English only?

É evidente que a tradução de textos teóricos não é um fenômeno recente e teve papel crucial na consolidação da disciplina, apesar de não ter recebido atenção e nem ter sido alvo de muitas pesquisas:

A tradução também é um sinal de fama e reputação. Muitas vezes lemos e ouvimos que determinado texto, seja ele literário ou científico, foi traduzido para um certo número de idiomas. Curiosamente, as traduções de textos sobre tradução passam bem despercebidas, e não parecem gozar da mesma fama e reputação. Apesar disso, a tradução de textos sobre tradução [...] constituiu outra atividade de uma estratégia organizada para congregar estudiosos interessados em tradução e literatura ao redor do mundo na busca por institucionalização e reconhecimento social dos *translation studies*. (ECHEVERRI, 2017, p. 5, tradução nossa).²¹

Conforme apontou Lambert (2012, p.13), os *translation studies* só se consolidaram da forma como os conhecemos devido ao esforço deliberado dos acadêmicos do grupo de Leuven, envolvendo ações específicas no mesmo sentido. Entre elas estão o fortalecimento da colaboração entre os grupos de acadêmicos interessados em tradução, com o crescimento do número de eventos na área, tanto promovidos por organizações internacionais quanto pequenos simpósios *ad hoc*, que permitiram o surgimento de “plataformas organizacionais”.

De muitos desses eventos resultaram artigos-manifesto, projetos de pesquisas colaborativos, além do planejamento de livros de coletâneas teóricas, sem falar nos novos programas de pesquisa criados e nas inúmeras dissertações de mestrado e, posteriormente, teses de doutorado orientadas pelos pioneiros na área. Echeverri (2017, p. 6), além da solidificação dos contatos e fortalecimento das redes internacionais de formação de tradutores, destaca também “a aquisição de certo poder editorial (por volta do ano 2000 o grupo já tinha estabelecido laços sólidos com editoras como John Benjamins, St. Jerome, Rodopi, Routledge, etc).”

Ainda para Echeverri (2017, p. 6), a tradução – e publicação, como gostaríamos de frisar – foi uma ferramenta que estabeleceu o conjunto de textos que ajudaram os *translation studies* a transcenderem o continente europeu na medida em que forneceu a bibliografia em comum que poderia ser discutida, contanto que se leia em inglês. Como ilustra Lambert (2012, p. 9, tradução nossa), “qualquer enciclopédia em qualquer língua nos informará que São Jerônimo e Martinho Lutero são heróis reconhecidos na história da Tradução”.

²¹ Translation also stands as a sign of fame and reputation. Oftentimes we read and hear that a given text, be it literary or scientific, has been translated into a certain number of languages. Interestingly, translations of texts about translation are rather unnoticed, and they do not seem to enjoy the same fame and reputation. Nevertheless, the translation of texts about translation [...] constituted another activity of an organized strategy to congregate scholars interested in translation and literature around the world in the search for the institutionalization and social recognition of TS.

Tais textos foram reproduzidos em diversas antologias e traduzidos em vários idiomas a ponto de se tornarem textos-base para a comunidade de pesquisadores em tradução, de modo a fortalecer a massa crítica, o senso de pertencimento a uma comunidade e o reconhecimento da disciplina.

1.3 O nome dos estudos da tradução no Brasil

No Brasil, a consolidação da Tradução como disciplina acadêmica está evidentemente ligada à criação dos cursos superiores e, ainda que se possa falar em “diferentes tradições”²² na formação de tradutores, conforme levantamento realizado por Costa (2018, p. 229-230) “o mais comum é que os bacharelados que visem à formação de tradutores estejam ligados aos programas de graduação em Letras”.

Para José Paulo Paes (1990, p. 31, grifo nosso), “o ensino universitário teve outrossim o condão de estimular os estudos de *tradutologia*”, afirmação que se assevera verdadeira, a não ser com relação ao termo empregado para designar a disciplina no Brasil.

A partir dos dados de Costa (2018), constatamos que da criação da primeira graduação na área – o curso de Letras-Tradução (Bacharelado em Português – Inglês-Tradutor) na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1969 – ao mais novo bacharelado em Letras-Tradução, em 2017, da Faculdade Cultura Inglesa, apenas um dos 28 cursos de graduação na área apresenta o sintagma “estudos da tradução” em sua denominação: o da UFPR, denominado Letras, com ênfase em Estudos da Tradução.

Por serem cursos voltados à formação profissional, incluindo a formação de intérpretes, como ocorre em algumas instituições privadas, os cursos de graduação trazem em suas denominações os termos “tradutor”, “intérprete”, “tradução”, denotando maior preocupação com o mercado de trabalho.

Já nas nomenclaturas empregadas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no âmbito dos quais se realiza pesquisa em tradução, a situação se inverte. As quatro pós-graduações existentes na área trazem o termo “estudos da tradução” em suas denominações idênticas, apesar das siglas diferentes, conforme exigência do MEC: o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET) da Universidade Federal de Santa Catarina, criado em 2003; o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (Postrad) da Universidade de Brasília,

²² Segundo Costa (2018), no Brasil podemos estipular diferentes tradições: (1) bacharelados ofertados em IES [instituições de ensino superior] públicas vs.; (2) bacharelados ofertados em IES privadas; (3) bacharelados em Letras que têm por habilitação ou ênfase a formação de tradutores vs. (4) bacharelados em Tradução; e (5) bacharelados que visam à formação de tradutores vs. bacharelados que visam à formação de tradutores e intérpretes – esta sendo uma característica de algumas IES privadas, não ocorrendo nas IES públicas.

criado em 2011; o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (Tradusp)²³ da Universidade de São Paulo, criado em 2011; e o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (Poet) da Universidade Federal do Ceará, criado em 2014.

Apesar de os programas não apresentarem divisões por pares linguísticos nem habilitações em línguas estrangeiras específicas, podemos traçar alguns paralelos para explicar o uso do mesmo decalque, “estudos da tradução”, em todas as pós-graduações. Se olharmos para a etapa de formação inicial, os cursos de graduação, dado para o qual chamou atenção Costa (2018, p. 231), constatamos que todas as dez instituições públicas e todas as 18 instituições privadas que formam bacharéis em tradução ofertam como língua de trabalho o par português-inglês, algumas delas não exclusivamente.

A adoção do termo “estudos da tradução” é também endossada pelos pesquisadores nas publicações da área. Maria Paula Frota (2007, p. 136), por exemplo, ao fazer um “balanço das teorias da tradução” no Brasil, justifica sua escolha lexical e epistemológica:

É nesse sentido então que opto por entender “teorias da tradução” como “estudos da tradução”, termo que, além de imprimir uma maior flexibilidade epistemológica ao nosso campo, funciona como uma designação para toda a disciplina [...] Amplamente aceito, o termo “estudos da tradução” veio a fundar oficialmente a nova disciplina, a qual, tendo um nome próprio, ganha autonomia e condições de visibilidade, com um objeto, um jargão e um corpo de pesquisadores igualmente próprios.

Embora haja um consenso em relação ao emprego do termo no meio acadêmico, a julgar pela nomenclatura dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, é importante frisar que a “versão brasileira” dos estudos da tradução abarca estudos bastante heterogêneos. Estes constituem uma tradição própria a partir das pesquisas realizadas nas instituições de ensino superior e podem ter suportes teóricos extremamente diversos – muitas vezes com base tanto na *traductologie* e nos *translation studies* conforme os definimos aqui, quanto em outras correntes e mesmo em outras disciplinas – a partir dos quais os pesquisadores realizam estudos de casos nacionais, configurando o que poderíamos chamar de estudos brasileiros da tradução.

A professora Maria Lúcia Vasconcellos (2013, p. 38), da Universidade Federal de Santa Catarina, ao comentar a mudança de nome do grupo de trabalho GTTRAD de “GT de Tradução” para “GT de Estudos da Tradução” no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPLL), já apontava as mudanças na

²³ De acordo com a página institucional, em março de 2017 alguns programas de pós-graduação dos departamentos de Letras da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP foram unificados para a formação de um novo programa, o PPG Letras Estrangeiras e Tradução (LETRA). Por esse motivo, desde 2018 não houve processo seletivo para ingresso de novos alunos no PPG Estudos da Tradução. O novo programa LETRA está em funcionamento desde 2018 e recebe inscrições para candidatos interessados em tradução. Nessa fase de reestruturação, o Tradusp continuará existindo de forma independente, oferecendo disciplinas e outras atividades até o último aluno completar seu curso.

autorrepresentação à medida que o campo se expandia, bem como a particularidade do caso brasileiro:

Cumprir observar que a denominação “Estudos da tradução”, conforme usada no Brasil, adquiriu características próprias, diferentes daquelas inicialmente propostas no contexto europeu – em que se mostrou, pelo menos em seus momentos iniciais, nitidamente vinculada a estudos literários [...]. No contexto brasileiro, a denominação é mais abrangente e busca encapsular um conjunto de investigações sistemáticas cujo objeto de estudo é a tradução e o traduzir, em suas mais variadas manifestações.

Dessa forma, constatamos que *translation studies* e *traductologie* representam epistemologias distintas que têm a tradução como objeto de estudo, mas partem de referenciais teóricos bastante diversos, com metodologias trazidas de outras áreas do saber, como a linguística e a literatura comparada assim como os estudos brasileiros da tradução, marcados por acentuada diversidade e caráter multidisciplinar.

Para que estes continuem a se desenvolver de forma ao mesmo tempo autônoma e inserida no contexto global da disciplina, é indispensável que possibilitemos o diálogo com as outras tradições de pesquisa e nos esforcemos para não adotarmos premissas e agendas que excluam automaticamente outros conceitos adotados na área. Esse diálogo verdadeiramente transdisciplinar pode ser possibilitado por meio, também, da tradução de textos teóricos.

Todavia, de modo a não correremos o risco de perpetuar apenas uma versão da Tradução, é essencial que se traduza de outras línguas além do inglês; ainda mais se considerarmos que o conhecimento e a divulgação de informações de caráter científico não são os mesmos em cada comunidade linguística acadêmica. Acerca dessa necessidade, Gambier e Van Doorslaer (2009, p. 7) constata:

Além disso, chegou o momento de desafiar o chamado viés eurocêntrico dos Estudos da Tradução, explorando a diversidade de discursos e práticas de tradução “não ocidentais”, ainda que apenas para ilustrar que a metadiscussão é um dos temas mais complexos, não recompensadores, talvez mesmo indisciplinados, da disciplina.²⁴

Portanto, faz-se necessário, também no campo da teoria, que façamos circular obras de autores canônicos e não canônicos, com diferentes formações e visões de mundo, capazes de trazer aportes críticos originais, ao mesmo tempo sintetizando visões antagônicas e fomentando novos rumos para a pesquisa em Tradução. Para tanto, a tradução de textos teóricos é um componente-chave, um dos efeitos do movimento de autorreflexão pelo qual a disciplina vem passando, a ser abordado a seguir.

²⁴ Also, time has come to challenge the so-called Eurocentric bias of Translation Studies by exploring the diversity of ‘non-Western’ discourses on and practices of translation, if only to illustrate that metadiscussion is one of the most complex, unrewarding, perhaps even undisciplined topics in the discipline.

1.4 Metavirada e a publicação de teoria da tradução no Brasil

“Translation Studies has reached a stage where it is time to examine the subject itself. Let the meta-discussion begin”.

(James Holmes, “The name and nature of Translation Studies”, 1988, p. 79)

“Le discours traductologique, lui, se fonde sur la réflexivité originare du traduire”.

(Antoine Berman, “La traduction et ses discours”, 1989, p. 676)

Chegamos ao momento em que a disciplina passa a olhar para si para continuar crescendo, ainda mais se levamos em conta que a autorreflexão esteve presente em sua própria gênese e desenvolvimento – como ilustra a epígrafe de Holmes – e na própria natureza do traduzir – como ilustra a epígrafe de Berman. Na esteira da reflexão sobre si mesma, na qual também se encontra a história da institucionalização dos estudos da tradução, encontramos uma série de tendências nas pesquisas, identificadas por Echeverri (2017, p. 12, tradução nossa, grifo nosso):

Similar à função autorreferencial ou metalinguística da linguagem, a metavirada da translatoologia se refere ao interesse atual do campo de olhar para sua própria história, realizar estudos bibliométricos, propondo documentos analíticos e de referência que coligem as contribuições mais significativas para a disciplina e *traduzindo textos sobre tradução*.²⁵

O autor constata (ECHEVERRI, 2017, p. 12) que, no começo do século XXI, a área da Tradução tem sido marcada pela publicação de vários livros – na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá – com títulos como *handbook, reader, companion, encyclopedia*, compilações de teoria que conhecemos como manuais, compêndios, enciclopédias, etc., ou seja, obras que têm por objetivo oferecer um panorama da disciplina ao reunirem em um volume as correntes teóricas cujos textos fundamentais encontram-se espaçados em publicações distintas, de periódicos a capítulos de livros.

A produção de conhecimento tem sido significativa e várias editoras têm encontrado público na tradutologia/estudos da tradução, a exemplo de John Benjamins, Oxford, Routledge, que publicaram ao menos uma obra analítica com essas características. No contexto francês, podemos pensar na coleção *Traductologiques*, da editora Les Belles Lettres, dirigida por Jean-

²⁵ Similar to the auto-referential or metalinguistic function of language, the metaturn of translatoology refers to current interest in the field to look at its own history, performing bibliometric studies, proposing analytical and reference documents that gather the most significant contributions to the discipline and translating texts about translation.

René Ladmiral e Jean-Yves Masson, ou nas coleções homônimas, *Traductologie*, das editoras L'Harmattan, Septentrion e Artois.

Echeverri afirma que, apesar de alguns estudos bibliométricos, como o de Zanettin, Saldanha e Harding (2005), apontarem que pelo menos um terço da bibliografia dos estudos da tradução corresponde a *traduções* de textos sobre teoria, poucos esforços têm sido feitos para estudar essas traduções da perspectiva dos estudos da tradução.

A análise dos contextos nos quais essas obras são produzidas e veiculadas pode nos revelar dados interessantes não só acerca do cenário editorial e acadêmico brasileiro, mas também pode auxiliar a identificar padrões e tendências em relação às versões da Tradução que nos chegam com maior facilidade.

Em seu balanço dos estudos da tradução no Brasil, Maria Paula Frota (2007, p. 3 *et seq.*) analisou a produção editorial brasileira sobre tradução a partir de consulta ao acervo bibliográfico da área de tradução da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. O saldo foi o seguinte: nos 38 anos entre a publicação do que Frota identifica como “o primeiro livro sobre tradução em nosso país, *Escola de tradutores*, de Paulo Rónai (1952)” e a publicação de *Tradução: a ponte necessária*, de José Paulo Paes (1990), foram identificados apenas 13 livros e cinco coletâneas, o que, nas palavras de Paes, caracteriza o período com uma “ainda pobre bibliografia tradutológica”.

É importante frisar que Frota só se ateve a obras exclusivamente voltadas para tradução, excluindo trabalhos de autores que eventualmente incursionaram pela tradução, mas a trataram marginalmente, além de publicações de áreas próximas, como a literatura, o que exclui, por exemplo, as contribuições de Haroldo de Campos, identificadas com outros domínios, como a semiótica. Ficaram de fora desse levantamento, por exemplo, os ensaios “A poética da tradução”, publicado em 1969 em *A arte no horizonte do provável*, e “Postscriptum/transluciferação mefistofáustica”, publicado em 1981 em *Deus e o Diabo no Fausto de Goethe*.

O que nos interessa no levantamento bibliográfico de Frota é sua forte ligação com o contexto institucional acadêmico, principalmente a partir dos anos 1990 – ou especificamente, 1996, ano do lançamento do primeiro número da revista *Cadernos de Tradução*.²⁶ Cita a investigação de Pagano e Vasconcellos (2003) sobre teses e dissertações na área de tradução, elaboradas por pesquisadores brasileiros nas décadas de 1980 e 1990, cuja principal constatação

²⁶ Em nosso entendimento, livros e periódicos são publicações distintas, com regras específicas de publicação e catalogação (ISBN e ISSN) e deveriam ser analisados separadamente, mesmo se estiverem na mesma base de dados.

é o aumento gradual da produção acadêmica. Analisando especificamente o cenário editorial, Frota (2007, p. 146-147) relaciona a publicação de livros sobre tradução à publicação de teses e dissertações sobre o tema.

Apesar de não ser um aspecto abordado por Frota (2007, p. 138), chamou-nos a atenção a inexistência de traduções entre os livros de teoria da tradução citados por ela: de todos os livros publicados entre 1952 e 1993 que constam do acervo da PUC-RJ, nenhum é traduzido. Na obra *A formação do tradutor em nível universitário*, Deltan de Mattos (1980) apresenta programas de curso de tradução europeus e dois trabalhos estrangeiros traduzidos – “Problemas e perspectivas dos cursos de tradução e interpretação, na Universidade de Saarland”, de Wolfram Wilss, e “A ciência da terminologia e a formação de tradutores e intérpretes”, de Reiner Arntz – mas não chega a ser um livro de teoria traduzido.

Dos onze livros publicados entre 1999 e 2003 que constam da pesquisa de Frota, também não temos nenhuma tradução, o que pode ser explicado pelo fato de a imensa maioria das obras publicadas no período ter origem em teses e dissertações, o que reforça os vínculos institucionais acadêmicos e editoriais que já havíamos apontado.

No entanto, em pesquisa mais recente, Marini (2019, p. 34) identifica no mesmo período (1999-2003) a publicação das seguintes obras traduzidas: *Sob a invocação de São Jerônimo tradução*, de Valéry Larbaud (2001), traduzida por Joana Angélica d’Avila Melo; *A prova do estrangeiro*, de Antoine Berman (2002), traduzida por Maria Emília Pereira Chanut; *Torres de Babel*, de Jacques Derrida (2002), traduzida por Junia Barreto; e *Escândalos da Tradução*,²⁷ de Lawrence Venuti (2002), às quais acrescentamos *Construindo o tradutor*, de Douglas Robinson (2002), traduzido por Jussara Simões. Ainda que os números não sejam insignificantes, como constata Cristina Carneiro Rodrigues (2011),

São poucos os livros sobre tradução traduzidos no Brasil. Além da iniciativa pioneira do Núcleo de Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina, que lançou em 2001 o primeiro volume dos Clássicos da Teoria da Tradução, apenas a Editora da Universidade do Sagrado Coração (Edusc), de Bauru, São Paulo, tem uma coleção, a Signum, dedicada aos Estudos da Tradução. Obras de Berman, Venuti, Robinson, Milton, foram publicadas em edições responsáveis a partir de 2002.

Desde então todas essas tendências parecem se confirmar, com número restrito de traduções relevantes publicadas, cuja execução e financiamento estão quase sempre ligados a um docente ou a uma instituição de ensino superior (IES), configurando o que André Lefevere (1992) chama de patronagem, instrumento por meio do qual poderes (pessoas, instituições)

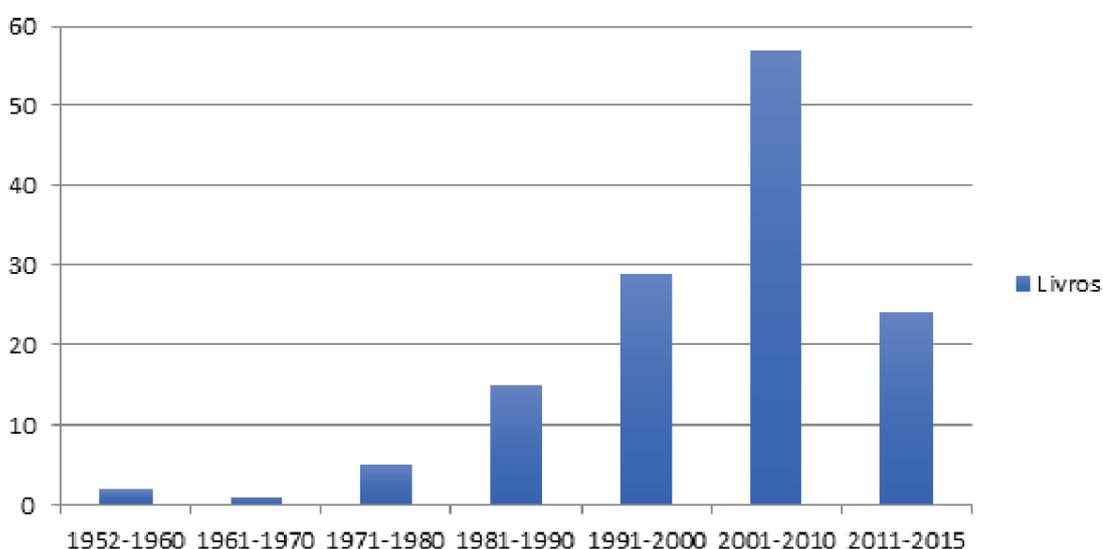
²⁷ Traduzida por Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda e Valéria Biondo, com revisão técnica de Stella Tagnin. A segunda edição foi lançada em 2019, também em formato digital.

podem impulsionar ou prejudicar a leitura, escrita ou reescrita da literatura – e aqui podemos acrescentar também a literatura científica.

Os patronos tentariam regular as relações entre o sistema literário e os outros sistemas que compõem uma sociedade, atuando por meio das instituições estabelecidas para regular, se não a reescrita da literatura, ao menos a sua distribuição: academias, escritórios de censura, jornais críticos e estabelecimentos educacionais. (LEFEVERE, 1992, p. 20).

Em estudo bibliométrico recente, conduzido na base de dados espanhola BITRA,²⁸ Camargo e Aixelá (2019) identificaram no Brasil a publicação de 135 livros cujo tema central são os estudos da tradução e interpretação (ETI, conforme identificados pelos autores).

Gráfico 1 – Quantidade de livros de ETI publicados no Brasil em cada década



Fonte: Camargo e Aixelá (2019, p. 120).

Segundo os autores, o panorama brasileiro já “não é tão austero” como o inicial, analisado por Frota, e se ampliou bastante nos últimos anos. Justificam o aparente declínio no último quinquênio (período que corresponde à metade dos anteriores) pelo fato de os livros recentes ainda não estarem catalogados no BITRA.

Para sondarmos se o cenário editorial brasileiro contemporâneo se mantém com essas mesmas características no que diz respeito à publicação de livros sobre tradução, realizamos um levantamento dos livros publicados entre 2000 e 2020, desta feita em uma base de dados mais ampla: o acervo da Biblioteca Nacional (BN).

²⁸ A Bibliografía de Interpretación y Traducción (BITRA) foi criada na Espanha em 2001 e dispõe de mais de 71 mil referências (mais de 9 mil livros, 26 mil capítulos de livros, 30 mil artigos, 3 mil teses, 200 revistas, etc.), conforme nos informam Camargo e Aixelá (2019, p. 129)

O acervo da BN foi escolhido tendo em vista que essa instituição é a depositária do patrimônio bibliográfico e documental do Brasil, mormente devido ao instrumento do depósito legal, que prevê o envio de um exemplar de todas as publicações produzidas em território nacional, por qualquer meio ou processo, para distribuição gratuita ou venda, no prazo máximo de 30 dias após sua publicação. (BRASIL, 2004).

Da busca na plataforma Sophia, resultaram 58 livros,²⁹ que têm como assunto o termo “tradução” e que foram publicados no Brasil, em língua portuguesa, entre os anos de 2010 e 2020. Se analisarmos a vinculação dos autores, organizadores e tradutores dessas obras a instituições de ensino superior no Brasil, veremos que se trata de quase uma unanimidade.

Ao cruzarmos os dados relativos à autoria com os dados sobre atuação profissional³⁰ desses autores, percebemos que, das 58 obras sobre tradução publicadas no período, 43 são de autoria, organização ou tradução de ao menos um docente de instituição de ensino superior, o que representa 74,13% do montante.

Se a esse dado somarmos outras cinco obras (8,62% do total) cujos autores que não são docentes as elaboraram a partir de teses ou dissertações, constatamos que 48 das 58 obras, isto é, impressionantes 82,75% correspondem a publicações cujo autor está vinculado a uma instituição de nível superior. A partir desses dados, podemos constatar que a publicação de obras de teoria de tradução no Brasil na última década está fortemente ligada às instituições de ensino superior, sobretudo as instituições públicas, a partir de iniciativas individuais capitaneadas por pesquisadores da área. Eles mesmos atuariam como agentes de fomento, patrocinados por agências (com bolsas de produtividade ou de outra natureza) ou com recursos próprios, de forma a viabilizar a publicação de obras que julgam relevantes por editoras dedicadas à divulgação da produção científica e acadêmica nacional, sejam elas universitárias ou comerciais.

Retornando ao nosso objeto de estudo principal, chegamos um número pequeno de traduções entre as obras sobre tradução no período: apenas nove das 58 obras publicadas, ou seja, meros 15,51%. Se for verdade que os pesquisadores em Tradução publicam muito pouco

²⁹ A busca combinada no acervo da BN abarcou todos os livros – ou seja, não há periódicos nem teses e dissertações no rol – publicados no Brasil entre 2010 e 2020 e com o termo “tradução” no campo “assunto”. O resultado foi de 59 entradas, no entanto, para efeitos de análise, registramos como uma só entrada as duas edições da obra *O tradutor contemplado como construtor do saber*, de José Raimundo Guimarães, publicadas em 2013 e 2016, pelas editoras Insular e Papa-livro, respectivamente. Frisamos que, até a data da última consulta à plataforma Sofia, 15 de abril de 2020, ainda não constavam obras de 2019 e 2020. Para relação completa das obras, autores, editora e ano de publicação, vide apêndice A.

³⁰ Dados obtidos por busca nominal por currículo na plataforma Lattes do CNPq. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acesso em diversas datas.

fora do Brasil (MILTON, 2015, p. 104),³¹ é interessante notar que, ao menos nos últimos anos, eles também não tenham feito o caminho oposto, isto é, também traduzem pouco, pelo menos na forma de livros de teoria – talvez não seja o mesmo caso se analisássemos traduções de artigos em periódicos, o que está fora de nosso escopo.

De todo modo, isso talvez possa ser atribuído à "pressão reversa" justamente para sedimentar os próprios Estudos da Tradução no Brasil (MILTON, 2015, p. 104), isto é, como a área é relativamente recente em relação a outras disciplinas, as demandas internas dos próprios programas de pós-graduação, ligadas aos indicadores de produtividade e avaliações periódicas, acabam absorvendo boa parte da capacidade de produção acadêmica de seus membros, ficando a tradução de textos teóricos relegada a segundo plano.

Em resumo, o papel dos professores como agentes que selecionam quais textos serão publicados é inegável. Respaldados no prestígio e no reconhecimento que detêm ao pertencerem a uma entidade de ensino superior, têm influência direta sobre os autores e temáticas que poderão ser integrados ao cânone da Tradução.

Ou seja, da mesma forma que Echeverri (2017, p. 13, tradução nossa), podemos afirmar que “na maioria das vezes, textos sobre tradução são traduzidos graças à iniciativa individual de um pesquisador ou editor”. Ainda, salientando os aspectos destacados por Sapiro (2018, p. 87-88, tradução nossa) ao analisar a circulação internacional de livros acadêmicos, sabemos que vários outros fatores impactam a publicação desses textos, que extrapolam o âmbito textual:

Normalmente, como vimos, as chances de serem traduzidos são distribuídas de forma desigual entre idiomas, países, disciplinas, indivíduos, livros e editoras. Ela cresce se o livro for escrito em um idioma central, em uma tradição disciplinar reconhecida, se o tópico, conteúdo e estilo do livro forem atraentes o suficiente para chamar a atenção de editores estrangeiros, e se o livro for escrito em um idioma central, em uma tradição disciplinar reconhecida, e se o livro não for muito longo, se for de autoria de um acadêmico dotado de capital simbólico nacional e internacional, e/ou proveniente de e/ou filiados a uma instituição de prestígio, e/ou já tendo acumulado algum capital social internacional, e se for lançado por uma editora com uma reputação bem estabelecida.³²

³¹ Para embasar essa constatação, o professor John Milton afirma que nos 27 anos da revista *Target* – na verdade eram 26 em 2015, ano da publicação do artigo de Milton – com exceção de Rosemary Arrojo (atualmente na Universidade Estadual de Nova York em Binghamton) apenas dois pesquisadores residentes no Brasil haviam publicado artigos nesse periódico, criado por Gideon Toury e Jose Lambert.

³² Typically, as we saw, the chances of being translated is unevenly distributed across languages, countries, disciplines, individuals, books and publishers. It grows if the book is written in a central language, in a recognized disciplinary tradition, if the topic, content and style of the book are attractive enough to get attention from foreign publishers, and if the book is not too long, if it is authored by an academic endowed with national and international symbolic capital, and/or coming from and/or affiliated with a prestigious institution, and/or having already accumulated some international social capital, and if it is released by a publishing house with a well-established reputation.

Da forma como foi concebido, o projeto de tradução ligado a esta pesquisa encaixa-se em mais de um dos sinais da metavirada apontados por Echeverri – tradução de uma obra teórica sobre tradução no âmbito de uma instituição de ensino e pesquisa, a partir da iniciativa individual de pesquisadores.

Mesmo que se dê a partir do francês, uma língua ainda central em termos de circulação de textos acadêmicos, tem como objetivo último a análise do pensamento teórico acerca dos *translation studies* de uma tradutora e crítica de tradução brasileira que, mesmo tendo realizado sua formação acadêmica na França, não deixa de enriquecer sua leitura da área – ela emprega o termo *traductologie* – com exemplos da literatura brasileira e as contribuições de brasileiros para o desenvolvimento da área, notadamente Haroldo de Campos. É interessante pensar que tipo de reflexões a publicação de Inês Oseki-Dépré traduzida no Brasil pode suscitar, pois representa um movimento de ida e volta, ou seja, de saída de um sistema periférico para um sistema central e de retorno ou sistema de origem pela tradução.

Estamos cientes de que no meio acadêmico há um jogo de forças conservadoras e inovadoras, que disputam os papéis centrais no sistema, mas que, além dessas dinâmicas próprias, há pressões de outra natureza – como o caso de textos que só circulam a partir do momento em que alguma editora veja alguma vantagem econômica na sua publicação, conforme pontua Sapiro (2018, p. 88, tradução nossa):

Na atual conjuntura de fragmentação do campo acadêmico devido à especialização, por um lado, e as crescentes restrições econômicas no mercado global de traduções, por outro, a situação da publicação acadêmica neste mercado é cada vez mais frágil, e tende a concentrar-se cada vez mais nos bem-sucedidos e produtivos "nomes famosos". Consequentemente, pode-se dizer que a tendência atual do campo editorial globalizado não favorece a intensificação e a diversificação intelectual das trocas, se é que não as impede.³³

Assim, buscamos estimular a bibliodiversidade, tornando acessíveis em língua portuguesa proposições teóricas até então limitadas àqueles que dominam a língua francesa, a contrapelo das tendências estabelecidas pelos mercados acadêmico e editorial. Vamos mais uma vez ao encontro de Echeverri (2017, p. 15) quando ele afirma que tradução não é só reprodução, mas a produção de novos significados; dessa forma, seria forçoso nos perguntarmos o que acontece quando os textos e conceitos da tradução são traduzidos. Fomentar a tradução de textos-chave sobre a tradução em múltiplos idiomas poderia impactar o desenvolvimento de

³³ In the present conjuncture of fragmentation of the academic field due to specialization on one hand, and accrued economic constraints on the global market for translations on the other, the position of scholarly publishing in this market is increasingly fragile, and it tends to concentrate more and more on these successful and productive “brand names”. Consequently, one can say that the current trend of the globalized publishing field does not favor the intensification and diversification of intellectual exchanges, if not hinder them.

“discursos tradutológicos [*translatological discourses*]” adequados a cada cenário da tradução. Como colocou a pesquisadora Georgiana Lungu-Badea (2016, p. 75, tradução nossa) sobre os estudos da tradução na Romênia, em situação análoga à do Brasil:

Se quisermos falar de um futuro dos estudos da tradução em geral e dos estudos da tradução romenos em particular, consideramos necessário reduzir o abismo entre o pequeno número de estudos da tradução publicados nas línguas nacionais, que importam modelos, métodos e os adaptam à especificidade da língua materna do autor, e o número excessivo de publicações em línguas como o inglês, o francês ou o alemão.³⁴

Assim, a tradução do pensamento de uma franco-brasileira permeado pela formação teórica da *traductologie* a respeito de teorias de outra epistemologia, os *translation studies*, pode contribuir no desenvolvimento do discurso e das práticas de pesquisas no Brasil, que sejam ao mesmo tempo inteligíveis para toda a comunidade de pesquisadores, por terem bases e referências em comum, mas que dialoguem com a produção teórica e os cenários locais, como forma de contribuição original do pensamento brasileiro para a grande área da Tradução.

³⁴ If we want to speak about a future of translation studies in general and national translation studies in particular, we consider it necessary to reduce the gap between the small number of translation studies published in national languages, which import models, methods, and adapt them to the specificity of the author’s mother tongue, and the excessive number of publications in languages like English, French or German.

CAPÍTULO 2 – DA POÉTICA AO INTERCULTURAL: AS TEORIAS SOCIOLÓGICAS DA TRADUÇÃO

No âmbito desta pesquisa, a tradução da obra de Inês Oseki-Dépré estaria inscrita tanto no eixo histórico da tradução, ao somar-se às antologias teóricas publicadas no Brasil, quanto nos eixos ético e analítico, ao suscitar a reflexão não só sobre a prática da tradução, mas sobre a prática da tradução de uma obra sobre tradução, contribuindo para a epistemologia da área.

Assim sendo, faz-se necessário antes de tudo contextualizar a obra e a autora dentro do campo da Tradução e realizar uma análise crítica do material traduzido, de forma a consolidar um projeto de tradução que leve em conta também as circunstâncias de produção do original. É imprescindível que analisemos a postura da autora em relação às teorias abordadas, como forma de arquitetar de antemão soluções para os possíveis desafios durante a tradução, em especial aqueles ligados à metalinguagem da área.

2.1 Sobre Inês Oseki-Depré

A tradutora, professora e pesquisadora Inês Oseki-Dépré produziu ao longo de sua carreira acadêmica no Brasil e na França, além de várias traduções, obras teóricas voltadas para a tradução literária. Nascida em São Paulo, de família japonesa, graduou-se pelo Conservatório Superior de Arte Dramática de São Paulo e cursou pós-graduação em Letras Neolatinas na mesma instituição. Concluiu seu doutorado em 1971 – sobre a obra do romancista e ensaísta Michel Butor – na Université de Provence, em Aix-en-Provence, na França, onde vive.

Atualmente é professora emérita de literatura geral e comparada na Universidade Aix-Marseille e membro da Sociedade Francesa de Literatura Comparada. Traduziu do francês para o português os *Escritos* de Jacques Lacan (Perspectiva, 1978) e *Algo : preto* do poeta Jacques Roubaud (Perspectiva, 2005).

Verteu para o francês vários autores canônicos de língua portuguesa, como Antônio Vieira, Fernando Pessoa, Guimarães Rosa, Lygia Fagundes Telles, Carlos Drummond de Andrade e Haroldo de Campos. A respeito deles, afirma:

Na verdade, os textos que eu traduzi, apesar da grande diferença que os separa, correspondem a um marco na minha memória. Fazem parte de mim, da minha formação: por exemplo, o Padre Vieira, o Fernando Pessoa estão relacionados com a Universidade, com conversas, com os amigos. O céu como um xadrez de estrelas remete a Haroldo de Campos e às *Galáxias*. Lygia Fagundes, Carlos Drummond de Andrade ou João Cabral são pessoas que conheci como autores e que apreciei pessoalmente. Meus autores fazem parte dos meus amigos. (OSEKI-DÉPRÉ, 2005, p. 4).

Dentre os amigos que traduziu, destaca-se Haroldo de Campos, principalmente seus ensaios sobre tradução literária. A respeito do poeta concretista, publicou diversos artigos, dentre os quais *Translation as Creation and Criticism: Galaxias as text and theory of translation: a dialogue with a Brazilian concrete poet* (2005) e *Make it new* (2005), e traduziu para o francês *Galáxias* (*Galaxies*, La Main Courante, 1999), vencedor do prêmio Roger Caillois de melhor obra poética do ano.

Organizou *Os melhores poemas de Haroldo de Campos* (1992), vencedor do prêmio Jabuti em 1993. Em francês, além de organizadora de uma antologia do poeta (*Une anthologie: proposée par Inês Oseki-Dépré*, publicada em 2008 pela Editora Al Dante), colaborou com traduções para a maior antologia bilíngue de poesia brasileira jamais produzida, segundo Piuccio e Costa (2013), *La Poésie du Brésil: Anthologie bilingue du XVI^e au XX^e siècle* (2012).

Como autora, além de ensaios e artigos, publicou obras na área de Estudos da Tradução, ainda não publicadas no Brasil, como *Théories et pratiques de la traduction littéraire* (1999) e nosso objeto de estudo, *De Walter Benjamin à nos jours: essais de traductologie* (2007).

2.2 De Walter Benjamin à nos jours...

Em *De Walter Benjamin à nos jours: essais de traductologie*, Inês Oseki-Dépré apresenta uma interpretação do texto “Die Aufgabe des Übersetzers”, de Walter Benjamin, conhecido no Brasil como “A Tarefa do Tradutor”. Segundo a autora, o texto do filósofo alemão pode ser estudado em si mesmo, mas também pode ser o ponto de partida para reconstituir as orientações contemporâneas da tradutologia:

Em *De Walter Benjamin à nos jours*, pensei em apresentar algumas das diversas correntes tradutológicas que se sucederam no decorrer da história depois do famoso texto de Walter Benjamin (“A Tarefa do Tradutor”, 1926) e que se afastaram da perspectiva do filósofo alemão. Também nesse livro apresento “casos” de aplicação teórica da reflexão tradutológica sobre os textos ou problemas literários (a metáfora e a loucura, o sujeito da tradução, o horizonte do tradutor). (ROSSI; SOUSA, 2012, p. 140).

Sem se pretender uma apresentação diacrônica ou exaustiva sobre as teorias da tradução literária surgidas desde o ensaio seminal de Benjamin, a proposta da obra é, além de apresentar uma leitura crítica do texto benjaminiano, examinar casos (textos, teorias e mesmo práticas tradutórias) derivadas desse texto, o que a autora denomina “efeito Benjamin”. Na primeira parte, *Entre herméneutique et poétique*, são apresentadas as abordagens teóricas benjaminianas mais diretas por meio dos autores Berman, Meschonnic e Haroldo de Campos. A segunda parte, *Du poétique à l’interculturel*, é reservada àquelas tidas como leituras desviantes, de cunho sociológico, como os estudos de gênero, pós-coloniais, a deontologia de Pym e a teoria dos

polissistemas de Even-Zohar. Por fim, a terceira parte é dedicada a exemplos práticos ("*prolongements vers la pratique*") dessas abordagens.

A tradução da segunda parte,¹ bem como a análise da abordagem da autora acerca das teorias ligadas à tradução e a contextos sociopolíticos, constitui o escopo deste trabalho, como forma de ampliar o acesso à obra teórica de Inês Oseki-Dépré, em especial pelos pesquisadores que não dominem a língua francesa, contribuindo dessa forma para os estudos de história e crítica da tradução no Brasil.

2.3 Da hermenêutica à ética da tradução

Logo na apresentação de *De Walter Benjamin à nos jours...*, Inês Oseki-Dépré caracteriza sua obra como um ensaio arqueológico a partir de “A tarefa do tradutor”, propondo-se a acompanhar as interpretações mais notáveis do filósofo alemão no domínio da tradutologia – versão de língua francesa dos estudos acadêmicos da tradução, já discutida no capítulo anterior.

Após se alongar sobre essas derivações hermenêutico-poéticas diretas do texto benjaminiano, nas figuras de Berman, Meschonnic e Haroldo de Campos, Inês Oseki-Dépré aborda os estudos conduzidos de forma paralela à tradutologia nos países bilíngues ou anglo-saxônicos, os chamados *translation studies*, tidos pela autora como totalmente opostos aos da tradutologia francesa, por serem inspirados na sociolinguística e conferirem, ao menos em teoria, pouco espaço ao texto literário.

Inicia a seção dedicada à Anthony Pym, recordando novamente os efeitos diversos provocados pelo texto de Benjamin, descoberto tardiamente: a subvenção a traduções poéticas de aparência literalista e o enriquecimento da teorização sobre a tradutologia no sentido de uma reflexão sobre a letra e as consequências de uma tradução aberta ao Outro. Seriam a poética e a ética do traduzir, identificadas com Meschonnic e Berman, respectivamente. A ética do traduzir apresentada por Anthony Pym, com foco no exercício profissional da tradução, seria, no entanto, totalmente distanciada daquela formulada por Berman:

O que Anthony Pym chama de ética da tradução, de fato, não tem o mesmo sentido que a tarefa do tradutor tal qual a entende Antoine Berman, cuja ética lhe parece "muito acadêmica, muito intelectual, muito abstrata". Anthony Pym, de fato, critica Berman por não se interessar pela questão do ponto de vista prático e profissional, o que explica o fato de que, para ele, a profissão "não a tenha seguido". (OSEKI-DÉPRÉ, 2007, p. 84).²

¹ A primeira parte da mesma obra já foi objeto de análise e produção de glossário em pesquisa realizada no âmbito do Postrad/UnB. Cf. Marini (2015).

² Todos os trechos da obra ora apresentada foram traduzidos por nós.

Para a autora, o que opõe os dois tradutores é o lugar de onde falam: Berman estaria situado no nível teórico e filosófico, preocupado com o modo de traduzir; Pym estaria no nível pragmático, questionando se é necessário traduzir, levando a questão à esfera profissional e, no fim das contas, à questão da remuneração. Sua visada consistiria em enfatizar a tradução como atividade intercultural e financeira, o que permitiria ao tradutor eludir a questão do conteúdo.

Inês Oseki-Dépré (2007, p. 85-86) salienta a polêmica de Pym acerca de Berman: "Se traduzir é 'receber o Outro como Outro', ele diz ao citar Berman, e a literalidade apenas reforça a alteridade, quer dizer que o estrangeiro continua estrangeiro e que o tradutor reivindica *ipso facto* seu pertencimento a uma cultura, sua cultura, nacional". A autora entende que, ao se colocar ao lado dos tradutores profissionais, Pym estaria deslocando a problemática colocada da ética para a deontologia, ou seja, dos princípios filosóficos para o conjunto de deveres da profissão.

Da mesma forma, não poupa críticas à postura metodológica de Pym quanto ao texto fundador de Schleiermacher,³ que em vez de abordar a tradução pelos conhecidos critérios ciceronianos de palavra por palavra (*uerbum pro uerbo*) ou sentido por sentido (*sensum de sensu*), identifica duas posturas que podem ser adotadas pelo tradutor: ou deixar o leitor em paz e levar o autor até ele ou deixar o autor em paz e levar o leitor até ele; esta última estratégia é preconizada por Schleiermacher, por meio da qual se introduziriam novos elementos na cultura e na língua de chegada, enfatizando na tradução os elementos estrangeiros.

Para Pym, ao colocar o tradutor diante da alternativa fonte/alvo, Schleiermacher não manifestaria originalidade, resultando numa dualidade simplista. Para Oseki-Dépré (2007, p. 87), Pym estaria equivocado ao crer que Schleiermacher preconizaria uma tradução literal:

O que Anthony Pym salienta na verdade é que o problema é colocado de maneira "binária", e condiz com outros pares de oposição, mas ele prefere pensar que Schleiermacher, por razões nacionalistas e antinapoleônicas, preconiza uma tradução literal. Com essa certeza, é fácil para ele demonstrar todas as contradições que encontra naquele pensador. Ele parte de um falso pressuposto para demonstrar o contrário.

O mesmo tipo de crítica que Oseki-Dépré tece a Pym pode ser encontrada em Mary Snell-Hornby (2012[2004]) em relação a Lawrence Venuti e sua leitura de Schleiermacher, que resultou nos termos dicotômicos "domesticação" e "estrangeirização" altamente difundidos nos estudos da tradução. Para Snell-Hornby (2012, p. 192-193), Venuti os formulou a partir da

³ Não citado nominalmente pela autora, trata-se de "*Ueber die verschiedenen Methoden des Uebersetzens*", proferido pelo filósofo alemão na Academia Real de Ciências de Berlim em 1813.

forma como compreendeu Schleiermacher através da tradução inglesa de Lefevere, entendendo a “domesticação” como, em princípio, “ruim”, ao tornar o tradutor invisível e violentar a cultura de partida. Apesar de Schleiermacher privilegiar o método de trazer o autor para o mundo dos leitores – a “estrangeirização”, frequentemente equiparada à abertura ao Outro bermaniana – é importante frisar que, ainda segundo Snell-Hornby (2012, p. 191), “se trata basicamente de alternativas de igual valor”.

Em nossa interpretação, as mesmas críticas dirigidas por Snell-Hornby (2012, p. 199) a Venuti poderiam ser válidas para Pym no que diz respeito à redução do pensamento de Schleiermacher sobre a tradução a uma interpretação binária ou dicotômica:

a despeito de sua própria teoria, Venuti imprimiu, por assim dizer, uma redução etnocêntrica aos conceitos de Schleiermacher (na posição de um tradutor excessivamente visível) e “domesticou-os”: ele criou até mesmo novos conceitos de ideias antigas, os quais emprega – ainda que recorrendo ao seu valor universal – à situação específica das “hegemonic English-language nations” de hoje. A estrangeirização de Venuti é, sem dúvida, parte do legado de Schleiermacher, mas não é todo o seu legado, e talvez nem mesmo o mais essencial.

Retornando a Pym e Oseki-Dépré, esta, talvez de maneira parcial,⁴ após ponderar acerca dos conceitos de tradutor multicultural, poliglota, e do impasse gerado entre essa condição de “imunidade diplomática” e princípios universais – cita casos de tradutores condenados ou que se sacrificaram pelo que traduziram– critica Pym: “Dessa forma, Anthony Pym recai sobre a questão do “como”, a saber, sobre a questão das escolhas de tradução, que ele pretendia evitar”. (OSEKI-DÉPRÉ, 2007, p. 88).

Entre vários outros pontos de divergência, para Oseki-Dépré (2007, p. 90) Pym recusa as teorias contextuais e prefere a elas uma definição da causalidade “que ele pretende comentar”,⁵ mas não chega a desenvolver plenamente: “parece haver uma confusão entre a *causa finalis* e a *causa formalis* sem que se tenha evocado as questões próprias à forma”.

Ressalta as críticas de Pym a Berman, a quem aquele acusa de elitismo e de escamotear fenômenos complexos como a colonização, o monolinguismo e as situações políticas. Essa generalização de Pym segue dando margem a muitos desdobramentos epistemológicos e não leva em consideração o contexto em que Berman produziu suas reflexões teóricas, a França dos anos 1980 – *les années Berman*, para Oseki-Dépré (2007, p. 90).

⁴ O texto de Pym (1995) sobre Schleiermacher consta de forma parcial na edição consultada por ela, como vemos logo após o título: “Partial French translation in the first chapter of *Pour une éthique du traducteur*, Arras: Artois Presses Université / Ottawa: Presses de l’Université d’Ottawa, 1997.”.

⁵ No original, “*qu’il entend commenter*”.

Aqui devemos abrir um parêntese para apontar caminhos contemporâneos de pesquisa com base nas concepções bermanianas e que dissipam as críticas de Pym a Berman. No sentido contrário ao de Pym e na busca por “de(s)colonizar Berman”, Bandia (2002) já abordou o conceito de “Estrangeiro” na tradução pós-colonial, ao falar da vernacularização na literatura colonial como criação de espaços de reterritorialização. Tais espaços estariam revestidos com um código miscigenado do Eu e do Outro, a fim de resistir à hegemonia linguística da língua colonial, opondo-se às tendências anexionistas e etnocêntricas de um projeto específico de tradução ou domesticação.

Retomando a visão de Oseki-Dépré (2007, p. 94), a contribuição de Anthony Pym para a tradutologia poderia ser resumida na última frase da seção dedicada a ele: "A ‘teoria’ de Anthony Pym parece muito mais enfatizar um fenômeno da moda, acerca de questões interculturais ou de minorias (desde que os tradutores façam parte delas), o que justifica sem dúvida seu sucesso".

Os estudos de gênero, chamados "*Gender translation*" pela autora, são encarados da mesma forma, como modismo ligado a o que ela chama de “questões de minorias”. Inês Oseki-Dépré (2007, p. 95, grifos da autora) tem forte influência das correntes teóricas abordadas na primeira parte do livro, mas, mesmo se levarmos em consideração sua posição epistemológica como essencialmente crítica, afirmações a seguir parecem ir na contramão das pesquisas contemporâneas em tradução: "surge o problema das "*gender (women) translators*", embora as mulheres não sejam minoritárias em número nos Estados Unidos e que não sofram, atualmente, discriminações tais como as dirigidas aos negros, índios, gays, etc."

Segundo Oseki-Dépré (2007), os estudos de gênero na tradução estão associados ao problema do pós-colonialismo, por seu aspecto militante, e têm maior repercussão "nos países anglo-saxões, no Canadá e na Europa", o que é certamente questionável. De todo modo, para Oseki-Dépré (2007, p. 96), a tradução de gênero – *gender translation*, que ela mantém em inglês – "coloca um problema que ultrapassa os limites da tradução feminina", intervindo no plano diacrônico.

A autora pontua que nem todas as traduções feitas para atenuar as marcas de sexismo, por exemplo, têm a mesma qualidade, apresentando um aspecto "reivindicativo, senão vingativo" ("*revindicatif, voire 'vindicatif'*"), mas não descarta de todo o mérito das pesquisas desenvolvidas com esse viés: "O mérito das feministas, de fato, consiste em, a nosso ver, no fato de terem suscitado pesquisas com o objetivo de completar a história das formações culturais ocidentais e do lugar crescente das mulheres no panorama geral".

Oseki-Dépré não deixa de reconhecer que a força do texto de Safo ou os poemas eróticos de Louise Labé perdem consistência em traduções masculinas, mas pondera que, apesar do lado criativo das tradutoras, muitas questões não foram resolvidas ou mesmo levantadas por elas. Coloca pontos relevantes ao questionar se a tradução realizada por mulheres com esse viés não seria antes pró-fonte (*sourcière*) do que feminista ou se o movimento não seria parte de uma tomada de consciência geral sobre os tradutores, independentemente do gênero. Vale destacar, por sua pertinência, o seguinte trecho:

Os exemplos na França mostram que a tendência geral da tradução literária continua "livre", isto é, voltada a uma tradução do tipo clássico (elegante, homogênea, enobrecedora), qualquer que seja o gênero do tradutor. Podemos deduzir que o modelo tradutório francês seja patriarcal? Essa é uma questão em aberto. (OSEKI-DÉPRÉ, 2007, p. 101).

As críticas mais duras são feitas pela voz da brasileira radicada nos Estados Unidos Rosemary Arrojo, segundo a qual algumas tradutoras seriam oportunistas ao trair o original subvertendo-o "sob o pretexto de subversão cultural". Para Oseki-Dépré (2007, p. 101-102), "a crítica mais severa de Arrojo às tradutoras diz respeito a sua [delas] incoerência teórica", ao mesmo tempo em que atribui seu próprio juízo [de Oseki-Dépré] ao fato de que "não existe nenhum critério sério para que possamos inferir uma diferença de gênero no ato de traduzir".

Por fim, após mencionar um dissenso entre feministas norte-americanas e francesas – no qual a autora menciona um silêncio das francesas em relação aos tópicos que mobilizam as norte-americanas,⁶ que afetariam todos os domínios da produção humana, não só a tradução – Oseki-Dépré (2007, p. 101) identifica como crítica mais severa a essas mulheres o fato de que "o método e a teoria dos quais elas fazem uso não são especificamente 'femininos', (evoca-se ora Antoine Berman, ora Jacques Derrida, ora a teoria dos polissistemas), se é que podemos identificá-los claramente". Essa observação poderia ser problematizada se levarmos em conta a baixa representatividade das mulheres na filosofia e na ciência de modo geral, não nos estudos da tradução especificamente.

Encerra a seção dedicada ao tema apontando a falta de referência à crescente feminização da profissão de tradutor e menciona a falta de material como paratextos, prefácios ou cartas de mulheres acerca da tradução clássica para poder tratar a questão do ponto de vista feminista, fenômeno válido para toda a produção artística ou cultural do Renascimento ao século XIX, época do surgimento mais visível de mulheres autoras. (OSEKI-DÉPRÉ, 2007, p. 103).

⁶ No original: "*Ces femmes reprochent par ailleurs le silence de leurs consœurs françaises qui ont été à l'origine de ces revendications, Hélène Cixous parmi d'autres*".

2.4 Da ética à sociopolítica

O segundo capítulo da segunda parte se inicia com uma abordagem das "grandes linhas" da teoria dos polissistemas. É designada por Oseki-Dépré no singular e com um adendo entre parênteses, "*La théorie du polysystème (translation studies)*", o que denota mais uma vez que a autora vê a corrente nascida em torno do grupo de acadêmicos do grupo de Leuven – a "versão europeia" como trata Echeverri (2017, p. 4) – como distinta da *traductologie* francesa:

adoraríamos apresentar algumas de suas grandes linhas na medida em que essa escola tenta sistematizar o estudo da tradução de um ponto de vista global e que sua influência se faça sentir de maneira progressiva no mundo da tradutologia. Bastante distanciada da hermenêutica e servindo de contraponto ao último Berman, não podemos deixá-la passar em branco, visto que as pesquisas tradutológicas recentes se inspiram nela e daí tomam elementos emprestados. (OSEKI-DÉPRÉ, 2007, p. 104).

Conforme apresentado pela autora, essa teoria propõe um estudo da "literatura traduzida" (aspas empregadas por Oseki-Dépré) de acordo com uma visão sociológica e linguística, aproximando-se de Pierre Bourdieu do ponto de vista sociológico e dos estudos socioliterários, ao levar em consideração o jogo de forças e relações diversas envolvidas na circulação da literatura, compreendendo leitor, mídia, instituições acadêmicas, editoras, livrarias, etc. Do ponto de vista linguístico, aproxima-se dos trabalhos dos formalistas russos, como Jakobson, Tynianov e Eikhenbaum.

Essa corrente teórica estaria interessada na tradução voltada para a cultura de chegada, ao ter como escopo não a análise das traduções por meio de métodos prescritivos, mas as "condições sócio-históricas, culturais, ideológicas que fizeram de uma tradução o que ela é". (OSEKI-DÉPRÉ, 2007, p. 107). Ela enumera três contribuições importantes dessa escola: a) levar em consideração a seleção de obras-fonte retidas pela literatura de chegada, estudando as interferências; b) analisar como (normas, estratégias) a literatura fonte é traduzida no sistema de chegada, proporcionando um contexto em que se deve estudar o repertório (códigos, cânones) da literatura traduzida, em geral "periférica" em relação à literatura nacional e; c) dispensar atenção à interculturalidade, ao postular que o fenômeno da tradução não pode ser visto de forma separada do fenômeno dos contatos entre culturas, mas dentro de um processo maior de trocas.

A autora questiona afirmação atribuída a Toury (conforme Even-Zohar) de que a literatura traduzida seria "secundária", no sentido de que não exerce influência sobre "os processos maiores e se molda a normas já convencionalmente estabelecidas segundo um tipo

dominante [...]”⁷. Oseki-Dépré (2007, p. 110) alinha-se novamente a Berman ao contestar a ideia de "secundariedade" da literatura traduzida, que negaria o papel criador e autônomo do tradutor, ao lembrar os exemplos da influência da tradução de Poe por Baudelaire influenciando Mallarmé, Rimbaud, entre outros.

O teórico francês é evocado em seguida para repelir a ideia de tradução literária como um processo de integração automática ao polissistema literário – caso fosse verdade, o tradutor, ao buscar a aceitabilidade às normas da cultura de acolhimento, renunciaria a toda a criatividade. O trecho não é citado textualmente pela autora, mas julgamos importante recuperar o original e reproduzi-lo aqui:

[...] é importante notar que Toury, na sua preocupação em chegar a uma tradutologia científica, e mesmo funcional, estabelece esquemas ou leis que não são apenas historicamente questionáveis, mas contradizem o seu próprio "sentido histórico". Tais padrões revelam também que, no que diz respeito ao papel da "literatura traduzida", a escola de Tel Aviv compartilha acriticamente os preconceitos prevalentes sobre a sua "secundariedade". *Importante, mas secundária*, esse axioma comum a todos os historiadores literários é, aqui, para completar a questão, transformado em lei. O resultado, como de costume, é uma negação do papel criador do tradutor na história ocidental [...] (BERMAN, 1995, p. 53-54, tradução nossa, grifos do autor).⁸

Apesar desses pontos de divergência, Oseki-Dépré (2007, p. 112) demonstra que é possível aproximar a também chamada Escola de Tel Aviv da tradutologia francesa, ou mesmo do pensamento bermaniano, que lhe é tão fundamental:

Essa escola, se podemos chamá-la assim, fez discípulos no mundo todo e dá a impressão de estar bem afastada dos tradutores franceses (de inspiração alemã). As pesquisas atuais demonstram um forte sincretismo ao submeterem o *corpus* da literatura traduzida às "tendências deformadoras da tradução etnocêntrica" de Antoine Berman e, ao integrá-las em um projeto estratégico que visa à "literariedade", ou seja, a adequação aos cânones estabelecidos.

Finalmente, chegamos à última seção da segunda parte, na qual a autora, com a colaboração de Louis-Jean Calvet, aproxima pós-colonialismo e a corrente teórica de viés sociológico representada pela francesa Pascale Casanova, mormente em sua obra *La République mondiale des Lettres* [A República Mundial das Letras].

⁷ O trecho entre aspas é atribuído a Toury, mas não há menção ao local de publicação nem ao número da página. No original: "La littérature traduite, dit Gidéon Toury, après Even-Zohar, est seconde dans le sens où elle n'exerce pas d'influence sur « les processus majeurs et se modèle sur des normes déjà conventionnellement établies déjà selon un type dominant... »." (OSEKI-DÉPRÉ, 2007, p. 110).

⁸ [...] il importe de souligner que Toury, dans son souci de parvenir à une traductologie scientifique, et même fonctionnelle, bâtit des schémas ou lois qui non seulement sont discutables historiquement, mais contredisent son propre « sens historique ». Ces schémas révèlent en outre qu'en ce qui concerne le rôle de la « littérature traduite », l'école de Tel-Aviv partage acriticement les préjugés régnants sur sa « secondarité ». *Importante, mais seconde*, cet axiome commun à tous les historiens des littératures est, ici, pour comble, transformé en loi. Il en résulte, comme d'habitude, une négation du rôle créateur du traduire dans l'histoire occidentale [...]

Entretanto, ao mesmo tempo em que apresenta as duas tendências de forma conjunta, põe em questão a relação mecânica entre pós-colonialismo e sistema mundial de tradução, ao afirmar que "todas as línguas que têm *status* internacional não são necessariamente línguas coloniais"(OSEKI-DÉPRÉ, 2007, p. 113). A autora menciona, mas não cita a fonte, as taxas baixas de tradução a partir do espanhol (1-3%) ou do português (menos de 1%), línguas que já tiveram o *status* de internacionais devido à história dos impérios coloniais, argumentando que se traduz muito mais do inglês, do alemão ou do francês.

Novamente temos a acusação de "deslocar o problema", desta feita dirigida a Casanova em sua formulação acerca das "trocas desiguais", que partiria de uma afirmação parcial (a tradução literária ocorreria entre línguas nacionais iguais e justapostas) que não se confirmaria. Curiosamente, o que se vê na argumentação da própria Inês Oseki-Dépré é um deslocamento do campo macrossocial onde as trocas literárias e tradutórias se dariam – assunto do capítulo – para o campo das escolhas linguísticas, individuais, dos tradutores (ela retomará esse ponto mais à frente, ao concluir o tema):

Se existe então algo de comparável entre as línguas na tradução, isso decorre do linguístico. Mas o problema da igualdade das línguas é outro. Assim que abordamos o nível sociolinguístico, as línguas não são "iguais", são profundamente "desiguais", e a questão teórica do status da tradução não pode ser abordada fora do contexto dessa desigualdade. Falar de tradução e de "capital linguístico" implica então que adotemos antes de qualquer coisa um modelo de relações entre as línguas do mundo e que estudemos em seguida, dentro desse modelo, os fluxos concretos de traduções, bem como as escolhas dos tradutores, duas abordagens que já foram realizadas e que nos contentaremos em recordar a seguir. (OSEKI-DÉPRÉ, 2007, p. 117).

Ao lembrar que o centro das trocas desiguais com a periferia não está dado – e pode mudar, como de fato ocorreu de Atenas a Roma a Paris a Nova York –, chega aos percentuais tão recorrentes em pesquisas de cunho sociológico, citando dados de De Swaan (1993), da dissertação de mestrado de Lia Wyler (1995) e finalmente dela mesma e de Calvet para, com uma ou outra ressalva, como o alemão, pouco falado, mas bastante traduzido, reconhecer a existência de línguas centrais a partir das quais se traduz.

Também cita Heilbron e seus trabalhos com dados da Unesco e em colaboração com Gisèle Sapiro, a partir dos quais temos formulações contundentes preconizando a análise da tradução não do ponto de vista de suas relações com o texto-fonte, mas de suas contribuições à cultura-alvo, em um contexto de relações internacionais a partir da existência de Estados-nação e de grupos linguísticos. Oseki-Dépré (2007, p. 121-122) parece rechaçar parcialmente essa abordagem ao afirmar que a referência de Heilbron e Sapiro aos Estados-nação é um fato conjuntural, oriundo de uma noção contemporânea, e ao criticá-los por não definirem o que

entendem por "grupos linguísticos", se são grupos de línguas ou "x-fonias", como o fez Calvet (2000, p. 195-202).

Retorna a Casanova para atestar-lhe o mérito de colocar as questões tradutológicas em uma dimensão global sem deixar de lado os aspectos propriamente literários da literatura traduzida:

A atenção dedicada à literatura a conduz [Pascale Casanova] sobre os passos de Goethe e da *Weltliteratur* que, como vimos, se define como "um comércio entre as ideias e os povos, um mercado mundial literário, no qual as nações trocam seus tesouros espirituais", comparável a um *Weltmarkt*. (OSEKI-DÉPRÉ, 2007, p. 122).

Inês Oseki-Dépré (2007, p. 123) parece concordar com "a herdeira dos posicionamentos de Bourdieu" quando resume a hipótese plausível ("*vraisemblable*") de que alguns centros na economia mundial se constituem pelo acúmulo de capital político e cultural, do prestígio da sua literatura e cultura: "segundo suas pesquisas [de Casanova], Paris se manteve até aqui [1999] de certa forma como 'o centro do mundo' rivalizada por Londres ou Nova York".

O "francocentrismo" é partilhado pela teórica brasileira, que recorda o número de escritores acolhidos pela França, sua enorme influência sobre as literaturas estrangeiras e a autonomia do campo literário francês em relação à política – quanto mais antigo o campo literário, mais autônomo em relação à política e mais voltado à literatura em si mesma, contra a nação e o nacionalismo.

Ainda sobre autonomia, Oseki-Dépré (2007, p. 127) parte para exemplos singulares, ao citar Casanova para aduzir que os escritores com maior autonomia são os que conhecem e subvertem as leis do espaço literário mundial: relembra a Semana de Arte Moderna e o embate entre o grupo Verde Amarelo representado por Monteiro Lobato e a Antropofagia representada por Oswald de Andrade. Em seguida, volta ao seu *leitmotiv*, ao nomear o movimento da poesia concreta como partidário ("*rallié*") dessa tendência cosmopolita que buscava ao mesmo tempo um patrimônio específico (às vezes inspirado no Barroco) e universal.

A seção é finalizada com reiteraões acerca da tradução como vetor da universalização literária, passando pelo reconhecimento das desigualdades entre as literaturas, que não têm nem as mesmas regras nem as mesmas necessidades, de modo que as culturas "dominadas" importam mais e as "dominantes" são mais traduzidas.

Encarando a questão do ponto de vista dos *Descriptive Translation Studies* (ponto de vista sociológico), consideramos aqui o francês como língua de acolhida [*langue d'accueil*] de traduções de literaturas estrangeiras, mas, antes de tudo, como a língua da tradução do dominado para o dominante [*du dominé vers le dominant*], regida por uma série de pressupostos: ela não é somente a língua vernacular, mas também todo um conjunto de valores ideológicos, mesmo políticos, que asseguram (ou têm assegurado) sua supremacia. (OSEKI-DÉPRÉ, 2007, p. 130)

No último parágrafo, Oseki-Dépré (2007, p. 133) volta ao domínio das escolhas individuais do tradutor ao postular que, se a transferência literária pela tradução permite o crescimento do patrimônio cultural da cultura de acolhimento (“*l’acroissement du patrimoine culturel de la culture d’accueil*”), a escolha do tradutor poderá ter como consequência a manutenção das formas tradicionais dessa literatura, e o papel dele seria apenas o de reforçar a cultura dominante, de modo que seu papel seria mais importante do que seu “humilde anonimato” nos poderia deixar pensar.

Mesmo que demonstre mais familiaridade com algumas das correntes teóricas abordadas na primeira parte da obra, Inês Oseki-Dépré aborda as teorias de cunho sociológico da tradução com um olhar singular, buscando contrapô-las à tradutologia derivada mais diretamente do texto benjaminiano, que ela sintetiza nos capítulos dedicados à Antoine Berman, Henri Meschonnic e Haroldo de Campos, na primeira parte da obra. É evidente que sua área de *expertise* está nas teorias de caráter filosófico-hermenêutico, pelas quais é formada, mas é justamente por esse aporte quase antagônico que ela consegue chegar a sínteses instigantes, como aquela mencionada entre teoria dos polissistemas e a crítica bermaniana à tradução etnocêntrica.

Por sua insistência em retornar sempre ao texto e às escolhas individuais do tradutor – mesmo quando aborda questões amplas como os fluxos literários e tradutórios entre as nações ou contextos sociais supranacionais, a exemplo das questões de gênero e pós-coloniais – a articulação da autora logra uma perspectiva interessante para a pesquisa, que poderia abarcar aspectos microtextuais e macrossociais, um possível norte para a integração entre as diversas linhas de pesquisa em tradução realizadas atualmente no Brasil.

Trata-se de um texto com todas as características do ensaio francês – o que se apresenta logo no subtítulo: (*Essais de traductologie*) – que se constrói à medida que o pensamento se desenvolve, de forma não necessariamente linear, cujo impulso inicial é o texto benjaminiano, com o qual a autora dialoga o tempo todo. Tal qual a obra precursora do gênero, os *Ensaio*s de Montaigne, os ensaios críticos de tradutologia de Inês Oseki-Dépré são uma reflexão sobre a teoria da tradução, sem ter a pretensão de esgotá-la, exposta de maneira pessoal, ainda que embasada em outros textos científicos.

É típico do ensaio, como colocam Iozzi-Klein e Cavallari (2015, p. 108) ao citarem a visão de Adorno sobre esse gênero textual/literário, ter como fulcro os “pontos cegos de seu objeto”, ao expor as contradições e arranjos que se organizam de modo subjetivo em conceitos pretensamente objetivos, precisamente o tipo de crítica que Oseki-Dépré se propõe a fazer com os estudos sobre a tradução que comenta. As autoras ainda postulam, comentando Maria

Ferrechia, que o componente literário que caracteriza o ensaio está ligado à erudição e à qualidade de seu escritor:

O ensaísta é visto como um intelectual sagaz e versátil, capaz de associar âmbitos disciplinares diferentes, nem sempre de sua competência; o que, se por um lado o expõe a acusações de diletantismo e anticientificismo, por outro lhe concede extrema liberdade compositiva e estilística. (IOZZI-KLEIN; CAVALLARI, 2015, p. 112)

Inês Oseki-Dépré partilha seus pontos de vista sem camuflá-los por trás de uma pseudobjetividade científica, empregando o discurso indireto e a ironia para desautorizar as vertentes teóricas das quais discorda, como faz ao tecer críticas a *Pour une éthique du traducteur* (1997), obra segundo ela "definitivamente dirigida a tradutores não literários e na qual aprendemos muito sobre as viagens e atividades de Anthony Pym". (OSEKI-DÉPRÉ, 2007, p. 93).⁹

É o tipo de arquitetura textual que se faz de maneira às vezes bastante sutil, como vemos no único caso em que Oseki-Dépré emprega a forma feminina de *auteure*, apenas recentemente reconhecida pela Académie Française,¹⁰ há muito reivindicada e empregada pelos movimentos feministas, principalmente no Canadá. Ela só o faz na seção que trata da tradução feminista e grafa a desinência indicativa de feminino entre parênteses: *auteur(e)*, justamente para se referir às tradutoras feministas, na maioria canadenses, que militam pela linguagem e abusam de construções desse tipo.

Seu texto é marcado sobretudo pela intertextualidade, com frequentes comparações e analogias; empregando a 1ª pessoa do plural (*nous*), dialoga também com o leitor por meio de períodos longos, muitas vezes intercalados com informações adicionais, ressalvas e exemplos, a partir dos quais reconstruímos o panorama da área na visão da autora.

⁹ "[...] décidément adressé à des traducteurs non littéraires et où nous apprenons beaucoup sur les voyages et activités d'Anthony Pym".

¹⁰ Em sessão realizada em 28 de fevereiro de 2019, a Académie Française aprovou um relatório sobre a adoção da forma feminina para os substantivos que designam profissões e funções, no qual reconhece não haver "nenhum obstáculo, a princípio, à feminização dos nomes de ocupações e profissões". De acordo com o documento, a forma *auteure* é mais frequente, ainda que a instituição afirme que "*autrice*" tenha a formação mais satisfatória (« *Autrice* », dont la formation est plus satisfaisante [...]). Disponível em: http://www.academie-francaise.fr/sites/academie-francaise.fr/files/rapport_feminisation_noms_de_metier_et_de_fonction.pdf. Acesso em 3 fev. 2020.

Figura 3 – Estilo da autora: períodos intercalados com exemplos e observações

En fait, et à travers un long détour – dont l’auteur est friand – par l’histoire des hérauts spartiates qui s’offrent en sacrifice pour compenser la mort de deux Perses et sont pardonnés par Xerxès, il dégage – après Jacobi, Hegel et Luckàcs – trois éléments d’analyse (pays, loi, hommes) auxquels il ajoute un quatrième, qui est le voyage (effectué par les Spartiates pour se rendre en Perse). En voyageant, les Spartiates cessent d’être des citoyens quelconques, ils deviennent à l’instar des *Blendinge*, des traducteurs, qui font l’effort d’aller vers les autres. Le traducteur n’est pas seulement responsable devant les lois d’une communauté, d’un pays, mais devant celles de toute la communauté interculturelle. Ainsi, Anthony Pym retombe-t-il sur la question du « comment », voire sur la question des choix de traduction, qu’il prétendait éviter.

Fonte: reprodução de exemplar impresso de Oseki-Dépré (2007).

Se analisamos as referências indicadas na bibliografia ao final da obra, constatamos que os autores teóricos com o maior número de obras citadas são Antoine Berman, Henri Meschonnic e Georges Mounin – entre os poetas são Haroldo de Campos e Jacques Roubaud – de modo que não resta dúvida sobre o lugar que Oseki-Dépré ocupa no “mapa” da Tradução, partindo de uma epistemologia essencialmente francesa. No entanto, quando avaliamos o que ela destaca e critica nas outras epistemologias, resta claro que seus critérios de legitimação são, antes de tudo, literários, segundo os quais a forma prepondera e a tradução figura como meio excepcional de analisar e compreender o texto literário:

a “grande tradução”, à qual Henri Meschonnic faz alusão, não é ética, é no máximo estética ou “transluciferina” (Haroldo de Campos). Se as traduções de Baudelaire ou de Hölderlin “se sustentam”, de acordo com os termos de Berman, é porque elas estabelecem com o original uma relação singular, de texto a texto, de criação a criação. (OSEKI-DÉPRÉ, 2007, p. 216, tradução nossa).¹¹

De fato, se compreendemos o cerne da questão para a autora, o fenômeno da criação literária, entendemos a impossibilidade de enquadrar a tradução em modelos científicos tais como os conhecemos. O que nos toca como mais significativo no juízo da autora nesta obra em particular, quer partilhemos dos mesmos discursos ou não, é a premissa de que o pensamento tradutório está em seu fazer. A tradução de um texto com essas características, comentada no capítulo a seguir, busca, portanto, contribuir para o debate teórico da disciplina a partir de nossa experiência tradutória voltada para o meio editorial.

¹¹ En fait, la « grande traduction » à laquelle fait allusion Henri Meschonnic, n’est pas éthique, elle est tout au plus esthétique ou « transluciférine » (Haroldo de Campos). Si les traductions de Baudelaire ou de Hölderlin « tiennent », selon les termes d’Antoine Berman, c’est parce qu’elles entretiennent avec l’original un rapport singulier, de texte à texte, de création à création.

CAPÍTULO 3 – PROJETO EDITORIAL E PROJETO DE TRADUÇÃO

Escritores tecem como aranhas as palavras, enquanto os editores redesenham, fio a fio, o tecido de símbolos a que chamamos texto

(Maria Midori Deacto, Introdução ao *Manual de Editoração e Estilo*, de Plínio Martins Filho, 2016, p. 13)

Correndo o risco de nos repetirmos, evocamos Berman (2007, p. 17) mais uma vez para apresentarmos nossa contribuição para as pesquisas em tradução, quando, ao abordar o horizonte do discurso que pretendia desenvolver sobre a tradução, o autor insistiu em substituir a ideia de “teoria” pela de “reflexão”. Trata-se antes de experiência e reflexão do que de “teoria e prática” da tradução. Ainda que eventualmente recorramos à descrição dos processos envolvidos nas escolhas tradutórias que fizemos – e inevitáveis justificativas –, não pretendemos criar um manual ou soluções definitivas para os eventuais desafios enfrentados por um tradutor de obras teóricas. Fazendo nossas as palavras de Cardozo (2009, p. 108, grifos do autor), reconhecemos que

a noção de *projeto de tradução* convive, aqui, com o pressuposto de que nenhum processo tradutório abolirá o acaso, nem eximirá o tradutor das dimensões imponderáveis de uma prática discursiva que se inscreve dentro dos limites e das possibilidades de sua condição humana.

Interessa-nos, como profissionais e pesquisadoras do livro e da tradução, explicitar os caminhos percorridos e, ao articular tanto os discursos teóricos sobre a tradução quanto as práticas consolidadas e recorrentes no meio editorial, testadas ao longo de várias décadas e resistentes a mudanças tecnológicas e paradigmáticas, apresentar um projeto de tradução de tradutologia – entendida no sentido bermaniano de “reflexão sobre si mesma a partir da sua natureza de experiência” – sob a perspectiva da editoração, isto é, um projeto de tradução pensado para ser publicado no Brasil.

Considerando que a realização de um dos principais objetivos desta pesquisa consiste na tradução da segunda parte da obra *De Walter Benjamin à nos jours: essais de traductologie* de Inês Oseki-Dépré, com vistas à publicação em formato de livro, preferencialmente impresso, apresentamos como objetivo correlato o percurso que levou à elaboração de um projeto editorial para a obra em língua portuguesa.

Assim, as decisões tomadas em vista de uma eventual publicação da obra de Inês Oseki-Dépré traduzida para a língua portuguesa abrangem não só as questões tradutórias, a serem abordadas no subitem 3.2, como também as questões editoriais, tendo em vista que a própria

natureza do texto a ser traduzido – um texto acadêmico de caráter ensaístico – permite tanto ao tradutor quanto aos demais profissionais do texto envolvidos no processo um grau maior de liberdade quanto às intervenções em sua apresentação e estrutura formal, diferente de um texto literário, no qual o respeito à forma é quase absoluto.

Será dada atenção especial aos elementos gráficos do original, às regras de estilo recomendadas pelos manuais mais completos do meio e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). É importante frisarmos que, salvo exceção indicada em nota de rodapé, o termo “norma” é empregado neste capítulo com a acepção geral de regra, lei, padrão, não no sentido empregado por Gideon Toury (2012).

3.1 Projeto editorial

A regra básica da editoração é a de quebrar qualquer regra que prejudique a fluência da leitura

(Emanuel Araújo, Prefácio do autor, *A construção do livro*, 2008, p. 23)

O livro impresso teve vários formatos ao longo de sua história, do rolo ao códice até chegar à brochura que conhecemos hoje, e a prática de edição sempre foi adotada de alguma forma em sua feitura. Contudo, como constata a historiadora e professora de editoração Marisa Midori Deacto (2014, p. 12, grifo nosso):

A revolução de Gutenberg intensificou ainda mais a oposição entre a escrita (=original) e o texto (=impresso), na medida em que a possibilidade de reprodução mecânica do livro exigiu novos níveis de profissionalização e de padronização. A publicação de textos eruditos se torna, então, uma atividade colegiada, com ampla participação de especialistas em diferentes fases de construção do livro, desde a seleção do manuscrito [...] até as *intervenções de natureza editorial*, ou seja, a inserção de paratextos, a hierarquização das informações e, claro, a revisão do exemplar impresso.

É sobre esse último tipo de intervenção citado que nos debruçaremos agora, cientes de que tais intervenções se dão com base em um modelo estabelecido previamente para a publicação, o projeto editorial, tendo em vista o tipo de obra e o tipo de público a que se destina, por meio do processo conhecido como editoração: “conjunto de teorias, técnicas e aptidões artísticas destinadas ao planejamento, feitura e distribuição de um produto editorial” (ARAÚJO, 2008, p. 38).

Nossa proposta aqui ultrapassa as escolhas tradutórias e cruza a fronteira da etapa de produção intelectual da obra, chegando a estabelecer diretrizes que interferem em sua produção física – ou na sua concepção voltada para ter um suporte físico. Ainda que reconheçamos que

o trabalho de publicação de uma obra seja fruto de uma equipe de profissionais, apresentamos um projeto no qual o próprio tradutor (tradutora, no caso) estabelece regras para que o texto editorado esteja de acordo tanto com o projeto de tradução quanto com as normas editoriais. Se estivéssemos trabalhando com um texto literário a forma escolhida pelo autor seria soberana, o que não é o caso em tela:

[...] quando a forma se confunde com o estilo não resta outra alternativa senão aceitá-los como um todo. Ao se trabalhar com obras em que o elemento primordial é a informação (compêndio, *ensaio* e congêneres), existe aquela liberdade de redistribuição dos originais em benefício da clareza, mas com a produção literária impõe-se o absoluto privilégio autoral. (ARAÚJO, 2008, p. 27, grifo nosso).

De fato, só nos propusemos a tanto em vista da miríade de normas e diretrizes em voga no mercado. Se há tantas possíveis, por que não estabelecê-las do ponto de vista da tradução? Como postulou Emanuel Araújo (2008, p. 56), “não existe, na verdade, qualquer padrão absoluto para nada”. Tal juízo também é compartilhado por Plínio Martins Filho (2016, p. 15), logo na introdução de seu *Manual de Editoração e Estilo*:

No caso da publicação de livros, cada editora tem suas normas de preparação, nem sempre escritas. Essas regras visam sobretudo, a orientar a edição dos originais segundo determinados critérios que imprimam unidade e coerência ao texto, conferindo-lhe ainda uniformidade global, mediante padrões formadores e informadores da obra, e não a ensinar ao preparador ou ao editor como se deve escrever.

Mesmo com a elasticidade dos critérios que podem ser adotados para a sistematização de um texto em vias de ser publicado, é inegável que a adoção de normas confere credibilidade ao texto, além de proporcionar economia de tempo e material nas etapas subsequentes de preparação e revisão de provas gráficas.

No Brasil costuma-se adotar, a princípio, as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), “que vem desenvolvendo, embora de modo parcial e nem sempre unificado, um trabalho de normatização para os livros” na opinião de Plínio Martins Filho (2016, p. 18). Como veremos, as normas da ABNT muitas vezes são suplantadas pelas normas próprias elaboradas pelas editoras por várias razões, seja pela falta de familiaridade dos autores com as atualizações das normas – que, no entanto, não são tão frequentes como se costuma propagar – seja pela limitação que poderiam oferecer à criação artística – seria bastante penosa a aplicação de norma da ABNT para editoração de poemas ou livros infantis, por exemplo. Ademais, as normas da ABNT não contemplam vários produtos editoriais, como *e-books*.

Essa constatação fica ainda mais evidente quando analisamos o caso do nosso objeto de estudo, a publicação de traduções. Na norma que se aplica a livros e folhetos, a NBR 6029, cuja última atualização se deu em 31 de março de 2006, só há uma menção a “tradução” – na seção referente ao verso da folha de rosto, no qual deve constar o título original da obra, caso se trate de uma tradução. O tradutor é mencionado três vezes: na seção referente ao anverso (frente) da folha de rosto da obra impressa, e nas seções referentes a nota e nota de rodapé.

Como podemos perceber, no que diz respeito a livros, não há normativo que se aplique a traduções, de modo que as editoras gozam de total liberdade para editorá-las conforme suas normas próprias, ainda que por vezes estejam restritas a cláusulas contratuais estipuladas pelos detentores dos direitos autorais da obra original. Idealmente, “a margem de padronização editorial que se reserva à editora tem de ser explicitada em contrato comercial supervisionado por especialista em direito autoral.” (ARAÚJO, 2008, p. 28).

Restrições jurídicas à parte, vamos examinar a forma como as traduções são tratadas por alguns dos manuais de editoração mais utilizados no meio e pelos próprios agentes textuais que trabalham em editoras, conforme estes relataram em questionário aplicado em novembro de 2019, reproduzido no apêndice B.

3.1.1 A tradução no processo de editoração

Em seu *A construção do livro*, Emanuel Araújo (2008, p. 117) destaca que o preparador de originais deve ter “cultura humanística”, como Paulo Rónai e Aurélio Buarque de Holanda,¹ e evoca a tradição de rigor editorial no Brasil inaugurada pelo próprio Rónai na década de 1940, da qual se destaca sua bem-cuidada editoração da *Comédia Humana*. Araújo recomenda a edição das poesias de T.S. Eliot por Ivan Junqueira, que, além de traduzir o autor, rastreou a fonte não indicada de cada alusão e citação.

De alta qualidade ou feitas em tempo recorde para atender aos lançamentos simultâneos de *best-sellers*, as traduções têm grande importância no meio editorial brasileiro, seja em número de vendas, seja em prestígio. Oustinoff (2011, p. 51-52, grifo nosso) afirma que “a tradução representa apenas de 2 a 4% das obras publicadas nos Estados Unidos ou na Grã-Bretanha, enquanto representa 8 a 12% na França, em torno de 14% na Alemanha, chegando a 25% na Itália e a 39% no Brasil”. Esse número se confirma no cenário atual se levarmos em consideração o número de títulos produzidos, não o número de exemplares, como mostra

¹ Araújo (2008, p. 117) relata um episódio em que Rónai e Buarque de Holanda distinguiram uma citação disfarçada na tradução de um conto de Merimée e “deram destaque tipográfico à frase original ‘*c’est Venus tout entière à sa proie attachée*’, para orientar o leitor, em nota, que ela havia sido retirada de Racine”.

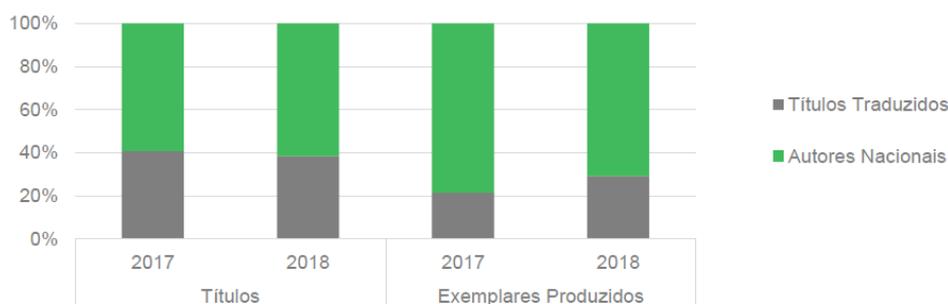
pesquisa da Fundação Instituto de pesquisas econômicas – Fipe (2019) relativa à produção e vendas no setor.

Figura 4 – Produção e venda de traduções no setor editorial brasileiro (2018)

TÍTULOS EDITADOS E EXEMPLARES PRODUZIDOS - NOVOS NÚMEROS DE ISBN

IDIOMAS	TÍTULOS			EXEMPLARES		
	2017	2018	VAR (%)	2017	2018	VAR (%)
LIVROS TRADUZIDOS	6.556	5.626	-14,2	16.836.367	20.648.801	22,6
AUTORES NACIONAIS	9.523	9.013	-5,4	61.440.236	49.895.890	-18,8
TOTAL	16.079	14.639	-8,96	78.276.603	70.544.691	-9,88

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL – AUTORES NACIONAIS X LIVROS TRADUZIDOS - NOVOS ISBN



<http://pesquisaeditoras.fipe.org.br>

Fonte: Fipe (2019).

De acordo com essa pesquisa, conforme podemos ver na figura 4, dos 14.639 títulos produzidos em 2018, ou seja, com novos números de ISBN, 5.626 correspondem a livros traduzidos, o que equivale a 38,43% do total; em 2017, do total de 16.079 novos títulos, 6.556 eram traduzidos, o que corresponde a 40,77%, percentuais bem próximos ao citado por Oustinoff.

Geralmente os manuais dedicados à preparação de originais, revisão e editoração dedicam ao menos uma seção à editoração de traduções, ainda que não muito extensa. Entre as obras dedicadas à revisão/edição de textos, por exemplo, Coelho Neto (2013, p. 59) reconhece, entre as atribuições do revisor/editor de textos, “revisar, se tiver experiência, traduções, cotejando-as com os originais”, o que chamou de revisão técnica, comumente conhecida como “revisão de tradução”, como é designada nos manuais de Athayde (2011, p. 133) e Martins Filho (2016, p. 174).

Além de clichês que reforçam que preparadores têm de ler em mais de uma língua, ter vasta cultura geral e consultar boas fontes, é comum encontrarmos algumas simplificações como em Martins Filho (2016, p. 174), para quem uma tradução “deve ser fiel ao original estrangeiro e, ao mesmo tempo, estar isenta de interferências e contaminações da língua da qual provém”. Podemos nos perguntar: fiel ao original estrangeiro na forma ou no conteúdo? É possível fazer uma tradução isenta de “contaminações” da língua da qual provém? Se for o caso, isso seria desejável, ético ou mesmo “fiel”? Como lidar editorialmente com as inovações na língua e nos sistemas (o literário principalmente) introduzidas pela tradução e pela importação de modelos?

Afirmações reducionistas são frequentes em obras não voltadas à tradução e refletem as práticas mais comuns do mercado, precedendo uma lista de prescrições do que deve ou não ser traduzido, como citações, referências, nomes próprios, etc. É nesse ponto que julgamos que os estudos da tradução podem adensar as reflexões e contribuir para as epistemologias do texto, dos paratextos e da editoração.

A fim de verificar se tais recomendações dos manuais são de fato seguidas pelos profissionais da área, fizemos uma sondagem inicial por meio de questionário *on-line*, divulgado entre profissionais da área, por meio de lista de *e-mails* e redes sociais.² A participação foi voluntária e as respostas foram registradas anonimamente para que os participantes pudessem relatar livremente e sem constrangimento as práticas de editoração de traduções nas editoras em que trabalham ou para as quais prestam serviço. Por essa razão, não são mencionados nominalmente as editoras ou os profissionais.

Durante os 30 dias em que o questionário esteve disponível, obtivemos 23 respostas, das quais cerca de 20 serão relevantes para a presente análise, disponíveis no apêndice B. Explico: a primeira pergunta era “A editora na qual/para a qual você trabalha publica traduções?”, de modo que apenas aqueles que respondessem sim poderiam responder às demais, todas relativas à tradução; aqueles que respondessem “não” tiveram o questionário encerrado automaticamente. Devemos registrar também que recebemos por *e-mail* algumas negativas de colegas a responder o questionário, tendo em vista que não trabalhavam em editoras que publicam traduções. Ademais, nem todos os participantes responderam todos os itens, portanto,

² O questionário foi elaborado por meio da ferramenta Google Forms e divulgado entre as listas de *e-mails* da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU) e em grupos e perfis voltados para o mercado editorial nas redes sociais Facebook e Instagram. Foi endereçado “aos profissionais do texto (preparadores, revisores, tradutores, editores, assistentes editoriais, etc.) que lidam com traduções em contextos editoriais”, conforme texto de apresentação reproduzido no apêndice B

os percentuais foram estimados com base no número de respostas correspondente a cada item, e não da amostra total.

Em relação à importância das traduções no catálogo da editora, 15 das 20 respostas (75%) foram positivas, em nossa interpretação, e nos dão a entender que as obras traduzidas ocupam sim uma posição de destaque, conforme podemos acompanhar no quadro 1. Reproduzimos primeiro as 15 perguntas avaliadas como positivas, seguidas das cinco restantes, avaliadas como neutras ou negativas. As grafias correspondem exatamente aos textos enviados.

Quadro 1 – Respostas à pergunta 2 do questionário

2. Qual a importância dessas traduções no catálogo da editora?	
1	Bastante expressiva.
2	Diria que as traduções significam uma parcela de importância fundamental nas publicações da Editora UFPR. Várias de nossas obras ganharam prêmios na categoria "tradução" (p.e., os Jabutis para 'Anatomia da melancolia' ou para 'O mundo como vontade e representação'), e várias obras traduzidas constituem alguns dos nossos títulos mais expressivos e bem-sucedidos.
3	As obras traduzidas são inéditas no Brasil
4	consignações ou detém mais prestígio entre determinado público (premiações e citações)
5	A editora praticamente só trabalha com livros traduzidos.
6	Além de ter um número mais expressivo em vendas elas trazem prestígio ao catálogo, além de agregar possíveis prêmios no meio editorial.
7	Em geral são obras clássicas de diferentes áreas do conhecimento, mas há também títulos que suprem lacunas de pesquisas nacionais ou são referências básicas de cursos.
8	Muito alta. A maioria dos títulos publicados é traduzida.
9	Têm números mais expressivos de vendas e são mais prestigiadas
10	As obras traduzidas possibilitam para a Editora mais conhecimento, divulgação e venda externa em relação a assunto, autor e país. Determinados assuntos precisam ser traduzidos para publicação pois alguns materiais só existem em determinadas línguas, sendo assim, contribui também para disseminação de conhecimento e pesquisa.
11	São importantes para a pesquisa acadêmica em diversas áreas.
12	Agregam valor ao nosso catálogo por preencherem lacunas em determinadas áreas que não possuem textos consolidados e considerados clássicos no idioma português brasileiro.
13	Grande
14	A editora publica traduções principalmente nas áreas de antropologia, sociologia, geografia, filosofia, teoria literária e literatura.
15	Por praticarmos uma política de atender à academia e publicarmos em diversas áreas do conhecimento, damos atenção especiais às traduções. E sim, ajuda no prestígio e nas vendas.
16	Ainda não fazemos traduções por falta de estrutura de pessoal. Mas consideramos extremamente relevante realizar traduções de obras de interesse acadêmico e científico que ainda não foram traduzidas para a língua portuguesa
17	nenhuma
18	Depende do livro, do autor, da importância da obra
19	Fazemos versão de obras relevantes para a comunidade internacional.
20	O Conselho Editorial é favorável a traduções geralmente quando o autor é bem conhecido, sua obra é considerada importante pela crítica ou a obra obteve alguma premiação.

Apesar da importância dada às traduções na maior parte dessas editoras, apenas seis dos 17 participantes (35,29%) que responderam à pergunta 3 relataram haver políticas editoriais específicas para traduções. As respostas avaliadas como afirmativas correspondem aos números 1 a 6 no quadro 2 a seguir. A partir dessas respostas e dos dados da Fipe, podemos aventar a hipótese de que a importância das traduções no catálogo das editoras advém não de políticas editoriais específicas, mas do próprio sucesso de mercado desse tipo de publicação.

Quadro 2 – Respostas à pergunta 3 do questionário

3. Há políticas editoriais voltada para traduções (editais, coleções específicas, programas de auxílio, etc.)? Quais?	
1	Sim, séries.
2	Há uma linha editorial específica para tradução, mas na prática não há uma política consolidada
3	Existe a nossa Série Outras Letras, exclusiva para traduções. E algumas áreas em que temos mais traduções, que são as de Música, Direitos Humanos, Filosofia e as da Coleção Dramas & Poéticas, voltadas à literatura e dramaturgia.
4	Na editora que eu trabalho há anualmente um concurso literário. Cada ano é escolhido um gênero: poesia, romance, conto, teatro... Um deles é para tradução de poesia.
5	Sim. Participamos de alguns programas de auxílio da embaixada da França (para obras francesas) e do Chile (para obras latinas).
6	É atribuição da editora, segundo o seu regimento, "disseminar o saber no contexto catarinense, nacional e internacional", do que se depreende que publicar textos de relevância internacional é parte da política editorial. No entanto, não há coleções específicas, nem programas de auxílio. Já houve um edital para concurso literário cuja chamada era especificamente para tradução de poesia.
7	Não
8	Não trabalhamos com editais. São submissões e procura por professores que nos trazem a possibilidade de tradução que, se aprovada pelo Conselho, buscamos recursos.
9	Não.
10	Não
11	não há
12	Não
13	Nenhuma própria da editora.
14	Não
15	Não
16	nao
17	não conheço

Em relação à contratação dos tradutores, constatamos que há vários tipos de vínculo entre esses profissionais e as editoras, como depreendemos das 20 respostas listadas no quadro 3. O que nos chama atenção é que apenas um dos participantes (5%), como vemos na resposta 1, relatou haver tradutores lotados na editora, o que não é nenhuma novidade, mas denota que, para compensar essa mudança estrutural no mercado, as editoras tenham que compensar a ausência desse profissional no cotidiano da produção elaborando normas a serem seguidas ou

investindo nas etapas posteriores à tradução (preparação, revisões de várias naturezas) a fim de manter certo padrão em seus livros.

Quadro 3 – Respostas à pergunta 4 do questionário

4. Quem traduz as obras? Há tradutores fixos lotados na editora ou um quadro de colaboradores frequentes? Como são escolhidos ou contratados?	
1	Há tradutores lotados na editora e tradutores freelancers. Como a editora publica livros de um tema específico, a contratação de tradutores passa pela familiaridade deles com esse tema.
2	A empresa contratada é escolhida por licitação. Mas as traduções passam por revisão.
3	Para viabilizar as traduções, a Editora deverá lançar mão de parcerias com editoras congêneres ou de contratos terceirizados. Para tradução de resumos em língua inglesa e espanhola, a Editora conta com um quadro de colaboradores frequentes, constituído por professores de língua estrangeira da própria instituição.
4	Os tradutores são free lances.
5	Não há tradutores fixos lotados na editora. As obras são geralmente traduzidas pelos proponentes.
6	os sócios da editora fazem as traduções (inglês, francês e espanhol) por terem fluência nos idiomas
7	pela área de atuação
8	São convidados de acordo com a área da publicação
9	São tradutores externos e não há um procedimento padrão para sua seleção/contratação.
10	Prestadores de serviço via NF ou RPA, escolhidos via testes.
11	São escolhidos pela direção da editora, por notoriedade no respectivo campo de atuação. Não há quadro de colaboradores fixos ou frequentes.
12	Existe um quadro de colaboradores externos, que são contratados conforme demanda e material a ser traduzido.
13	Existe um edital que rege as propostas de publicação e, dentro deste edital, há um anexo para as propostas de tradução. Geralmente quem traduz são professores universitários ou estudantes de nível superior. Algumas traduções são feitas por equipes de professores e estudantes.
14	não há
15	Fixos e colaboradores constantes
16	Não há um quadro de colaboradores frequentes. A editora recebe o original (com a tradução) do tradutor e o material é analisado pelo Conselho Editorial.
17	Não possuímos quadro fixo de colaboradores. No momento os tradutores são indicações da Direção ou chegam até nós com a tradução pronta querendo fazer parceria.
18	Os proponentes que submetem, normalmente professores vinculados à instituição. Não temos tradutores fixos, as contratações são esporádicas e passam depois por revisão técnica de tradução.
19	Não há tradutores fixos na editora. Nos últimos cinco anos (aproximadamente), os livros traduzidos são submetidos pelos próprios tradutores, na maioria das vezes professores e estudantes universitários que têm acesso ao texto em língua original e que gostariam de divulgá-lo para o público interessado na sua área de conhecimento.
20	A responsabilidade da tradução são dos professores. Discorremos sobre a revisão técnica por área e cabe aos proponentes. Temos revisores formados em línguas que fazem a revisão. Em casos especiais, dependendo de cada submissão, buscamos outros recursos e processos

Essa constatação nos leva às respostas à próxima pergunta, relativa à etapa de revisão de tradução, constituída de cotejo entre original e tradução. Dos 20 participantes que

responderam a essa pergunta, 13 (65%) responderam que, quando há essa etapa, o profissional responsável por ela é o revisor de textos, entendido aqui em sentido lato,³ muitas vezes com formação em tradução – perspectiva de atuação profissional que poderia ser abordada nos cursos de formação de tradutores, por exemplo. As 13 respostas afirmativas figuram primeiro no quadro 4 a seguir:

Quadro 4 – Respostas à pergunta 5 do questionário

5. Durante o processo de editoração das obras traduzidas existe a etapa de cotejo (confronto entre original e tradução)? Qual é o profissional responsável por ela?	
1	Sim, eu, por exemplo. Sou tradutora de formação.
2	Esse trabalho é feito na editoração de livros. Após a preparação faz-se o cotejo da preparação com o original. O responsável, no caso das obras em língua portuguesa, é o revisor. Em tradução não poderia ser diferente. Nesse caso, deverá ser um revisor colaborador ou contratado. O importante é que não seja o mesmo profissional a fazer as duas atividades.
3	Sim, o cotejo faz parte da etapa de editoração e é comumente realizado pelos(as) revisores(as). Eu, particularmente, como tive longa experiência anterior como tradutor de livros, sou particularmente envolvido na revisão de obras traduzidas.
4	Sim. O preparador de originais ou copidesque.
5	Sim, outro tradutor faz o cotejo.
6	Existe este processo, quem faz isto é o revisor técnico, terceiro contratado para comparar o original e a tradução, devendo apontar os ajustes necessários.
7	Sim, fazemos o cotejo. O responsável é o próprio revisor ou preparador da obra.
8	Sim. Um revisor.
9	Sim, na hora da revisão. Revisores formados na área e com experiência em revisão editorial.
10	Sim, existe a etapa de cotejo, mas o confronto é feito para se observar se o tradutor não pulou ou duplicou parágrafos. Quem coteja é o revisor. Na equipe de revisores temos conhecimento de inglês, espanhol e francês. Quando se trata da tradução de um desses idiomas, nós cotejamos com mais atenção alguns trechos específicos que em português ficaram ambíguos ou incompreensíveis.
11	Em geral, sim. Depende da obra, pode ser o revisor da tradução, revisor técnico ou o preparador.
12	Quando possível, sim. O profissional responsável são nossas revisoras no quadro que dominam algumas línguas e são tradutoras também.
13	Em alguns casos. Quem realiza esse trabalho são revisoras de texto com formação em tradução.
14	Revisor.
15	o próprio tradutor
16	Não, o proponente ou o próprio autor se responsabilizam por esta etapa.
17	eu
18	não há
19	Não. Só se o revisor de textos perceber algo errado no texto, há uma conferência com o original
20	Não sei.

³ Entendemos como “revisor de textos” o profissional responsável pelas atividades editoriais de preparação, copidesque, edição de textos e revisão de provas. Havia um entendimento nos manuais da área de que revisor seria responsável somente pela parte gráfica, enquanto o editor – de texto, não o *publisher*, proprietário ou responsável por uma editora – seria responsável pelas intervenções textuais anteriores à extinta etapa de composição. Atualmente essas funções parecem se sobrepor, conforme discussão já desenvolvida oportunamente. Cf. Osório (2015).

No que diz respeito aos aspectos editoriais, apenas 18 participantes responderam à pergunta sobre notas de rodapé, dos quais 16 (88,88%) revelaram que esses paratextos são mantidos conforme o original, com algumas ressalvas quanto ao tipo de obra, e que são inseridas notas de tradutor. As outras duas respostas não foram afirmativas de forma contundente, mas denotam que, apesar de a inserção das notas estar condicionada a outros fatores, como adequação ao público brasileiro ou características do original, a inserção desse tipo de paratexto é prática sedimentada no meio editorial brasileiro, ainda que predomine a visão de que só devem ser usadas como último recurso, quando necessário ou inevitável.

Quadro 5 – Respostas à pergunta 6 do questionário

6. As notas de rodapé são mantidas conforme a edição original? São inseridas notas do tradutor ou do editor??	
1	As notas de rodapé originais são mantidas. Tentamos evitar notas do tradutor e do editor ao máximo. Na verdade, nunca vi nota do editor.
2	Geralmente as notas são mantidas conforme a edição original, com ajustes necessários aos nossos padrões. Quanto a inserções de notas do tradutor ou do editor, são feitas sempre que se considera necessário.
3	a tradução obedece fielmente o original. quando necessário, são colocadas notas.
4	sim para a primeira questão e para a segunda, apenas notas de tradução
5	Sim. As notificações do original estrangeiro são mantidas e, quando necessário, tradutores e o editor produz novas notas.
6	Sim. Notas do tradutor são mínimas, apenas para explicar certos termos e trocadilhos intraduzíveis.
7	As notas de rodapé são traduzidas e inseridas no material. Em casos especiais as notas originais são mantidas e logo abaixo são inseridas as traduções
8	Na maioria das vezes, as notas do original são mantidas e são inseridas notas adicionais do tradutor. Mais raramente, o/a tradutor/a opta por elaborar novas notas, com base no original. Apenas há notas de edição por sugestão das revisoras em situações mais relevantes, visto que não há uma pessoa que desempenhe a função de editor/a na editora.
9	São mantidas como no original. Inserimos notas do tradutor. Algumas vezes colocamos as notas do tradutor como notas de fim e mantemos as notas do original no rodapé.
10	As notas originais são mantidas e eventualmente são inseridas notas do tradutor ou do editor.
11	Sim para as duas perguntas.
12	Normalmente sim, as notas se mantêm como no original. E sim, podem ser inseridas notas de tradutor e de editor.
13	São mantidas e, se necessário, na adequação do texto à realidade brasileira, são acrescentadas notas.
14	São inseridas notas do tradutor ou do editor, conforme a necessidade.
15	Sim
16	Em geral, sim, podendo haver acréscimos e intervenções, sempre identificadas, de acordo com a necessidade da obra.
17	Depende da edição. Algumas seguem conforme original, outras o original não entra no livro por não se adequar ao público brasileiro, então são adotadas as notas do tradutor apenas.
18	Depende da coerência ou do padrão editorial, ou ainda da característica da obra

Já nas respostas relativas às referências, 13 (65%) dos 20 dos participantes mencionaram a padronização conforme a ABNT, contra apenas dois (10%) que privilegiam o formato adotado no original; os outros cinco (25%) participantes relataram outros casos ou deram respostas inconclusas. As respostas foram listadas nessa sequência, conforme quadro a seguir:

Quadro 6 – Respostas à pergunta 7 do questionário

7. As referências são padronizadas conforme ABNT/normas da casa ou são mantidas conforme o original??	
1	A não ser que haja um motivo expresso para mantê-las conforme o original, as referências de nossas obras seguem as normas da ABNT.
2	Em todas as publicações, as referências são padronizadas conforme ABNT.
3	São adaptadas para a ABNT
4	Abnt
5	São aplicadas as normas da ABNT adaptadas ao padrão da nossa editora, como nos destaques de títulos e na apresentação das notas de rodapé. Em alguns casos mantemos a formatação original.
6	As referências são padronizadas conforme as normas ABNT, salvo alguma indicação explícita do autor ou manual de área, estilo configuração para materiais médicos.
7	abnt
8	ABNT.
9	Temos publicado o "Guia do autor" e seguimos a ABNT. Alguns autores/algumas obras (poucos) fogem à regra.
10	Depende da obra, porém quase todas são padronizadas conforme ABNT.
11	Em geral padronizamos pela ABNT, mas há casos que optamos por manter em APA ou conforme a norma adotada no original.
12	As referências são padronizadas conforme a ABNT, tal como prescreve o manual da editora.
13	Depende de cada projeto editorial, da área em tradução. Mas, na maioria dos casos a editora trabalha com a padronização da ABNT.
14	seguimos o original
15	Original.
16	Geralmente os tradutores contratados mexem nas referências. Então uma bibliotecária da casa faz a revisão das referências. Eu também ajudo a encontrar e padronizar os termos que devem ser traduzidos.
17	São padronizadas conforme o manual de estilo da editora.
18	depende do autor do original. alguns autores não gostam que seja adaptado para as normas brasileiras
19	Sim
20	Depende da obra. Há algum tempo, a tendência tem sido manter as referências como constam no original, principalmente se há notas ou referências cruzadas.

À exceção de um participante, todos os demais (95%) responderam que as citações em língua estrangeira são traduzidas, mas com uma diferenciação: ressalvas e exceções à parte, podemos colocar, *grosso modo*, que, dos 20 participantes, cinco (25%) afirmam que o original é inserido em nota de rodapé e cinco 25% afirmam que não; os outros dez (50%) deram respostas mais difíceis de serem categorizadas em termos tão antagônicos, pois há outros fatores que condicionam essa decisão, como podemos perceber nas respostas à pergunta 8.

Quadro 7 – Respostas à pergunta 8 do questionário

8. As citações em outras línguas estrangeiras costumam ser traduzidas? Se sim, o trecho original também é inserido??	
1	Não me lembro de citações em língua estrangeira nos livros que revisei.
2	Sim, com inserção do texto original.
3	Sim, são traduzidas no corpo de texto e inserido o original em rodapé. Nesse caso, a Editora recorre a um colaborador.
4	Sim, todas as citações são traduzidas e o trecho correspondente no idioma de origem é mantido em nota.
5	sim, os dois, original e traduzido pelo autor
6	Sim, as traduções são feitas sempre e os trechos originais são sempre colocados em nota de rodapé, essa é a orientação padrão.
7	Costumam ser traduzidas. O trecho original não é inserido.
8	Sim, e se já foi publicada, é citada a fonte. Original não é inserido.
9	sim para a primeira questão e não para a segunda
10	São traduzidas sem inserção do original.
11	São traduzidas em sua maioria. Não inserimos o trecho original, a não ser que seja um estudo de tradução ou que se refira à tradução.
12	Sim, é padrão da editora que nenhuma citação fique sem sua tradução. Nós não inserimos trechos. O tradutor sim pode inserir trechos originais em nota de rodapé se desejar.
13	Esse é um aspecto em que prevalecem as decisões tradutórias do tradutor/proponente. Não há uma orientação da editora nesse sentido.
14	Pedimos ao autor a tradução
15	Sim, são traduzidos. Novamente, depende de cada original e área. Se for necessário, utilizamos o texto original em nota. Reforço - depende de cada projeto, pois, entendemos que as obras são únicas e diferem de outras.
16	Idealmente são traduzidas, mas na prática não é uma norma seguida rigorosamente. Depende da obra e da importância que a citação no original pode ter para o leitor.
17	Normalmente costumam ser traduzidas. Nem sempre o autor mantém o trecho original em língua estrangeira.
18	As citações são traduzidas. Em determinados casos onde é um depoimento ou é indicado pelo autor para manter na língua original, nestes casos a citação é mantida e é inserida uma nota de rodapé com a tradução.
19	sim
20	Sim, costumam ser traduzidas. Caso o livro seja bilíngue a original também é inserida.

Os elementos paratextuais são mantidos na maioria dos casos, conforme afirmaram 13 (68,42%) dos 19 participantes que responderam à pergunta 9, cujas respostas correspondem aos números 1 a 13 do quadro 8. A inserção de prefácio, posfácio ou nota do tradutor é mencionada por nove (47,3%) deles, como podemos acompanhar nas respostas 7 a 15 do quadro 8 a seguir.

Quadro 8 – Respostas à pergunta 9 do questionário

9. Os elementos paratextuais são mantidos conforme constam no original? Há costume de se inserir prefácio, posfácio ou nota do tradutor??	
1	Sim.
2	Esses elementos são mantidos conforme o original.
3	Pedimos ao autor ou organizador, qdo não há
4	Sim para as duas perguntas.
5	Os elementos são mantidos conforme os originais.

6	Sim, para ambas as perguntas.
7	o txt é mantido o mais próximo do original. quando é o caso, coloca-se nota do tradutor/editor
8	Sim, esses textos são mantidos como no original. Inserimos notas de tradutores ou apresentações quando for o caso.
9	Sim. Consideramos que os elementos paratextuais fazem parte da obra. Quanto à inserção de prefácio, posfácio ou notas, podem ser feitas a critério do tradutor e, eventualmente, do editor.
10	Sim, são mantidos os elementos para textuais de acordo com o original. Algumas vezes os próprios autores produziram prefácios à edição brasileira. E já houve casos também em que o tradutor escreveu nota ou apresentação do livro.
11	Em geral, os elementos paratextuais são mantidos e, na maioria dos casos, adicionam-se um prefácio à edição brasileira e/ou uma nota ou introdução do/a tradutor/a.
12	Em geral sim, são mantidos os elementos paratextuais tal como no original. E, sim, os tradutores, em geral, propõem prefácios e posfácios à edição brasileira e notas de tradutor.
13	Na maioria dos casos, mantemos as informações do original no verso da folha-rostro. Quanto aos acréscimos, se necessário.
14	Novamente, não há uma regra seguida rigorosamente. Há bastante sensibilidade de acordo com as características próprias do título em questão e da necessidade de adaptação ou contextualização para o público brasileiro.
15	Em geral inserimos um prefácio, mas não há uma regra, fazemos conforme a necessidade que sentimos
16	não há
17	Exatamente como original, sem acréscimos.
18	Sim. Depende de cada obra.
19	sim para a primeira. não para a outra.

Finalmente, as decisões editoriais referentes a citações, referências e elementos pré-textuais, citadas nas perguntas 6 a 9 do questionário, são atribuídas a um consenso entre tradutor e editor em, *grosso modo*, oito (42,1%) das 19 respostas para a pergunta 10. O editor é o agente textual terminativo em cinco (26,31%) respostas, com apenas duas (10,52%) menções ao tradutor como único tomador de decisão e uma menção aos revisores de textos (5,26%) como únicos responsáveis pela palavra final.

Quadro 9 – Respostas à pergunta 10 do questionário

10. Quem decide a respeito dos itens 6 a 9? O tradutor, o editor ou há um consenso entre os dois??	
1	Consenso
2	Todos decidem, inclusive o bibliotecário. Mas confesso que faltam diretrizes em nossa editora acerca das traduções e versões. Há planos para discutirmos em reunião sobre os pontos controversos e criarmos uma espécie de manual de traduções.
3	editor/tradutor
4	O editor dá a palavra final, mas muitas vezes a produção desses itens é sugerida pelo tradutor e até pelo copidesque.
5	consenso entre ambos
6	Principalmente a editora, porém considerando a opinião do tradutor.
7	Neste caso, existe um consenso entre as partes no momento da proposta para publicação e então após todo o processo de tradução a produção de inicia.
8	Há um consenso entre os dois. Obs.: o revisor também costuma participar dessas questões.

9	Há um consenso entre os dois quando há algum impasse. Quando não, a decisão costuma ser do tradutor.
10	Há consenso. Normalmente acontece como relatei, mas o tradutor pode sentir necessidade, por uma ou outra razão, de fazer diferente na obra que traduziu, então ele pode negociar algumas questões com o editor.
11	Embora varie bastante (temos exemplos dos dois casos) e eu não tenha um dado preciso, acredito que o editor acaba decidindo mais.
12	Como já mencionei nas respostas acima, cabe geralmente ao tradutor decidir sobre esses aspectos, embora haja casos em que o editor recomenda a inserção de um ou mais dos elementos aludidos.
13	Sempre em atenção as políticas da editora. Como afirmei, em alguns casos e dependendo do projeto editorial, poderá ocorrer acertos entre o tradutor e o editor. Mas, normalmente, é seguido o padrão editorial da editora, atendendo às requisições impostas nos contratos de direitos de tradução.
14	Não há uma pessoa que desempenhe a função de editor/a. As decisões partem do/a tradutor/a e podem ser questionadas pelos pareceristas da obra ou pelo Conselho Editorial, quando da submissão. Depois disso, quando realiza a preparação de originais, a revisora responsável pode sugerir alterações relativas inclusive a esses itens mencionados.
15	não há
16	Editor.
17	O editor
18	O editor, a partir do consentimento do tradutor.
19	A equipe de revisores de textos da casa.

Apesar do reduzido número da amostra, a partir das leituras dos manuais da área, conseguimos perceber que os dados refletem as práticas editoriais mais comuns – em relação à contratação de tradutores, revisão de tradução, tradução ou não de citações, referências e paratextos, decisões editoriais sobre tradução – justamente por advirem de um padrão que vem sendo consolidado já há alguns anos no mercado brasileiro, ainda bastante jovem em comparação a outros países da América Latina,⁴ considerando que a imprensa, um advento do século XV, só chegou aqui no século XIX, com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e a criação da Imprensa Régia, ambas em 1808.

Para as obras de tradutologia de língua francesa publicadas no Brasil, não julgamos ser possível identificar um padrão próprio, isto é, que se distinga dos padrões editoriais, tanto pela pouca quantidade de obras publicadas, apenas sete em 19 anos, quanto pela falta de regularidade/sistematicidade; ou seja, não fazem parte de uma coleção voltada para a Tradução, nem fazem referência a outras obras da área já publicadas, em sua maioria, conforme constatamos a partir dos dados de Marini (2019).

⁴ Na Cidade do México e em Lima, por exemplo, os espanhóis haviam instalado prelos ainda no século XVI, segundo o estudo já clássico sobre o livro no Brasil de Laurence Hallewel (2017[1982], p. 32; 49), que em 1982 afirmava que “poucos países levaram tanto tempo para desenvolver uma indústria editorial nacional. Mas poucos a desenvolveram tanto nos últimos anos”.

Em recenseamento das obras de tradutologia francesa publicadas no Brasil a partir do ano 2000, Marini (2019) arrolou os seguintes títulos: *Sob a invocação de São Jerônimo* (2001) de Valéry Larbaud, traduzido por Joana Angélica d'Avila Melo e publicado pela extinta editora Mandarin, que integrava o grupo Siciliano; *Torres de Babel* (2002) de Jacques Derrida, traduzido por Junia Barreto e publicado pela editora da UFMG; *A prova do estrangeiro* (2002) de Antoine Berman, traduzido por Maria Emília Pereira Chanut e publicado pela também extinta Editora da Universidade do Sagrado Coração; *Poética do traduzir* de Henri Meschonnic (2010), traduzido por Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich e publicado pela editora Perspectiva; *Tradução: história, teoria e métodos* (2011) de Michaël Oustinoff, traduzido por Marcos Marcionilo e publicado pela Parábola Editorial; *Sobre a tradução* (2011) de Paul Ricoeur, traduzido por Patricia Lavelle e publicado pela Editora UFMG; e *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo*, de Antoine Berman (primeira edição em 2007, segunda edição em 2012), publicado pela editora 7Letras e posteriormente pela Copiart/PGET/UFSC.

Levando tais dados em consideração, passaremos a uma breve explanação de alguns aspectos que compõem o que entendemos por projeto editorial, contrapondo as recomendações dos manuais a escolhas adotadas para a tradução da obra *De Walter Benjamin à nos jours*.

3.1.2 Normalização e padronização

Segundo Emanuel Araújo (2008, p. 55), a adoção de critérios que imprimam unidade ao livro não é nova, remontando à época dos incunábulos, livros que datam dos primeiros tempos da imprensa, até o ano 1500, nos quais se verificava um extremo cuidado com a coerência tipográfica e uma preocupação em normalizar o texto tido como “definitivo” para publicação, além da atividade basicamente filológica de recuperá-lo no particular e padronizá-lo no conjunto.

A partir da Revolução Industrial, com a exigência de especialização cada vez mais acentuada dos profissionais, as atividades de filólogo e editor não mais se confundiam e este último passou a definir-se como o normalizador de originais, responsável por conferir uniformidade global ao texto ao empregar padrões “formadores, conformadores e até informadores ao livro” (ARAÚJO, 2008, p. 55).

No que diz respeito ao trabalho com o texto, mesmo se considerássemos que um autor entregasse ao seu editor ou editora um texto perfeito, boa parte do trabalho consistiria em conferir a esse material uma coerência global. Antônio Houaiss (1981, p. 51) já diagnosticava na década de 1980:

Em 90% dos casos, os autores não apresentam os originais nas condições desejadas para a editoração. [...] Mesmo quando linguisticamente o texto esteja em situação ideal, um preparo prévio, rápido que seja, tem de ser feito: a normalização da editora. Entretanto, em 90% dos casos, o texto entregue pelo autor não corresponde àqueles requisitos mínimos exigidos para que possa ser submetido imediatamente à fase compositora e impressora, porque apresenta uma série de defeitos orgânicos.

Esses “defeitos orgânicos” normalmente dizem respeito ao uso não sistemático de pontuação, sinais diacríticos, maiúsculas, minúsculas, reduções (abreviaturas e siglas), realces gráficos (negrito, itálico, etc.), numeração sequencial, hierarquização de subníveis dentro do texto, entre vários outros elementos. Para Plínio Martins Filho (2016, p. 15) “quase 100% dos originais necessitam de normalização”, no entanto, diferentemente do projeto gráfico, em geral concebido por um profissional e executado por várias pessoas, a edição do texto até sua forma final envolve a participação de vários profissionais das palavras, desde o autor até o revisor de provas. Surge daí a necessidade de se seguir um manual para a padronização do texto.

É evidente que por vezes os limites para as intervenções do editor ou revisor não são muito claros, ainda mais quando se trata de textos literários. Nesse consenso ao qual autor e demais agentes textuais eventualmente têm que chegar, citado por vários dos participantes que responderam a nosso questionário, “fica tácito que a normalização última do texto, desde que não altere seu conteúdo, não só caberá ao preparador de originais como até deverá ser aceita de bom grado pelo autor”, conforme coloca Emanuel Araújo (2008, p. 56).

Para Araújo, que exerceu inúmeros ofícios no meio editorial, inclusive o de diretor da Editora UnB por vários anos, o editor de texto tem que fatalmente escolher sua própria opção para cada original, um meio termo entre as normas da editora – que denominou normalização empírica, o chamado “manual de estilo” segundo os ingleses – e a normalização teórica, ditada pelos centros teóricos, como a ABNT, órgão responsável pela normalização técnica no país.

Conforme já mencionado, o trabalho de tradução da obra de Inês Oseki-Dépré também envolveu a tomada de decisões típicas de preparação de originais, com a tentativa de se alcançar a melhor solução entre as normas técnicas, as normas editoriais e as especificidades de um texto teórico traduzido, elaborado originalmente de acordo com outros referenciais.

O estilo da autora e as decisões de tradução tomadas para tornar o texto adequado a um leitor estudante ou pesquisador de tradução também conduziram algumas das decisões editoriais de natureza microtextual, envolvendo o nível aparentemente mais básico, a pontuação. Longe de ser um trabalho de filigrana – na acepção de detalhe sem importância – a pontuação caracteriza o estilo do autor e tem finalidade lógica, marcando fronteiras sintáticas e pausas específicas.

Os períodos longos que encontramos na obra de Oseki-Dépré, frequentemente entrecortados por exemplos e comentários, em algumas ocasiões foram quebrados em dois períodos, a fim de eliminar o risco de ambiguidade, como ocorre quando um pronome acaba ficando muito distante do termo a que se refere. Em alguns casos, a fim de segmentar orações longas, com várias subordinações e apostos, foram empregados traços como “hierarquizadores discursivos” (DAHLET, 2006, p. 50, 179) para agrupar adequadamente cada grupo de informações.

Cientes dos inúmeros sinais gráficos existentes, para fins deste projeto, devemos destacar a diferença gráfica, nem sempre observada, entre hífen (-), meia-risca ou traço ene (—) e travessão ou traço eme (—). O hífen (-) corresponde ao sinal gráfico utilizado para ligar elementos de palavras compostas, unir pronomes átonos e verbos e fazer a translineação, ou seja, separar sílaba de uma palavra no fim de uma linha, conforme a *Nova gramática do português contemporâneo* (CUNHA; CINTRA, 2013, p. 79).

Martins Filho (2016, p. 611-614), na seção de seu *Manual* dedicada aos usos do travessão – que ele classifica em travessão eme e travessão ene – afirma que “com o novo Acordo Ortográfico, todas essas funções [do travessão] cabem, agora, ao hífen, e tais usos do travessão precisam ser observados em reedições”. No entanto, a legislação que promulga o Acordo (BRASIL, 2008) não faz nenhuma referência explícita a essa substituição em todas as funções, pois trata do uso ortográfico do hífen;⁵ em suma, não trata do uso do hífen como sinal de pontuação, para destacar orações apositivas, fazer acréscimos e marcar rupturas sintáticas.

O que de fato o texto do Acordo mudou nas práticas editoriais foi determinar o uso do hífen em palavras ligadas ocasionalmente, não formando vocábulos, mas encadeamentos vocabulares. Até então, compostos como “o percurso *Lisboa-Coimbra-Porto*”, que hoje são grafados com hífen, eram grafados com traços ene, que, no entanto, eram chamados equivocadamente de travessões. Com o Acordo, de fato, esses casos passaram a ser grafados com hífen, conforme a base XV do Decreto nº 6.583/2008. Em obra dedicada aos usos da pontuação publicada antes da promulgação do Acordo, a pesquisadora Véronique Dahlet (2006, p. 90) afirmava:

Quais são as diferenças que separam o hífen do travessão [traço ene]? A diferença mais importante, acredito, remete justamente ao “encadeamento vocabular” evocado por Luft. [...] Além disso, é comum lembrar a morfologia de ambos os sinais, frisando o fato de o travessão [traço ene] ter um traço mais longo. [...]. A última diferença entre ambos os sinais remete ao fato de que o travessão [traço ene] se apresenta com “um

⁵ Ou seja, em compostos, locuções e encadeamentos; nas formações por prefixação, recomposição e sufixação; e na ênclise, na tmese e com o verbo haver. (BRASIL, 2008).

espaço antes e depois do traço. Quando há tal espaço, temos o travessão [traço ene]. Na sua ausência, um hífen” (Ibidem: 167) [POSSENTI, 2002].

Ora, até os *softwares* de edição de texto entendem essa diferença de espaço em relação ao hífen como um traço ene: basta inserir um espaço antes e depois de um hífen para que este seja automaticamente convertido em um traço ene. O que entendemos por travessão ou traço eme (—), ainda mais longo do que o traço ene, é empregado em diálogos, para indicar falas de personagem, mudança de interlocutor, ou alternância coma voz do narrador.

O que parece ocorrer é um descompasso entre a nomenclatura gramatical e a nomenclatura gráfica, ou no mínimo um descuido em relação ao emprego dos sinais gráficos. Na Moderna Gramática Brasileira, por exemplo, Evanildo Bechara (2009, p. 480) afirma que as orações intercaladas “aparecem marcadas por vírgula, travessão ou parêntese”, no entanto, todos os exemplos citados trazem na verdade um traço ene; na página seguinte, que trata de diálogos, já são empregados traços eme como travessões.

Retornando ao texto traduzido, tendo em vista que no original em francês foram empregados traços ene como hierarquizadores discursivos, conforme figura 5 a seguir, o mesmo sinal gráfico foi adotado também para a tradução em português, tanto nos trechos iguais ao original quanto nas segmentações inseridas na tradução, para fins de clareza.

Figura 5 – Traços ene e hifens do original

Cette littérature — périphérique — lors de son introduction dans la littérature nationale, pourra occuper une position « centrale », c'est-à-dire, être au centre du système, ou une position « secondaire ». Dans le premier cas, traduction et production littéraire ne sont pas distinctement séparées et c'est souvent le cas des traductions effectuées par des écrivains de pointe (*leading*) ou d'avant-garde. En Europe, les

Fonte: reprodução de exemplar impresso de Oseki-Dépré (2007, p. 107).

Os parênteses – também considerados por Dahlet (2006, p. 180) como hierarquizadores discursivos com a função de “inserir um segmento num enunciado receptor, que é sintática e semanticamente autônomo” – foram mantidos tais como a autora os empregou para intercalar comentários curtos. Contudo, quando empregados com reticências para indicar supressão, “(...)” em realce na figura 6 a seguir, foram substituídos por colchetes, conforme prescreve a NBR 10520 (ABNT, 2002).

Figura 6 – Indicação de supressões do original

Dans un article récent, Pascale Casanova²⁰¹ part de l'affirmation selon laquelle la traduction est « ordinairement définie comme le déplacement d'un texte d'une langue à l'autre, dans le cadre d'un "échange linguistique égal" », affirmation reprise trois fois dans la même page : « la traduction littéraire (...) présuppose l'existence de langues nationales égales et juxtaposées », « on aurait affaire à une

Fonte: reprodução de exemplar impresso de Oseki-Dépré (2007, p. 114).

Ainda de acordo com a mesma norma, incontornável para publicações científicas, acréscimos também foram indicados por colchetes, como neste trecho, em que foi feito um acréscimo em nossa tradução para fins de desambiguação:

Original : Anthony Pym, en effet, reproche à Berman de ne pas s'être intéressé à la question d'un point de vue pratique et professionnel, ce qui explique à ses yeux, que la profession « ne l'a pas suivi ».

Tradução: Anthony Pym, de fato, critica Berman por não se interessar pela questão do ponto de vista prático e profissional, o que explica o fato de que, para Pym, a profissão "não o tenha acompanhado" [a Berman].

Outro aspecto em que há uma diferença de emprego de sinais gráficos entre a língua francesa e a língua portuguesa diz respeito ao uso das aspas. Segundo Martins Filho (2016, p. 597), as aspas teriam sido usadas pela primeira vez em 1546 pelo tipógrafo francês Guillaume ou Guillemet, razão pela qual são conhecidas assim em seu país de origem. As aspas francesas são angulares e alinhadas no centro da linha, e seu vértice aponta para a esquerda ao introduzir palavra ou citação e para a direita ao fechá-las, assim: «... ».

É nas citações que se teve maior cuidado, principalmente ao trabalhar com processadores de texto como o Microsoft Word, que altera automaticamente o tipo de aspas conforme o idioma detectado. No Brasil empregam-se as aspas inglesas – “consideradas as autênticas aspas” segundo Martins Filho (2016, p. 598) –, que se assemelham a vírgulas invertidas ao serem abertas, principalmente para destacar termos, seja por ironia ou realce, e em citações. Podem ser duplas ou simples; as simples assinalam uma citação dentro de uma citação; no original da obra traduzida, são as aspas inglesas que cumprem essa função.

Figura 7 – Aspas francesas e aspas inglesas no original

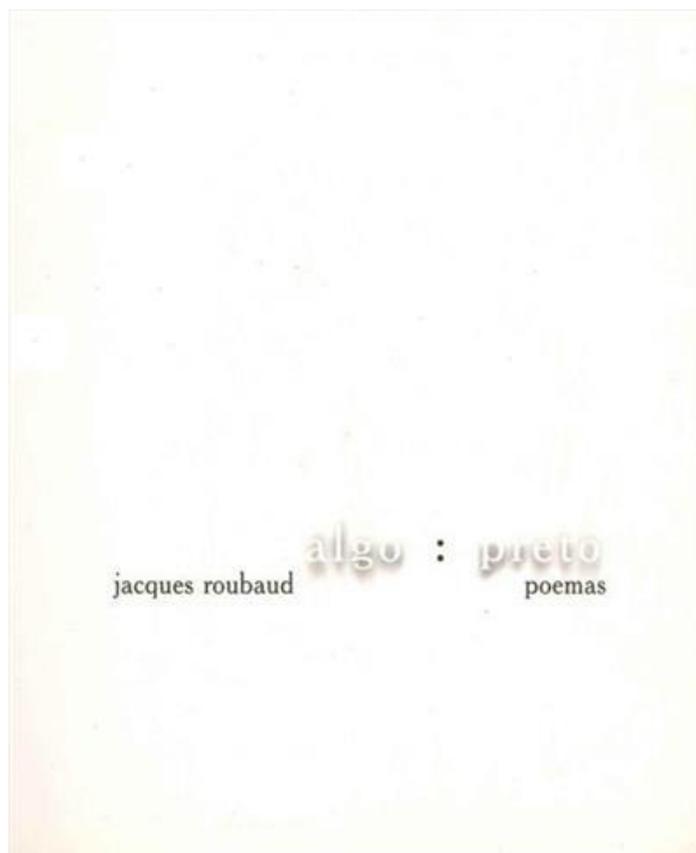
La critique la plus sévère d'Arrojo aux traductrices concerne leur incohérence théorique. Se réclamant de Jacques Derrida pour qui « aucune signification ne peut être “reproduite” ou “recouverte”, mais est toujours le fruit d'une création ou re-création »¹⁸⁰, ces traductrices poursuivent le « mirage contradictoire d'une fidélité subversive ».

Fonte: reprodução de exemplar impresso de Oseki-Dépré (2007, p. 99).

Conforme o idioma detectado também costuma ocorrer uma pequena mudança em relação ao espaçamento e à pontuação: na tipografia francesa, após sinais de pontuação como dois pontos, ponto de interrogação e ponto de exclamação – além de outros símbolos como % e € – é inserido um espaço não separável, também chamado de espaço rígido ou incondicional. Em português esses sinais de pontuação são grafados imediatamente após a palavra precedente; a manutenção do espaço conforme original em francês geraria uma tensão na leitura, além de fazer com que o texto como um todo ocupasse mais páginas.

No entanto, pode ser usado caso o tradutor queira manter essa marca da tipografia francesa para causar estranhamento, como fica patente nesta capa da tradução de *Quelque chose noir* de Jacques Roubaud (1986) traduzida por Inês Oseki-Dépré como *Algo : preto* (2005). É uma obra que trata da solidão e do vazio ocasionados pela morte da pessoa amada, uma “tentativa de ultrapassar o silêncio que se segue ao luto” como colocou o autor.

Figura 8 – Capa de *Algo : preto*, de Jacques Roubaud, traduzido por Inês Oseki-Dépré



Fonte: *site* da editora Perspectiva (2019).

Não é o caso de *De Walter Benjamin à nos jours...*, mas fazemos questão de frisar que mesmo a pontuação pode vir carregada de sentido estético e, portanto, não deve ser tomada pelo tradutor como questão meramente textual, de responsabilidade do revisor ou editor. Em entrevista ao colunista Manuel da Costa Pinto (2005), da *Folha de S. Paulo*, Oseki-Dépré contextualiza sua escolha tradutória para a obra de Roubaud:

“O título de Roubaud”, diz Oseki-Dépré, “é quase agramatical, na medida em que em francês se diz em geral “quelque chose de noir” ou “quelque chose noire”. Era necessário manter essa estranheza. Não era possível tampouco traduzir “noir” por “negro”, porque o “leitmotiv” da obra é a foto em preto-e-branco [por causa da referência a Alix Cléo, que era fotógrafa]. A perda dessa estranheza é compensada pelos dois pontos, sugestão de Haroldo de Campos”.

No que diz respeito à formatação geral do texto – dentro do que se propôs para este projeto, ou seja, traduzir a segunda parte denominada *Du poétique à l’interculturel* no original – foram mantidas as divisões internas do original, numeradas; o realce em negrito para o primeiro nível foi mantido, mas o itálico foi substituído pelo redondo para o segundo nível.

Essa decisão levou em conta a diretriz editorial que dispõe que “o grifo, em oposição ao redondo, é compreendido pelo leitor como uma exceção. Dessa maneira, o ideal é lançar mão

deste recurso o mínimo possível.” (MARTINS FILHO, 2016, p. 262). Como se trata de uma obra sobre tradução, com vários termos estrangeiros, é de se esperar um texto repleto de termos em itálico, como se constata na figura 9 a seguir.

Figura 9 – Emprego de itálicos no original

sens soit d'une atténuation de l'aspect excessivement « machiste » qu'elles y trouvaient soit d'une accentuation du féminin du texte. Nicole Brossard considère que la traduction est aussi une opération de « transformance »¹⁶⁶.

Ainsi Barbara Godard¹⁶⁷ traduisant Nicole Brossard, pour rester proche de la féminité de l'original, propose entre autres des transformations stylistiques comme, par exemple de traduire « re(her)ality » pour *réalité* ou « re(her)ading / deliring » pour *délire* et restitue la marque du féminin – *elle* en remplaçant le suffixe par « she ». Ce qui change ici par rapport à tout traducteur attentif au texte source est davantage l'intention ou la prise de conscience du *gender*. Elle n'hésite pas à invoquer Henri Meschonnic dans *Poétique II* pour qui, « la traduction d'un texte est structurée comme un texte, fonctionnant comme un texte ; elle correspond à l'aventure historique d'un sujet ». Sherry Simon¹⁶⁸ va dans le même sens : « *Translation is not simple transfer, but the continuation of a process of meaning creation, the circulation of meaning within a contingent network of texts and social discourses* » (ch. 1). Umberto Eco, dans son commentaire sur les transformations dans la traduction, évoque la « *translation by accretion* » :

In cui non si privilegia un solo significato di un termine o di un gioco di parole, ma si cerca di rendere l'effetto di senso complessivo esplicitando i diversi percorsi semantici in essi racchiusi : *coupable* diventa *culpable* e *cutter*, *voler* diventa *to fly* e *to steal*, *dépenser* diventa *to spend* and *to unthink*¹⁶⁹.

Fonte: reprodução de exemplar impresso de Oseki-Dépré (2007, p. 97).

De fato, a autora só emprega esse tipo de realce, tanto para expressões estrangeiras como para marcar a “carga expressiva do vocábulo”, (ARAÚJO, 2008, p. 94) além de títulos de livros e revistas. Em todas essas ocorrências, os itálicos foram mantidos na tradução, em consonância com a recomendação de “respeitar a vontade do autor, mesmo quando contraria os padrões da editora” (MARTINS FILHO, 2016, p. 258). Por sorte, ambos coincidiram no sentido de evitar realces em negrito ou sublinhado, tidos como “pesados” e utilizados apenas como último recurso.

Outro aspecto gráfico que foi mantido na maioria dos casos foram as maiúsculas – também chamadas de caixa-alta, versal ou capital – no original reservadas em sua maioria a

antropônimos, topônimos e títulos de obras, situação que mais uma vez coincidiu com as escolhas tradutórias e editoriais, embasadas em

um dos critérios de edição mais sensatos: o de evitar destaques em demasia. Portanto, maiúsculas devem ser evitadas sempre que possível. Umberto Eco observa que “sublinhar muito é como gritar ‘fogo’ a todo instante: ninguém mais dá atenção”. O mesmo vale para o emprego de maiúsculas. (MARTINS FILHO, 2016, p. 455).

Colaborou também para a manutenção desse padrão parcimonioso no uso de maiúsculas o fato de o original ser em francês, cujo uso é bastante parecido com o do português (MARTINS FILHO, 2016, p. 530), com a particularidade de chancelar o uso da maiúscula apenas na primeira palavra nos nomes de instituições (ARAÚJO, 2008, p. 178). No entanto, o original em francês traz vários trechos e títulos em língua inglesa, cujo uso de maiúsculas difere um pouco do português. Nesse caso, na tradução, as minúsculas foram utilizadas para adjetivos pátrios, meses e dias da semana, conforme uso corrente em português, mas foram mantidas em maiúsculas, com exceção de algumas partículas (artigos, preposições, etc.), as palavras que constituem o nome de livros, jornais, revistas, títulos de capítulos, artigos, etc., como nestes exemplos: *Method in Translation History*, *The Scandals of Translation*, *Translation and Gender* e *Towards a Sociology of Translation*.

Evidentemente, em outras ocorrências pontuais de termos em alemão, por exemplo, em que os substantivos levam obrigatoriamente letra maiúscula, estes foram mantidos na língua e grafia do original, como é o caso de *Skospostheorie* e *Blendlinge*. Também ocorreram outros casos de termos não traduzidos em latim e italiano, mantidos em minúsculas, tal como no original e como se convencionava grafar.

Se há consenso em relação à grafia de antropônimos e topônimos com maiúsculas, pois são substantivos próprios, o mesmo não se deu em relação à tradução ou não para o português. Em relação aos antropônimos, em textos literários, o tradutor tem várias possibilidades, a serem avaliadas conforme o tipo de texto e o valor conotativo que os nomes próprios podem carregar dentro da narrativa, caso tenham sido atribuídos intencionalmente pelo autor. De acordo com Sousa *et al.* (2014, p. 84), nesses casos os nomes próprios podem ser conservados como aparecem no texto original; traduzidos por equivalentes conotativos ou podem ser adaptados foneticamente.

Nos textos filosófico-científicos não há essa preocupação em relação à conotação, mas, a depender da fonte consultada, sejam normativos da língua portuguesa ou manuais de editoração, o tradutor pode encontrar normas distintas, cabendo a ele adotar aquelas que mais se adequem a seu projeto editorial e de tradução, caso não tenha um manual de estilo a seguir.

As instruções para a organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp)⁶ dispõem que os substantivos que designam nomes próprios, em português ou aportuguesados, estão sujeitos às mesmas regras ortográficas estabelecidas para os substantivos comuns, contudo, a forma “consuetudinária” poderá ser mantida na assinatura para salvaguardar direitos individuais, assim como a grafia original de firmas, sociedades, marcas que se achem inscritos em registro público. Considerando essa orientação, Plínio Martins Filho (2016, p. 464) recomenda que

a grafia de nomes próprios seja sempre na forma original, sendo aportuguesada somente quando as fontes de referência se esgotarem [...] Não é um critério respeitoso e muito menos correto a mania de “traduzir” prenomes de línguas estrangeiras, como se faz com tanta frequência em Portugal [...] Tal aportuguesamento é apenas admissível em casos consagrados, como Abelardo e Heloísa, Santo Agostinho, Napoleão e tantos outros, que podem ser localizados nas enciclopédias. O mesmo vale para as traduções de topônimos, que devem ser mantidas apenas em casos consagrados.

Também Emanuel Araújo (2008, p. 118) recomenda que antropônimos, a princípio, não se traduzam, com a exceção de personagens históricos e de nomes gregos, latinos, hebraicos e egípcios. Em consonância com essa norma, que parece não só ser amplamente aceita pelo meio editorial, como também pelos próprios tradutores, neste projeto só foram traduzidos nomes que se encaixam nessas categorias, como Cícero, Luís XIV e Aristóteles – no original *Cicéron*, *Louis XIV* e *Aristote*.

Quanto aos topônimos, encontramos no Volp a recomendação de que aqueles de origem estrangeira sejam empregados com as fórmulas vernáculas de uso vulgar, o que nos dá uma margem variável se analisarmos os padrões editoriais e as escolhas tradutórias aceitas atualmente. A norma geral vigente desaconselha a tradução, segundo Martins Filho (2016, p. 467), no entanto, há muitos casos consagrados de transliteração para a língua portuguesa, como é o caso dos macrotopônimos; já os microtopônimos, que correspondem aos topônimos no interior de um país, caso ainda não tenham forma consagrada, geralmente são grafados como no original, ou mediante transcrição ou transliteração. A respeito desse mesmo tópico, Emanuel Araújo (2018, p. 120) constata:

Por fim, a eventual tradução ou preservação de topônimos estrangeiros também suscita problemas: enquanto, pela força da tradição, não há qualquer dificuldade em consignar-se Alemanha e não Deutschland, Borgonha e não Bourgogne, Inglaterra e não England, Florença e não Firenze, Sevilha e não Sevilla, o mesmo não ocorre em relação, entre tantos outros, a Frankfurt (Francoforte?), Lyon (Lião), Heidelberg (Heidelberga), e a compostos como New York [...]. Nestes casos, deverá valer o critério do editor de texto, desde que em coerência como o conjunto do escrito, de

⁶ Disponível em: <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/formulario-ortografico>. Acesso em: 18 de dez. 2019.

modo a manter uniformidade na aceitação ou na recusa de aportuguesamento, salvo aqueles casos consagrados pela tradição.

Dessa forma, neste projeto, a maioria dos topônimos foi traduzida, como Europa, Oriente Próximo, Alemanha, Brasil, Canadá, França, etc. Contudo, um microtopônimo nos colocou diante da dúvida de traduzi-lo ou não, mormente diante de sua importância dentro do mapeamento das teorias da tradução: trata-se de Leuven, conforme grafia original, cidade na Bélgica cuja Universidade Católica sediou o evento "Literature and Translation: New Perspectives in Literary Studies", considerado um dos marcos da disciplina. Na obra de Inês Oseki-Dépré, o topônimo é Louvain, em francês, ao qual corresponde a tradução em português Lovaina, encontrada em alguns manuais da área, como o *Manual de Editoração e Estilo* de Plínio Martins Filho (2016). Decidimos não traduzir, conforme a norma para microtopônimos e para situar tanto o termo quanto os eventos que ali se passaram na Bélgica, além de manter escolhas tradutórias já encontradas em nossas referências, como em Costa (2018, p. 172, 173).

3.1.3 Referências

Obrigatórias em publicações técnico-científicas, a bibliografia ou as referências são fundamentais para assegurar a credibilidade dos métodos e dos discursos científicos. Consistem em um conjunto padronizado de elementos identificadores de um documento que permitem sua identificação individual, mesmo que já tenha figurado em nota de rodapé. Para Emanuel Araújo (2008, p. 101), o mais importante não é a ordem em que aparecem esses elementos, mas sua clareza para o leitor.

Uma distinção fundamental deve ser feita antes de abordarmos as referências da obra traduzida: a distinção entre bibliografia e referências. Ainda que vários manuais de editoração e mesmo de metodologia científica usem o termo "bibliografia" de forma genérica, o termo "referências" tem se consolidado para textos científicos, mormente por ser essa a nomenclatura adotada pela ABNT em sua norma específica para essa seção dos trabalhos científicos, a NBR 6023, atualizada em 2018.

O termo "bibliografia", que costumava ser empregado para encabeçar a lista de autores citados, tem sido compreendido como o conjunto de autores consultados ou recomendado para que se tenha uma boa compreensão do tema de que trata uma obra. Plínio Martins (2016, p. 657) chega mesmo a classificá-las em: comentada, crítica ou analítica; complementar ou recomendada; consultada; do autor; descritiva; e especializada ou seletiva. As referências – e não referências bibliográficas, tendo em vista que atualmente consultamos fontes de diversas

naturezas, sobretudo em meio virtual – correspondem, então, à lista de documentos que foram efetivamente citados no decorrer do texto.

Quando trabalhamos com textos traduzidos, mesmo os mais rígidos documentos científicos, devemos levar em consideração o fato de que foram produzidos em outro contexto e que provavelmente obedecem a normas próprias de formatação, sejam as da American Psychology Association (APA) ou as da Association française de normalisation (AFNOR). Nesses casos, se não houver um padrão específico de normas a seguir, o tradutor pode adaptar as referências ao sistema ABNT, manter o sistema original ou fazer pequenas intervenções a fim de torná-las mais compreensíveis ao leitor habituado com as normas do sistema de chegada. Araújo (2008, p. 101) faz essa mesma ressalva ao afirmar que “apesar de o fio condutor residir nos padrões já definidos pela ABNT, julgo devem ter autores e preparadores de originais maior flexibilidade em sua apresentação de referências e listas bibliográficas”.

Na obra original em francês de Inês Oseki-Dépré o sistema adotado foi o numérico, no qual as referências são numeradas de acordo com a ordem sequencial em que são citadas no texto e aparecem no rodapé da página, assim como as notas da própria autora. Se fôssemos seguir rigidamente em nossa tradução a norma que se aplica a esse caso, a NBR 10520 (ABNT, 2002, p. 3; p. 9, grifos nossos), que trata de citações, constataríamos que tal combinação de notas (de referência e da autora) é vedada:

6 Sistema de chamada

As citações devem ser indicadas no texto por um sistema de chamada: numérico *ou* autor-data.

[...]

6.2.1 O sistema numérico *não* deve ser utilizado quando há notas de rodapé.

Caso adotássemos o sistema autor-data para manter as notas de rodapé exclusivamente para as notas da autora, teríamos de eliminar também as expressões latinas, como *idem*, *op. cit.*, *loc. cit.*, que “só podem ser usadas na mesma página ou folha da citação a que se referem”. (ABNT, 2002, p. 6).

Considerando que se trata de uma obra traduzida, a alteração do sistema de referências do numérico para o autor-data implicaria uma mudança substancial na mancha gráfica e na apresentação do texto, o que muitas vezes é vedado pela editora que detém os direitos autorais do original, expresso em cláusula do contrato de cessão. Portanto, decidimos não alterar o sistema de referências, ainda que nem mesmo a pontuação empregada nele, com todos os elementos separados por vírgulas, esteja de acordo com as normas brasileiras.

Essa decisão leva também em conta alguns precedentes já existentes no mercado editorial. Há editores que consideram as normas da ABNT um “desastre estético”,⁷ em virtude principalmente do excesso de palavras em caixa alta, com muito peso visual, e que, portanto, buscam regras próprias que sejam uma espécie de consenso entre as normas científicas oficiais e os princípios de composição visual.

Os títulos e demais elementos das obras nas notas de rodapé foram mantidos no idioma em que foram citados, tanto no corpo do texto quanto em nota de rodapé. No entanto, para benefício do pesquisador brasileiro, caso a obra citada já contasse com tradução brasileira, inserimos a referência entre colchetes no texto:

Original : Cette revendication de visibilité est développée par Lawrence Venuti, auteur du *The Scandals of Translation*¹⁶⁵, qui prône une « éthique de la différence » et dénonce non seulement la marginalisation des traducteurs due à la politique éditoriale basée sur les seuls critères commerciaux, mais aussi la trahison perpétuelle imposée au texte original.

Tradução: Essa reivindicação de visibilidade é desenvolvida por Lawrence Venuti, autor de *The Scandals of Translation [Os escândalos da tradução]*,¹⁶⁵ que advoga por uma "ética da diferença", e denuncia não somente a marginalização dos tradutores devido à política editorial baseada somente em critérios comerciais, mas também a traição perpétua imposta ao texto original.

E em nota de rodapé:

¹⁶⁵ Lawrence Venuti, *The Scandals of Translation*, UK, Routledge, 1999.

¹⁶⁵ Lawrence Venuti, *The Scandals of Translation*, UK, Routledge, 1999. [No Brasil, em sua edição mais recente: *Os escândalos da tradução*, tradução de Valéria Biondo, Marileide Dias Esqueda, Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Villela, São Paulo, Unesp, 2019].

O único caso em que não adotamos no texto o título original citado foi o de obras consideradas “clássicas”, que não são especificamente do domínio da teoria da tradução e que contam com múltiplas publicações ou traduções em português, apesar de já terem os títulos consagrados, como *A Gaia Ciência* de Nietzsche e *Defesa e ilustração da língua francesa* de Joachim du Bellay.

⁷ Expressão utilizada recentemente pelo editor e tradutor Marcos Marcionillo, da editora Parábola, no IV Fórum Nacional do Revisor de Textos, realizado em Belo Horizonte em novembro de 2019.

3.1.4 Citações

Igualmente frequentes e mesmo indispensáveis em textos científicos, as citações são menções de informações obtidas de outra fonte a fim de ilustrar ou embasar um argumento desenvolvido pelo autor e podem englobar desde um termo isolado a um conceito. Martins Filho (2016, p. 115-117) considera que “as citações em livros acadêmicos, que às vezes parecem em excesso, são um dos itens que merecem atenção especial do preparador de texto” e as classifica em: i) direta ou formal; ii) indireta ou conceitual e iii) citação de texto oral. Tanto ele quanto Emanuel Araújo (2008, p. 95) são unânimes ao considerarem a fidedignidade das citações como de responsabilidade exclusiva do autor, exceto para documentos de valor histórico ou edições críticas, que demandam intervenções do editor conforme suas escolhas para normalização ecdótica.

Ambos os autores e a ABNT convergem na maioria das recomendações para a formatação de citações. As citações diretas com menos de três linhas completas, para a ABNT, ou com menos de quatro linhas, para Araújo e Martins Filho, devem ser grafadas no parágrafo em que ocorrem, destacadas por aspas inglesas duplas; caso sejam mais longas, não levam aspas e são separadas do resto do texto.

Martins Filho (2016, p. 119) recomenda que esse tipo de citação seja separado do restante do texto por linhas em branco no início e no fim do bloco, além da redução do corpo do texto em dois pontos tipográficos. Araújo (2008, p. 95) recomenda adicionalmente o espaçamento maior da margem esquerda da página, recomendação expressa pela NBR 10520 (ABNT, 2002, p. 2) e adotada neste projeto: “As citações diretas, no texto, com mais de três linhas, devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor que a do texto utilizado e sem aspas”.

No original *De Walter Benjamin à nos jours* temos um padrão bastante parecido com o brasileiro, tendo em vista que grande parte das citações diretas têm no máximo quatro linhas e, portanto, fazem parte do corpo do texto; as citações com mais de quatro linhas são destacadas do corpo do texto, formato que foi mantido em nossa tradução para o português.

Facilmente pacificada a questão da formatação, o idioma das citações nos colocou diante de algumas opções. Na seção de sua obra dedicada aos aparatos editoriais, Araújo (2008, p. 123) nos antecipa tanto os problemas quanto algumas soluções:

Os problemas de traduções científicas, técnicas e similares são em geral de outra ordem. Suponha-se que num original de língua inglesa haja citação: 1) em alemão, não traduzida; 2) em inglês, mas traduzida do alemão; 3) em inglês, mas diretamente traduzida do francês, por sua vez traduzida de original alemão. No problema 1),

convém deixar tal como no original inglês, porém traduzindo-a em nota. Ao contrário, no problema seguinte, 2) traduz-se no corpo do texto: a) do inglês, apresentando-se assim uma tradução de tradução, ou, de preferência, b) do original alemão usado pelo autor de língua inglesa, o que evita a intermediação. E, por fim, no problema 3), adota-se o mesmo procedimento indicado para 2) [...].

As citações em língua francesa de obras originalmente em língua francesa foram traduzidas para o português, tal como o restante do livro, sem que se achasse necessário inserir o trecho original em nota de rodapé, obviamente. A inserção do trecho original das abundantes citações em língua francesa implicaria acréscimo substancial do número de notas de rodapé e modificação significativa da mancha gráfica. Essa inserção do trecho original em nota é uma prática bastante comum em publicações na área de tradução, mas não é uma norma da ABNT; a norma 10520 apenas recomenda que “quando a citação incluir texto traduzido pelo autor, deve-se incluir, após a chamada da citação, a expressão tradução nossa, entre parênteses.”(ABNT, 2002, p. 3).

Já as citações diretas em francês de obras originalmente em língua inglesa – o que corresponde ao problema 2 identificado por Araújo – nos deixaram diante de duas opções: traduzir do francês, o que resultaria em uma tradução indireta, ou tentar localizar o original citado pela autora e traduzir diretamente do inglês. Ainda que nossa preferência, consoante à norma de tradução⁸ vigente, seja sempre pelas traduções diretas, o grande número de pequenos trechos citados de obras originalmente em inglês a cada página inviabilizaria essa tarefa. Nos casos de citações curtas, a tradução foi feita a partir do francês, conforme o trecho em realce que remete à nota 189, na figura 10 a seguir, o que corresponde à solução a) proposta por Araújo.

⁸ Termo empregado aqui no sentido desenvolvido por Toury (2012, p. 63), valores ou ideias compartilhados por uma comunidade, expressos em instruções aplicáveis a situações concretas. Essas instruções especificam o que é permitido ou proibido e o que é tolerado ou permitido em determinadas ocasiões.

Figura 10 – Exemplo de citações de obras em inglês no original

Dans ce dernier cas, la littérature traduite aura tendance (c'est la majorité des cas) à préserver le goût traditionnel, en réutilisant des codes qui ne sont plus de mise chez les auteurs du co-système central. Il en résulte que le traducteur « soumet ses décisions et ses solutions aux normes qui s'inspirent déjà de ce qui a été institutionnalisé dans le pôle cible avec une diminution quasi automatique de l'attention prêtée aux relations textuelles de la source »¹⁸⁹. Dans ce cas, la LT devient un facteur important de conservatisme, elle se laisse dépasser largement par la littérature d'arrivée qui a rejeté les normes dominantes (les traductions en France, par exemple, offrent un bon exemple de « classicisme » en décalage avec la production contemporaine d'un Claude Simon, d'un Georges Perec, d'un Guyotat...) ¹⁹⁰. Le paradoxe qui se révèle ici est que la traduction, au lieu d'apporter des idées ou des formes nouvelles, devient un moyen de préserver le goût traditionnel bien que les choses ne soient pas si simples et qu'on puisse retrouver différentes strates dans la littérature traduite, certaines innovantes d'autres conservatrices – hétérogène, elle a diverses origines culturelles.

C'est dans ce sens que Gidéon Toury emploie le concept de norme :

Comme toute autre activité comportementale, la traduction est nécessairement sujette à des contraintes de types et de degrés variés. Jouissent d'un statut spécial parmi ces contraintes les normes – ces facteurs intersubjectifs qui sont la « traduction » de valeurs ou d'idées générales partagées par un certain groupe social quant à ce qui est bien et mal, approprié ou inapproprié, – en instructions opérationnelles spécifiques qui sont applicables à des situations spécifiques pourvu que ces instructions ne soient pas encore formulées comme des lois¹⁹¹.

¹⁸⁹ Gidéon Toury, *In search of a theory of translation*, op. cit., *ibidem*.

¹⁹⁰ Jakobson aurait parlé de « coexistence » et non pas de hiérarchie (voir « Linguistique et Poétique », in *Essais de Linguistique Générale*, op. cit.).

¹⁹¹ « *Literary translation, like any other behavioural activity, is subject to constraints of various types and degrees (...) as the translation of general values or ideas shared by a certain community – as to what is right and wrong, adequate and inadequate – into specific performance instructions appropriate for and applicable to specific situations, providing they are not (yet) formulated as laws.* », Gideon Toury, *In search of a theory of translation*, op. cit., pp. 83-84.

Fonte: reprodução de exemplar impresso de Oseki-Dépré (2007, p. 108).

No entanto, no caso das citações mais longas, apresentadas de modo bloqueado, separado do restante do texto, nos quais a autora inseriu o texto original em inglês na nota de rodapé, como na nota 191 da figura 10, fizemos as traduções diretamente do inglês – o que corresponde à solução b) proposta por Araújo. Mantivemos o trecho original em nota de rodapé, sem itálico, para não sobrecarregar o trecho. (MARTINS FILHO, 2016, p.121).

O caso das citações diretas em francês de obras originalmente em outros idiomas se apresentou como um desafio particular pela relevância dos trechos escolhidos pela autora, dos quais julgamos extremamente desaconselhável a inserção de uma tradução indireta. Foi esse o caso da dissertação de mestrado da tradutora brasileira Lya Wyler (1995), citada em francês por Inês Oseki-Dépré, mas sem inserção do trecho original no rodapé. Seria inadmissível que uma tradução publicada no Brasil citasse uma autora brasileira, tão importante para os estudos da área, sem ser em suas próprias palavras.

Recuperar a fonte citada exigiu alguma mobilização dos técnicos de duas bibliotecas até que conseguíssemos chegar a uma versão digitalizada do documento datilografado, muito antigo para constar dos repositórios digitais. Dessa forma, Lya Wyler pôde ser citada no original em português e com a referência completa (subtítulo, número da página, etc.), graças a intervenções típicas de um editor ou revisor realizadas durante a tradução. Guardadas as devidas proporções (esta foi apenas uma citação) e fazendo uma ressalva quanto à relativa facilidade de acesso ao original digitalizado que tivemos, constatamos algumas semelhanças com o trabalho dos tradutores e editores de brasileiras:

casos semelhantes encontram os tradutores dos chamados “brasilianistas”, principalmente em obras de história e ciência política, onde se verifica alta incidência de citações de documentos em língua portuguesa vertidos, claro está, para língua inglesa. Ora, o tradutor – se não for ele próprio especialista na matéria – deverá solicitar o auxílio do editor de texto para, de algum modo, custe o que custar, localizar os documentos primitivos e deles haurir os trechos citados. (ARAÚJO, 2008, p. 123).

Outros dois casos de citações em francês de obras emblemáticas em outros idiomas – o que corresponde ao problema 3) elencado por Araújo, uma vez que envolve três idiomas – também nos exigiram pesquisa bibliográfica e escolha de uma tradução já publicada em português para ser citada, em vez de inserirmos uma tradução nossa, ainda que se tenha recuperado o original.

Um deles refere-se a um trecho bastante conhecido de Octavio Paz, cuja referência é indicada por Inês Oseki-Dépré da seguinte forma: “Octavio Paz, *Le Labyrinthe de la solitude*, cité par Pascale Casanova, *La République mondiale des lettres*, op. cit., p. 119”, correspondente à figura a seguir:

Figura 11 – Citação de Octavio Paz no original

Gens de la périphérie, habitants des faubourgs de l’histoire, nous sommes, Latino-Américains, les commensaux non invités, passés par l’entrée de service de l’Occident, les intrus qui arrivent au spectacle de la modernité au moment où les lumières vont s’éteindre. Partout en retard, nous naissons quand il est déjà tard dans l’histoire ; nous n’avons pas de passé, ou si nous en avons un, nous avons craché sur ses restes²³⁸.

Fonte: reprodução de exemplar impresso de Oseki-Dépré (2007, p. 128).

Em nossas pesquisas bibliográficas, pudemos localizar o trecho correspondente na edição brasileira intitulada *O labirinto da solidão e Post scriptum*, em uma tradução para o português de Eliane Zagury, publicada pela editora Paz e Terra. Assim, inserimos a tradução de Zagury e substituímos a referência na nota de rodapé.

Gente de cercanias, moradores dos subúrbios da história, nós, latino-americanos, somos os comensais não convidados que se enfileiram à porta dos fundos do Ocidente, os intrusos que chegam à função da modernidade quando as luzes já estão quase apagando – chegamos atrasados em todos os lugares, nascemos quando já era tarde na história, também não temos um passado ou, se o temos, cuspiamos sobre os seus restos.²³⁸ *

A autora não citou o original de Paz em espanhol, e talvez não o tenha consultado, visto que o citou via Casanova, que por sua vez citou a tradução francesa de Jean-Clarence Lambert, publicada pela Gallimard em 1972. A princípio havíamos julgado que os limites da tradutora iriam até ali, no entanto, para benefício do pesquisador em tradução, nosso leitor em potencial, recuperamos tanto o trecho de Paz em espanhol quanto a referências da obra e os inserimos em nota da tradutora, esclarecendo que Paz havia sido citado em francês, não em espanhol, por Oseki-Dépré:

²³⁸ Octavio Paz, *O labirinto da solidão e Post scriptum*, tradução de Eliane Zagury, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2006, p. 97.

* Citado em francês pela autora. O texto original de Paz em espanhol é: “Gente de las afueras, moradores de los suburbios de la historia, los latinoamericanos somos los comensales no invitados que se han colado por la puerta trasera de Occidente, los intrusos que han llegado a la función de la modernidad cuando las luces están a punto de apagarse – llegamos tarde a todas partes, nacimos cuando ya era tarde en la historia, tampoco tenemos un pasado o, si lo tenemos, hemos escupido sobre sus restos [...]”. Octavio Paz, *El laberinto de la soledad, Postdata y Vuelta a El laberinto de la soledad*, Madrid, FCE, 1996, p. 235. (N. da T.)

Caso parecido ocorreu com outra citação bastante conhecida, o trecho 83 do livro II de *A Gaia Ciência*, em que Nietzsche fala sobre tradução.

Figura 12 – Citação de Nietzsche no original

On peut juger du degré de sens historique que possède une époque d'après la manière dont elle fait des traductions et cherche à s'assimiler les époques et les livres du passé. À l'époque de Corneille voire à la Révolution, les Français se sont appropriés la Rome antique d'une façon dont nous n'oserions le faire longtemps (...) Et quant à l'Antiquité romaine elle-même : avec quelle violence et quelle naïveté à la fois ne mit-elle pas la main sur tout ce que l'Antiquité hellénique plus ancienne avait d'excellent et d'élevé ! (...) non point avec le sentiment d'un larcin, mais avec la parfaite bonne conscience de l'*Imperium Romanum*²⁴⁴.

Fonte: reprodução de exemplar impresso de Oseki-Dépré (2007, p. 130).

A solução encontrada para nosso projeto foi localizar o trecho correspondente à citação, que buscamos em uma tradução de Antonio Carlos Braga, publicada pela editora Escala em 2006, e inseri-lo no corpo do texto, substituindo as referências pelas da edição brasileira na nota de rodapé 244:

Pode-se avaliar o sentido histórico de uma época pela maneira como essa época traduz e procura assimilar os tempos passados e os livros antigos. Os franceses dos tempos de Corneille e também aqueles da Revolução se apoderaram da antiguidade romana de uma forma que nós não teríamos coragem. [...] E a própria antiguidade latina, com que violência e ao mesmo tempo com que ingenuidade passou a mão em tudo o que havia de grande e de belo na antiguidade grega que a havia precedido! [...] não se tinha, contudo, a intenção de roubar; pelo contrário, agia-se com a melhor consciência do *Imperium Romanum*.²⁴⁴ *

Na nota da tradutora, esclarecemos ao leitor que Nietzsche fora citado, não em alemão, mas em francês por Oseki-Dépré e inserimos o trecho correspondente em alemão. Neste caso não foram citadas as referências da obra original em alemão, por ser de 1882, portanto de domínio público, e facilmente encontrada em diversas edições e formatos de acesso livre.

²⁴⁴ Friedrich Nietzsche, *A Gaia Ciência*, tradução de Antonio Carlos Braga, São Paulo, Escala, 2006, p. 93-94.

* Citado em francês pela autora. O texto original de Nietzsche em alemão é: “Man kann den Grad des historischen Sinnes, welchen eine Zeit besitzt, daran abschätzen, wie diese Zeit Uebersetzungen macht und vergangene Zeiten und Bücher sich einzuverleiben sucht. Die Franzosen Corneille's, und auch noch die der Revolution, bemächtigten sich des römischen Alterthums in einer Weise, zu der wir nicht den Muth mehr hätten [...] Und das römische Alterthum selbst: wie gewaltsam und naiv zugleich legte es seine Hand auf alles Gute und Hohe des griechischen älteren Alterthums! [...] nicht im Gefühl des Diebstahls, sondern mit dem allerbesten Gewissen des imperium Romanum”.

Essa forma de “suplementar” as referências com as edições brasileiras das obras citadas em colchetes já é empregada em algumas obras de tradutologia no Brasil, como em *Tradução: teoria e métodos*, de Michaël Oustinoff, traduzida por Marcos Marcionilo, e em *A República Mundial das Letras*, de Pascale Casanova, traduzida por Marina Appenzeller, para citarmos exemplos cujos originais são em francês.

As demais citações em língua estrangeira ao longo de *De Walter Benjamin à nos jours...* não seguiram um padrão e não identificamos uma razão para tal. Algumas foram inseridas em língua estrangeira no corpo do texto, com a tradução feita pela autora na nota de rodapé, quebrando o padrão editorial, como é o caso de uma citação em italiano de *Dire quase la stessa cosa*, de Umberto Eco (2003). Adotamos a mesma solução empregada nos casos anteriores: inserimos tradução já publicada em português no corpo do texto – de Eliana Aguiar, da única edição brasileira de *Quase a mesma coisa* (ECO, 2007), publicada pela editora Record – e original em italiano em nota de rodapé. Ao consultar o original em italiano notamos um pequeno

erro no trecho citado por pela autora – *cutter* em vez de *cuttable*, como reproduzimos na figura 9 da página 76 desta dissertação –, que retificamos em nossa tradução.

As citações em inglês para as quais a autora não inseriu tradução em francês nos intrigaram. Teriam sido uma escolha deliberada ou consequência do processo de editoração, de prazos exíguos? Era mesmo essencial manter aqueles trechos inteiros – não só termos – em inglês? Os manuais da área foram pouco elucidativos a esse respeito. Martins Filho (2016, p. 191) afirma que deixar ou não a citação em outro idioma depende da especificidade do livro e que a não citação é possível em obras estritamente literárias, poéticas ou linguísticas, o que nos traz de volta à questão de onde encaixar a tradução entre as disciplinas acadêmicas: seria uma obra de teoria da tradução estritamente linguística? Emanuel Araújo (2008, p. 93, grifos do autor) argumenta no mesmo sentido e é bem mais rígido com os autores que recorrem a esse artifício de pretensa erudição:

Em determinadas obras, como as de crítica literária, a citação na língua original pode ser cabível ou indispensável, mas não é, por certo, em um livro de medicina, de química, de arquitetura etc. Na quase totalidade desses casos, a citação direta na língua estrangeira destina-se apenas a impressionar o leitor pela *erudição* do citador, sobretudo em citações longas; na realidade, assim procedendo, o autor revela esnobismo ou insegurança (raramente preguiça de traduzir), pois, em ocorrências tais, presumivelmente necessárias, segundo julgue o autor, há sempre o recurso, que deve ser acatado ou até sugerido pelo editor de texto, de figurar a citação no original seguida de tradução de outrem ou do próprio citador.

Certamente esse não é o caso de nossa autora, ainda mais em se tratando de uma obra sobre tradução, área em que os textos plurilíngues são bastante comuns. O que nos parece menos óbvio é o critério adotado no original: por que traduzir Gideon Toury às vezes, citando o original em inglês em rodapé, mas não Luise Von Flotow ou Mark Baker, por exemplo?

De todo modo, para esses casos, fizemos uma escolha didática em detrimento da polifonia, correndo o risco de homogeneizar o texto, mas pensando antes de tudo na compreensão dos estudantes e pesquisadores que não dominem a língua inglesa. Inserimos a tradução em português no corpo do texto – evitando a quebra de ritmo, mas cientes das outras perdas – e o original em nota de rodapé, acrescentando que se trata de uma tradução nossa e não da autora, o que nos leva para o próximo aspecto editorial.

3.1.5 Notas

Quando tratamos de notas na pesquisa em tradução, é comum recorrermos ao conceito de paratextos de Gérard Genette (2009, p. 9), que os considera como elementos que acompanham o texto, seja dentro – como título, prefácio, notas – seja fora – como entrevistas, cartas, etc. Ainda que Genette verse sobre a obra literária, algumas das suas principais observações podem perfeitamente se aplicar a obras filosóficas ou mesmo técnico-científicas: o texto raramente nos é apresentado nu, sem o acompanhamento dessas produções, sejam elas verbais ou não, como é o caso da capa, das ilustrações e dos elementos da composição tipográfica. O paratexto seria aquilo por meio do qual um texto se torna um livro e se propõe como tal aos leitores.

Um elemento de paratexto pode estar localizado ao redor do texto, como o título ou prefácio, ou em seu interstício, como as notas, o que é chamado de peritexto. Toda a zona do peritexto que se encontra sob a responsabilidade da edição – e da editoração, acrescentamos – como capa, folha de rosto e demais elementos da realização do livro, como formato, papel e composição tipográfica – é denominada peritexto editorial (GENETTE, 2009, p. 21). A uma distância mais respeitosa (ou mais prudente) do texto estariam as mensagens externas a ele, geralmente em algum suporte midiático, como as entrevistas, reportagens, cartas, diários, o que ele chama de epitexto. Paratextos seriam, em suma, a somatória de peritextos e epitextos. (GENETTE, 2009, p. 12).

Ainda segundo Genette (2009, p. 281-284), a nota seria um enunciado de tamanho variável, pode ser apenas uma palavra, relativo a um segmento mais ou menos determinado de um texto e, tal como o prefácio, pode aparecer a qualquer momento da vida do texto. As notas podem ser originais, caso apareçam na primeira edição, posteriores, de segunda edição, ou tardias, e é bem comum a coexistência de notas de idades diversas. As mais comuns são as autorais, assuntivas ou denegativas, seguidas pelas chamadas notas alógrafas autênticas, as notas de editores e as notas de tradutores.

Para Umberto Eco (1983, p. 176-177) as notas podem servir para: indicar as fontes das citações; acrescentar bibliografia sobre o assunto discutido; ampliar as afirmações que se fizeram ou exemplificar; corrigir as informações no texto; inserir agradecimento; e, a mais empregada neste projeto, fornecer tradução ou original de um trecho citado.

Nos manuais de editoração encontramos classificações de notas segundo outros critérios, mormente gráficos, e recomendações de onde localizá-las em um projeto editorial. Emanuel Araújo (2008, p. 95) considera como nota qualquer observação acrescentada ao texto

e considera que, qualquer que seja a extensão dessas notas ou o sistema empregado para distribuí-las no texto, estas estão associadas “indissolúvelmente à sua chamada, isto é, ao sistema de remissivas que ligam o corpo do texto à sua explicação ou complementação imediata, em suma, à nota”.

O sistema de remissivas pode se dar por meio de asteriscos, signos, numerais romanos ou arábicos, este de longe o mais utilizado. Estes são colocados em sobrelinha, acima da letra ou do sinal de pontuação, em corpo menor que o normal. A critério do autor e do editor, pode-se chegar a uma combinação de sistemas de nota específica para um projeto, como adotamos em nossa tradução.

Ainda segundo Araújo (2008, p. 98) , deve-se considerar a articulação entre as necessidades intrínsecas do texto, o que lhe foi acrescentado e o projeto gráfico, de modo que as opções de apresentação das notas são: notas de rodapé, notas de fim de capítulo, notas de fim de seção ou do livro; notas-texto; adendos; apêndices e nótulas. Martins Filho (2016, p. 117) avalia que cabe ao editor decidir onde colocar as notas ao longo do livro, dependendo do número de notas e de sua extensão: notas longas, por exemplo, devem ser inseridas no fim do capítulo ou seção.

Ambos os autores reconhecem que o sistema de notas de rodapé, no qual normalmente são inseridas as notas do tradutor, é o mais cômodo para o leitor, pois lhe permite a visualização imediata do texto e de seus aditamentos; no entanto, as notas aí localizadas devem ser curtas, recomendação que vale para as notas explicativas tanto do tradutor quanto do autor. Quanto ao aspecto gráfico, costuma-se inserir as notas destacadas da mancha do texto e, no rodapé, separadas do texto por uma linha em branco e um fio, opcional, que não ocupa toda a extensão da mancha; a fonte normalmente tem corpo menor do que o texto das citações (MARTINS FILHO, 2016, p. 127).

Como já apontamos, a NBR 10520 veda o uso do sistema numérico para notas de natureza distinta – de referência e explicativas. A recomendação, endossada por Araújo (2008, p. 99), é utilizar o sistema autor-data para as citações no texto e o numérico para as notas explicativas (ABNT, 2002, p. 5). No entanto, tais regras não poderiam se aplicar a obras estrangeiras, publicadas conforme outros padrões de normalização. A obra de Inês Oseki-Dépré é repleta de notas de rodapé, a maioria de referência, fazendo uso de expressões latinas, mas inserimos também notas da autora. Todas foram mantidas, tanto no conteúdo quanto em sua localização, ainda que estejam em desacordo com a ABNT, em consonância às normas criadas pela prática editorial de textos traduzidos:

Finalmente, vale ainda uma última observação sobre a tradução do aparato editorial do próprio original. A sistemática de remissões deste último tem de ser mantida, alterando-se apenas as reduções bibliológicas [...]. A numeração e o método remissivo das notas (assim como apêndices, anexos, sistemática de remissivas e comissivas de bibliografia etc.) devem, em princípio, ser respeitados, mas se torna imprescindível distinguirem-se eventuais notas de tradutor ou do anotador por indicações como N. T. ou N. do T. (nota do tradutor) ou pelas iniciais do nome autoral do anotador. (ARAÚJO, 2008, p. 124).

Considerando todas essas recomendações e as particularidades da obra, neste projeto adotamos dois sistemas de notas, ambos inseridos no rodapé. O primeiro, numérico, foi inserido tal como a autora o fez, sem distinção de notas de referência e notas explicativas; a única alteração que fizemos nas notas originais foi em relação à indicação de números de página, grafados “p.” em vez de “pp.”. As demais expressões latinas foram mantidas, mesmo que seu uso esteja em desacordo com a ABNT. Conforme já mencionado, nas referências a obras que já foram publicadas no Brasil, inserimos entre colchetes na mesma nota todas as informações a respeito da edição nacional.

Para as notas da tradutora – identificadas como “N. da T.” –, adotamos o sistema de remissiva com asteriscos, também já adotada em obra de tradutologia publicada no Brasil, como identificou Marini (2019, p. 182) em *Poética do traduzir*, de Meschonnic (2010), em edição da Editora Perspectiva e tradução de Jerusa Pires Ferreira e Sueli Fenerich.

Todas as notas desse tipo foram inseridas para fornecer ao leitor informação adicional acerca do idioma em que certos trechos foram citados no original. Tal decisão se deu também com base em práticas há muito estabelecidas pela prática da editoração, conforme depreendemos do Manual de Plínio Martins Filho (2016, p. 131):

Por exemplo, traduções de termos estrangeiros podem ser chamadas por meio de asteriscos, enquanto notas explicativas ou bibliográficas são associadas aos números arábicos. Outra possibilidade: os asteriscos marcam intromissões do editor ou do tradutor – geralmente indicadas por (N. do E.) ou (N. do T.) –, enquanto os números arábicos podem assinalar os comentários ou referências do próprio autor do livro.

Avaliamos que foram inseridas poucas notas da tradutora, mas não por partilharmos da visão tradicional acerca deste paratexto, como a de Paulo Rónai (1981, p. 100), que desaconselha o uso de notas porque “contribuem para quebrar a ilusão, prejudicando a identificação do leitor com a obra” e para quem não é permitido ao tradutor discutir ou contradizer o autor. Antes, avaliamos que fizemos pouco recurso desse tipo de paratexto por dispormos de um espaço privilegiado de construção de discurso sobre a tradução: o comentário a seguir acerca do projeto de tradução, que permite a identificação do tradutor como responsável pela construção de significados junto com o autor, ao explicitar os processos que levaram a nossa leitura particular.

3.2 Tradução comentada (projeto de tradução)

*Onde a tradução acaba (e toda tradução conhece um ponto de parada), começa o comentário.*⁹

(Antoine Berman, *Critique, commentaire et traduction*, 1986, p. 105-106).

O projeto de tradução que ora apresentamos é indissociável da concepção de tradução como crítica – para retomar um dos aspectos ressaltados por Haroldo de Campos¹⁰ (2010) – e, da mesma forma, indissociável da sua prática. Reiteramos o entendimento de Berman (1995, p. 13, grifo nosso) de crítica como “análise rigorosa de uma tradução, de seus traços fundamentais, do *projeto* que lhe deu origem, do horizonte no qual ela surgiu, da posição do tradutor”.

Se a tradução é crítica das obras, a crítica e o comentário são, da mesma forma, atos de tradução, três tipos de metatextos caracterizados pela *incompletude* (BERMAN, 1986, p. 88, tradução nossa, grifo do autor).¹¹ Para Berman (1986, p. 89), basta que pensemos em Heidegger, Romano Guardini, Alain, Michel Alexandre, Lévinas, Derrida ou mesmo Lacan, para os quais, quando se trata de textos estrangeiros, a tarefa do comentário é também uma tarefa de tradução, na qual a relação com uma tradição tem caráter central. Tal relação com uma tradição, expressa na intertextualidade, entendida no sentido atribuído por Genette (2010, p. 14),¹² é obrigatória para a compreensão das noções que norteiam este projeto.

Destarte, este projeto de tradução é apresentado como tradução comentada, na qual “o tradutor apresenta o contexto da obra e do autor, justifica sua importância [...] fundamenta seus procedimentos tradutórios, selecionando alguns trechos mais significativos, e, com base nesses exemplos, discute as estratégias de tradução utilizadas.” (ZAVAGLIA *et al.*, 2015, p. 349).

Esse gênero acadêmico¹³ é caracterizado por Torres (2017, p. 19) a partir de seu caráter: i) autoral, ou seja, o autor da tradução é o mesmo do comentário; ii) metatextual, a tradução está no corpo do texto do comentário; iii) discursivo-crítico, para compreender as escolhas tradutórias e seus efeitos de naturezas distintas; iv) descritivo, ao partir de uma tradução existente; e, finalmente, v) histórico-crítico, uma vez que todo comentário teoriza sobre uma

⁹ “[...] là où s’arrête une traduction (et toute traduction connaît un point d’arrêt) commence le commentaire”.

¹⁰ Ou *criticism by translation*, de Pound.

¹¹ « L’*inachèvement* est donc une caractéristique des trois métatextes [critique, commentaire, traduction]. »

¹² “Quanto a mim, defino-a de maneira sem dúvida restritiva, como uma relação de copresença entre dois ou vários textos, isto é, essencialmente, e o mais frequentemente, como presença efetiva de um texto em um outro.”

¹³ Torres (2017, p. 15) caracteriza a tradução comentada como gênero “acadêmico-literário”, no entanto, entendemos que a autora fazia referência à tradução comentada de textos literários, tendo em vista que, como colocou posteriormente “o caráter literário do comentário de tradução dependerá do seu autor e do objeto em estudo” (TORRES, 2017, p. 18).

prática de tradução em determinado contexto, contribuindo dessa forma para a história da tradução e para a história da crítica da tradução – nosso objetivo último.

Levamos em conta que, por mais desejável que fosse, como colocou Maurício Cardozo (2009, p. 108), “nem sempre um projeto de tradução apresenta-se de modo sistematizado, seja para uso restrito do próprio tradutor, como esboço arquitetônico de sua prática, na intimidade de sua oficina de textos, seja para a informação do leitor”, ainda que as diretrizes críticas adotadas permeiem cada escolha feita. O comentário, no entanto, por surgir *a posteriori*, pode ter diversas formas, como elencam Zavaglia *et al.* (2015, p. 33): discussões sobre o ato de traduzir, análise do texto-fonte e do contexto em que foi escrito e publicado, como fizemos no capítulo anterior, ou ainda, soluções propostas para os problemas enfrentados no decorrer do processo tradutório, como faremos a seguir, a partir de cada intertítulo do texto traduzido.

3.2.1 A deontologia de Pym

Logo no início da seção dedicada a Anthony Pym e à deontologia da profissão, somos apresentados a exemplos e referências, na maioria francesas, caras à autora: no primeiro parágrafo já nos deparamos com termos como “*transcréation*” e “*l’Autre*”, que nos remetem aos postulados teóricos de Haroldo de Campos e Antoine Berman e já antecipam o caráter intertextual do texto teórico.

Nossa estratégia, adotada ao longo de todo o projeto, foi a de privilegiar escolhas tradutórias que refletissem a literatura brasileira da área, na tentativa de manter a compreensão da intertextualidade, articulando nossa prática com a história da Tradução no Brasil. Assim, mitigaríamos o risco de não sermos precisos o suficiente ou de criarmos termos à revelia, sem levar em consideração parâmetros já estabelecidos por outros pesquisadores e tradutores.

É o caso da menção, logo no terceiro parágrafo da segunda parte, dos termos cunhados pelo autor Jean-Réné Ladmiral em 1983¹⁴ para designar a polarização entre tradução fiel *versus* tradução livre. Citando Ladmiral, Oseki-Dépré nos coloca diante de um tradutor ou voltado à fonte, *sourcier*, que ela explica entre parênteses como literal (*littéral*); ou voltado ao alvo, *cibliste*, termo explicado nos parênteses como livre, literário (*libre, littéraire*). Em um primeiro momento o tradutor se sente tentado a recorrer a neologismos e, seguindo os paradigmas dos processos de formação de palavras em português, segundo os quais o sufixo “-ista” normalmente designa “o praticante de uma atividade ou o adepto de um movimento ideológico”

¹⁴ Retomados, dentre outras menções, na obra *Sourcier ou ciblistes? Les profondeurs de la traduction*, publicada em 2014 pela editora Les Belles Lettres. Disponível em: <https://www.lesbelleslettres.com/livre/2297-sourcier-ou-cibliste>. Acesso em: 11 dez. 2019.

(HOUAISS, 2009), forjar os termos “fontista” e “alvista”,¹⁵ que seriam quase autoexplicativos no contexto da Tradução. Entretanto, além de poderem causar estranhamento no leitor de língua portuguesa por sua artificialidade, poderiam até mesmo atrapalhar uma busca por outras referências, tendo em vista que não fazem parte do léxico da disciplina.

A solução mais bem fundamentada foi encontrada nas referências brasileiras de tradutologia. Na obra *Tradução: teoria e métodos*, de Michaël Oustinoff (2011, p. 54), o editor e tradutor Marcos Marcionilo inseriu as seguintes notas relativas à tradução de termos similares:

No original: “sourcistes” e “ciblistes”, que decidi traduzir sistematicamente por “pró-fonte” e “pró-alvo”, com o “pró-” em dois sentidos: voltado para a língua-fonte ou para a língua-alvo ou partidário/defensor da língua-fonte ou da língua-alvo. Agradeço a Marcos Bagno, a Sabine Gorovitz e a Alice Maria de Araújo Ferreira, do LET-UnB, pela conversa que levou a essa decisão/proposta terminológica [n. do Editor].

Adotamos os termos “pró-fonte” e “pró-alvo”, contudo, para que o leitor interessado possa traçar tais termos até seu criador, Jean-René Ladmiral, tendo em vista que este ainda não teve nenhuma obra publicada no Brasil,¹⁶ inserimos nota da tradutora, por meio do sistema de asteriscos, para indicar os termos empregados no original, dessa forma:

Como já colocamos, a tradutologia se perpetuou segundo duas vias hipertextuais sobre as quais se basearam a maior parte dos linguistas que se interessaram pela tradução literária ou não literária (Humboldt, Mounin, Eco, Gideon Toury...), tendo estes últimos definido para o tradutor uma alternativa simples: o tradutor ou é pró-fonte (literal), como São Jerônimo em relação aos textos sagrados, ou pró-alvo (livre, literário), de acordo com a terminologia* de Jean-René Ladmiral (1986).

[...]

* Os termos empregados no original são “*sourcier*” e “*cibliste*”. (N. da T.)

Com os termos *traduction signalétique* e *traduction absolue*, ao que tudo indica cunhados pelo tradutor e também teórico da tradução francês Daniel Gouadec, a escolha se deu com base nas próprias correspondências dos termos dicionarizados em português – “signalética” e “absoluta” – além dos próprios conceitos de Gouadec. Oseki-Dépré cita por meio de Pym a obra *Le traducteur, la traduction et l’entreprise*, na qual Gouadec (1989, p. 35, tradução nossa) define que:

¹⁵ A única ocorrência desses termos nos mecanismos de busca foi encontrada no *blog* da tradutora franco-brasileira Lineimar Pereira Martins, no texto “Você é fontista ou alvista?”, publicado em maio de 2014. Disponível em: <http://lineimar.eklablog.com/voce-e-fontista-ou-alvista-a107765150>. Acesso em: 18 dez. 2019.

¹⁶ A obra *A tradução e os seus problemas* (1980) foi publicada pelas Edições 70, em Portugal, e licenciada para todos os países de língua portuguesa. No Brasil foi distribuída pela Martins Fontes, conforme consta do verso da falsa folha de rosto. Agradecemos à pesquisadora Clarissa Marini pelas informações compartilhadas.

A tradução sinalética dá indicação sobre o documento e permite a um usuário potencial determinar se os dados merecem ou valem a pena ser traduzidos. Ela consiste em dar, em outra língua, os descritores e as palavras-chave do documento em questão.¹⁷

Tendo em vista que o dicionário Houaiss (2009) nos dá como definições de “sinalética” – termo tido como sinônimo de sinalética – “estudo dos sinais”, “conjunto dos elementos que compõem uma sinalização”, julgamos que não estaríamos incorrendo em nenhuma impropriedade ao traduzir “*signalétique*” por “sinalética”. Menos hesitação ainda tivemos quanto às “traduções absolutas”, *absolues*, no original, segundo Gouadec (1989, p. 28), “traduções da integralidade dos dados, informações, conteúdos e formas do documento original”,¹⁸ cuja correspondência em português é evidente.

Encontra também precedente nas obras de tradutologia já publicadas no Brasil a tradução de “*traductif*” por “tradutório” em vez de “tradutivo”, empregada na tradução de Chanut de *A prova do estrangeiro* (BERMAN, 2002) e de Torres, Furlan e Guerini de *A tradução e a letra* (BERMAN, 2007), conforme apontou Marini (2019, p. 153).

A única ocorrência na segunda parte do termo “*visée*” foi traduzida por “visada”, empregada por Chanut em *A prova do estrangeiro*, apesar de suas múltiplas outras traduções em obras publicadas no Brasil, ainda segundo Marini (2019, p. 163-165): “postura do tradutor”, por Álvaro Faleiros e Claudia Xatara em *Terminologia da Tradução* (DELISLE et al., 2003); “objetivo” e “mirada” por Ferreira e Fenisch em *Poética do traduzir* (MESCHONNIC, 2010); e “projeto” e “objetivo”, por Torres, Furlan e Guerini em *A tradução e a letra*.

Nossa escolha reflete um desejo de uniformização, a busca por unidade vista tanto no cenário dos *translation studies*, em Chesterman e Arrojo (2000), quanto aqui no Brasil, conforme Vasconcelos (2013), e de busca por diálogo e entendimento mútuo com os outros pesquisadores da área, além de estar embasada em nossas referências mais recorrentes.¹⁹

3.2.2 *Gender translation ou tradução feminista*

A seção da obra de Inês Oseki-Dépré dedicada à interface dos estudos feministas e de gênero com a tradução foi a que nos apresentou como mais desafiadora, não em vista da dificuldade de compreensão dos termos ou de uma busca falha por equivalência, mas nos

¹⁷ La traduction signalétique donne le signalement du document et permet à un utilisateur potentiel de déterminer si les données méritent, ou valent d’être traduites. Elle consiste à donner, dans une autre langue, les descripteurs et mots-clés du document concerné.

¹⁸ “Les traductions absolues se définissent comme des traductions de l’intégralité des données, informations, contenus et formes du document original”.

¹⁹ Conferir Cardozo (2009, p. 115), Galindo (2017, p. 1524-1525;), Lages (2007, p. 164-165), Sousa (2017, p. 281).

colocou diante de hesitações em relação a traduzir ou não determinados termos em inglês. A primeira escolha nesse sentido se deu logo no título da seção, tendo em vista que a autora mantém o nome dessa corrente em inglês – *the Gender translation* – como podemos ver na figura a seguir:

Figura 13 – "*Gender translation*" no original

1.2. *Au nom de l'éthique, the Gender translation*

Dérives

À l'intérieur de ce qu'on pourrait considérer comme une dérivation-déviation de la question soulevée par la traduction dans ses paramètres éthiques et, sous l'influence du thème des « *minorities* » cher aux

Fonte: reprodução de exemplar impresso de Oseki-Dépré (2007, p. 94).

Por que a autora decidiu manter o termo em inglês e não empregar “*traduction féministe*”, por exemplo, como encontramos em publicações da área em francês,²⁰ ou como ela mesma empregou ao longo do texto (OSEKI-DÉPRÉ, 2008, p. 98)? A nosso ver, esse emprego não foi por acaso, assim como não foi o emprego de “*minorities*”, em inglês, (ver figura 13), em vez de “*minorités*”, em francês. Parece-nos que os vários empréstimos são uma forma empregada pela autora para localizar esses estudos nos Estados Unidos e Canadá, como se depreende do período completo e do seguinte:

[...] sous l'influence du thème des « *minorities* » cher aux Américains, apparaît le problème des « *gender (women) translators* », bien que la femme ne soit pas minoritaire en nombre aux États-Unis et qu'elle n'y subisse pas, à l'heure actuelle, des discriminations telles que peuvent connaître Noirs, Indiens, *Gays*, etc. (OSEKI-DÉPRÉ, 2008, p. 94-95, grifos da autora).

Questões éticas à parte, pois, concordemos ou não com as afirmações da autora – que bem poderiam ser revistas em uma eventual publicação no Brasil – não podemos manipular o discurso da autora ao sabor de nossos valores. Conscientes disso, seguimos a estratégia adotada anteriormente, a de buscar referências em publicações da área e em traduções já publicadas.

No texto, mantivemos “*gender translation*”, em itálico e entre aspas como o fez Oseki-Dépré, marcando o posicionamento da autora de não assumir os termos como dela. Quanto à tradução do sintagma, as alternativas mais adequadas são “tradução de gênero” e “tradução feminista”, ambas inseridas em nota de rodapé, ainda que esta última seja empregada, se não

²⁰ Por exemplo, Jean Delisle (1993, p. 207) e a própria Luise Von Flotow (1998), ambos citados por Oseki-Dépré.

com maior frequência pelas referências que nos orientaram,²¹ em exata correspondência às autoras da corrente teórica citada por Inês Oseki-Dépré naquela seção do livro, como confirma Schäffer (2010, p. 18):

[...] nas poucas produções acadêmicas sobre o assunto, temos o sintagma tradução feminista e não tradução de gênero. Como exemplos, alguns artigos de Arrojo (1994, 1995)⁸, em que a questão da tradução, sob a ótica do grupo quebeco-canadense, sem tratar do contexto brasileiro, é abordada.

[Nota de rodapé]⁸ As leituras e buscas até agora feitas por nós para a pesquisa apontam para Arrojo como pioneira quanto à abordagem e emprego do sintagma “tradução feminista”, no Brasil.

Apesar de encontrarmos com facilidade tradução para todos os outros termos em inglês inseridos pela autora, caso escolhêssemos traduzi-los e homogeneizar o texto, correríamos o risco de apagar o posicionamento crítico da autora, de distanciamento tanto linguístico quanto epistemológico. O benefício pedagógico, no caso, pareceu muito pouco e seria em detrimento da honestidade intelectual. Como não são termos de difícil compreensão, além de bastante recorrentes, diferente das citações mais longas, também deixamos em inglês, com itálicos e aspas tais como a autora os empregou: “*gender (women) translators*” (p. 95), “*male*”, “*female*” (ambos na p. 95), “*Queer translation*”, “*gay translation*” (ambos na p. 96), “*women translation*” (p. 101), além dos exemplos de traduções tirados das citações.

Um dos exemplos dizia respeito às traduções para o inglês de um dos sonetos de Louise Labé, o qual é transcrito integralmente em francês, mas a autora não inseriu as traduções completas, limitando-se a comentar alguns versos dos homens que traduziram Labé – mal, segundo Jane Batchelor, com quem Oseki-Dépré parece concordar. Nesse caso os pequenos trechos dos verbos em inglês foram mantidos sem tradução, visto que já vinham acompanhados de comentários, como vemos no trecho a seguir:

Jane Batchelor compare deux traductions effectuées par des traducteurs hommes : Frederck Prokosch (1947) et Frances Lobb (1950) à celle de Jeanne Prine (1988). Le premier fait précéder sa traduction d’une présentation de la poétesse qui la montre instable, anxieuse voire hystérique. Le second traduit le sonnet de façon « mélodramatique » : v. 1, « en pleins chantera » – *still shall cry to thee* ; v. 4, « *Son long travail et souci ennuieus* » – *My heavy travail and long misery* ; v. 13, « Et que je me suis mise en mon lit lassee » – *In two with grief, I seek my hateful bed*. La démonstration est assez plausible, qui montre comment, d’une extrême liberté, le poème se transforme en une lamentation de femme abandonnée.

Jane Batchelor compara duas traduções efetuadas por dois tradutores: Frederck Prokosch (1947) e Frances Lobb (1950) com a de Jeanne Prine (1988). O primeiro precede sua tradução de uma apresentação da poetisa que a mostra instável, ansiosa e mesmo histérica. O segundo traduz o soneto de maneira "melodramática": v.1, "en

²¹ Em pesquisa no catálogo de teses e dissertações da Capes, para “tradução de gênero” encontramos apenas dois resultados: um relacionado a gêneros textuais e a tese de Schäffer, supracitada. Já para “tradução feminista” temos oito resultados: três teses de doutorado e cinco dissertações – duas defendidas no Postrad/UnB.

pleins chantera" – *still shall cry to thee*; v. 4 "Son long travail et souci ennuieus" – *My heavy travail and long misery*; v. 13, "Et que je me suis mise en mon lit lassee" – *In two with grief, I seek my hateful bed*. A demonstração é deveras plausível e mostra como, de uma extrema liberdade, o poema se transforma em um lamento de mulher abandonada.

No fim da seção, em comentário reservado às traduções de Madame Dacier e ao século XVIII, traduzimos o adjetivo "*bienséantes*" e o substantivo "*bienséance*" como "decorosas" e "decoro", respectivamente. O pudor²² das traduções realizadas a essa época, auge das *belles infidèles*, em que se sacrificava a fidelidade em nome da elegância, fartamente documentada, nos permite descartar outros termos em português como "oportunas" ou "adequadas" para traduzir os adjetivos em questão.

3.3.3 Polissistemas

A julgar pela forma como foi apresentada a contribuição teórica da chamada escola de Tel Aviv para a Tradução – *La théorie du polysystème (translation studies)* –, nos indagamos se a autora identifica os *translation studies* com essa vertente, a sinédoque de que fala Echeverri (2017), ou o fez para diferenciar de qualquer outra associação com a teoria dos sistemas sociais de Luhmann,²³ ainda que seja uma abordagem possível. De todo modo, suprimimos a informação entre parênteses – uma das poucas intervenções desse tipo – tendo em vista que "estudos da tradução" designam o nome da disciplina no Brasil.

Apesar de já termos abordado a questão dos antropônimos no projeto editorial, não nos debruçamos sobre as estratégias de transliteração ou transcrição fonética daqueles provenientes de outros alfabetos, como o cirílico. É o caso dos teóricos que influenciaram a escola de Tel Aviv, os formalistas russos citados por Oseki-Dépré: "*Jakobson, Tynjianov, Ejxenbaum*". Nas traduções brasileiras de literatura russa, a tendência mais comum é a da transcrição fonética dos nomes de personagens e autores, como Anna Kariênina e Iessiênin, (ARAÚJO, 2008, p. 120), em vez de Anna Karénine e Éssenine, como temos em francês.

Jakobson já é uma forma bem estabelecida na literatura da área; "*Tynjianov*" sofre uma pequena alteração e é grafado em português Tyniánov, escolhida por nós por ser recorrente na produção editorial nacional.²⁴ A forma "*Exjenbaum*" seria bastante esdrúxula em português e

²² É notório que, em suas traduções, Madame Dacier evitou, por exemplo, descrever com detalhes anatômicos os ferimentos, assim como La Motte moralizou os heróis gregos em sua adaptação em verso. Vide Cammagre (2010).

²³ A esse respeito, ver *Applying Luhmann to translation studies: translation in society*, de Sergey Tyulenev, publicada em 2012 pela Routledge, não consultada para este projeto.

²⁴ Empregada pela professora titular da USP Aurora Fornoni Bernardini, entre outras ocorrências, em sua tradução de *O Tenente Quetangue* (Cosac Naif, 2002), de Tyniánov, e no artigo "Púchkin e o começo da literatura russa", publicado no *Caderno de literatura e cultura russa* (2004, p. 31-40).

normalmente encontramos “Eichenbaum” ou “Eikhenbaum”, esta última adotada por nós em conformidade com as tabelas de transliteração em Araújo (2008, p. 181) e Martins Filho (2016, p. 586), que recomendam o emprego de “kh” para transliterar a consoante fricativa velar surda “x” presente no original em russo “Эйхенбаум”. Nossa escolha tradutória também corresponde à convenção adotada pelo Curso de Língua e Literatura Russa da Universidade de São Paulo, fundado por Boris Schnaiderman, conforme consta do *Caderno de literatura e cultura russa* (2004, p. 393), também editado por Plínio Martins Filho.

Ademais das questões relativas ao idioma das citações, já abordadas anteriormente, a intertextualidade se fez presente mais uma vez, desta feita de forma velada e no texto da autora, ao decidirmos manter a diferenciação de termos quase sinônimos como no trecho “En second lieu, la possibilité de traduire, soit la *traductibilité* (ou *traduisibilité*) n’est pas seulement un principe technique” (OSEKI-DÉPRÉ, 2007, p. 111). Na tradução, os termos correspondentes inseridos foram “tradutibilidade (ou traduzibilidade)”. Como aponta Marini (2019, p. 169-170), que também manteve a distinção em sua tradução, ambos os termos foram empregados por Berman²⁵ na obra *L’Âge de la traduction* (2008). Na seção seguinte do texto de Oseki-Dépré, “*traductibilité*” aparece novamente e sua tradução é mantida como tradutibilidade.

Por último, ainda em relação à metalinguagem da área, ponderamos bastante acerca das traduções para os empregos das formas do adjetivo inusitado – e não dicionarizado – « *translationnels* », conforme figura a seguir.

Figura 14 – Emprego dos adjetivos “*translationnel/le/s*” no original

La deuxième conséquence est qu’à partir du moment où des procédés « *translationnels* » sont à l’origine de certains produits dans un système d’arrivée et à partir du moment où ils sont censés être impliqués dans des processus de transferts en général, il n’y a pas de raison pour limiter l’examen des relations *translationnelles* aux *seuls textes réalisés*¹⁹⁷. En d’autres termes, il faut envisager la traduction à l’intérieur d’un processus plus large d’échanges (d’interférences) et, à l’inverse, considérer comme des procédés *translationnels*, l’ensemble des procédés de transferts (mode ? technologie ? langues enseignées dans les écoles ?). L’entreprise est vaste et le modèle très ambitieux.

Fonte: reprodução de exemplar impresso de Oseki-Dépré (2007, p. 112).

Na primeira ocorrência, inserimos o sintagma “procedimentos ‘translacionais’” em nossa tradução, escolha pouco comum, mas tomada de forma consciente para que, com o uso

²⁵ “Nous traduisons (du reste Gandillac propose lui-même plus loin « traductibilité ») Übersetzbarkeit par « traduisibilité », formé à partir de « traduisible »”. (BERMAN, 2008, p. 54 apud MARINI, 2019, p. 169).

das aspas, conseguíssemos remeter ao adjetivo “*translational*” em inglês, denotando que se trata ali de um decalque, de um termo – e um procedimento, se tomarmos o contexto – advindos de outra tradição: o trecho destacado na figura 14 encontra-se na seção da obra dedicada às normas de tradução descritas por Gideon Toury.

Caso tivéssemos empregado “tradutório”, correríamos o risco de apagar essa distinção, além de já o termos empregado para traduzir o termo “*traductif*”. Se estivéssemos falando de prosa, para retomar Berman (2007), em uma escolha tão simples, incorreríamos em deformações de todo tipo, como empobrecimento quantitativo, homogeneização, destruição das redes significantes subjacentes e mesmo apagamento das superposições de línguas.

Uma vez estabelecida essa relação de estranheza com os “procedimentos translacionais”, pudemos adotar escolhas mais recorrentes sem tanto risco de aplainar as nuances do texto. Na segunda ocorrência, “*relations translationnelles*” foram traduzidos por um genérico “relações de tradução”, para que a ênfase recaia sobre as palavras em itálico (ver novamente figura 14 na página anterior).

Na terceira ocorrência, no sintagma “*procédés translationnels*”, a princípio hesitamos em adotar “procedimento de tradução”, devido à associação com os procedimentos técnicos da tradução,²⁶ mas o restante do período traz esclarecimentos que permitem a compreensão desses procedimentos de uma maneira mais ampla, de modo que não correríamos o risco de restringir a acepção pretendida.

3.3.4 Pós-colonialismo e sociologia da tradução

Na última seção da segunda parte, nos deparemos novamente com termos específicos, desta feita da sociolinguística, domínio ao qual a autora recorre para abordar os estudos pós-coloniais e a sociologia da tradução. Em menção a Louis-Jean Calvet, bastante citado, encontramos uma distinção clara entre os termos *acclimatement* e *acclimatation*: em termos de ecologia, o primeiro termo designaria a situação em que uma espécie animal ou vegetal deslocada se adaptaria para resistir a mudanças climáticas; o segundo termo equivaleria ao caso em que essa espécie não apenas sobreviveria, mas também se reproduziria.

Ainda que os dicionários Houaiss e Aurélio não registrem “aclimatamento”, apenas “aclimamento”, dado como sinônimo de “aclimação”, que por sua vez é tido como sinônimo de “aclimatação”, algumas publicações²⁷ da área de ecolinguística nos deram embasamento para

²⁶ Em referência a obra *Procedimentos técnicos da tradução*, de Heloísa Barbosa (2004), bastante conhecida pelos estudantes de tradução.

²⁷ Ver Calvet (2016) e Couto (2016).

empregar “aclimatamento” e “aclimatação”, justamente por se referirem a Calvet. Ademais, “aclimatação” é empregado com frequência há bastante tempo pela crítica literária brasileira, como vemos em Antonio Candido (1971, p. 71), que fala em uma “aculturação penosa da cultura europeia” em sua *Formação da literatura brasileira*, e em Glória Carneiro do Amaral (1996) em *Aclimatando Baudelaire*.

No mais, todas as escolhas já tinham sido tomadas anteriormente, de modo que só mantivemos o padrão das seções anteriores: alguns termos permaneceram em língua estrangeira, sem tradução, visto que eram esclarecidos pelo contexto, além de serem bastante frequentes nas publicações da área, como *code talkers*, *belles infidèles* e *Descriptive Translation Studies*. O trocadilho bilíngue inglês/francês da autora que, joga com “*quotation* (en anglais « citation » et *cotation*”, foi praticamente mantido em inglês/português. Cogitamos grafar “quotação” em português, mas não teria o efeito desejado no período completo, que transcrevemos: “Isso nos permite propor um jogo de palavras bilíngue com as palavras *quotation* (citação em inglês) e *cotação*: quanto mais uma língua é cotada no sistema gravitacional, mais essa língua é citada”.

Devemos registrar que o termo “*rayonnement*” apresenta várias traduções na literatura da área: em “*rayonnement de l’oeuvre*”, “resplandecência da obra” na tradução de Berman por Marini (2019, p. 174); na tentativa de manter o radical empregado também no verbo “*rayonner*”, traduzido por “resplandecer”; “irradiação”, como Maria Emília Pereira Chanut o fez na tradução de *A prova do estrangeiro* e Marina Appenzeller na tradução d’*A República Mundial das Letras*.

No contexto em que foi empregado por Oseki-Dépré (2007, p. 124, grifo nosso), ao evocar o *status* de Paris como centro da cultura mundial, reiterado constantemente na obra de Casanova, o termo tinha tanto a acepção de propagação quanto de difusão (de raios luminosos ou calor), escolhida por nós:

Figura 15 – Emprego de “*rayonnement*” no original

nombre de traducteurs littéraires qui la pratiquent. C’est ainsi qu’elle en vient à proposer – non pas les pays anglo-saxons – mais la France et particulièrement Paris comme le centre de ce système *culturel* mondial, centre d’attraction, centre de passage, centre de **rayonnement**, qu’elle estime supérieur à celui des autres capitales. Cela pour

Fonte: reprodução de exemplar impresso de Oseki-Dépré (2007, p. 124).

A propósito da obra de Casanova, podemos afirmar que foi a fonte consultada com o maior número de citações diretas na obra de Oseki-Dépré, com onze menções em nota de rodapé. Para esses casos, tanto nas citações mais longas, blocadas, quanto para os períodos menores citados no corpo do texto, recorreremos à única tradução disponível no Brasil, de Marina Appenzeller, publicada pela Estação Liberdade em 2002.

Como pudemos perceber, a tradução de um texto de tradutologia, não requer somente habilidades e estratégias semelhantes à tradução de textos científicos – como pesquisas terminológicas e consultas a bancos de dados –, mas também requer o viés crítico do tradutor, ciente de que é coautor na construção de significados e na consolidação de uma “metalinguagem de especialidade”, se a podemos chamar assim. Em sua forma ideal, a tradução de textos teóricos deveria levar em conta desde os aspectos editoriais mais elementares, como as referências, de forma de assegurar a confiabilidade, até os contextos macrossociais de produção e publicação do original e da tradução– isto é, se tiver a pretensão de fazer uma contribuição duradoura para a área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em Tradução tem sido caracterizada pela “emulação simultânea”, como afirmou Georgiana Lungu-Badea (2016, p. 51), pois se tem pensado e escrito sobre os princípios e normas da tradução muito antes do século XX, quando a disciplina foi estabelecida institucionalmente. No entanto, basta que passemos os olhos sobre as mesas temáticas dos eventos da área, por exemplo, para que constatem, a partir da discrepância no número de trabalhos inscritos, que algumas vertentes teóricas têm bem mais popularidade do que outras, o que nos leva a questionar se tal configuração não se dá também pela facilidade ou dificuldade de acesso aos discursos teóricos e científicos que nortearão as pesquisas – o que está diretamente implicado nas questões de tradução, publicação e circulação de textos acadêmicos.

Quando propusemos a tradução para o português da obra *De Walter Benjamin à nos jours...*, uma de nossas preocupações iniciais era franquear acesso dos pesquisadores e principalmente dos alunos que não dominassem a língua francesa à produção teórica da pesquisadora franco-brasileira Inês Oseki-Dépré, frequentemente adotada em sala de aula, sobretudo nas disciplinas teóricas e da pós-graduação, mas nem sempre acessíveis aos discentes que trabalham com outros pares linguísticos.

O que nem sempre está evidente nas produções dos pesquisadores – e raramente é transmitido de forma clara para os estudantes – é que até o mesmo o modo de enxergarmos o mesmo objeto de pesquisa é condicionado por outros fatores – institucionais, ideológicos, econômicos – que ultrapassam a mera afinidade intelectual. Ao examinarmos o cenário editorial e acadêmico brasileiro, e suas inegáveis relações de patronagem, conseguimos enxergar com mais nitidez esse jogo de forças. Da mesma forma, ao examinarmos as epistemologias distintas que estudam a Tradução, conseguimos delinear uma espécie de polissistema da teoria da tradução, marcado por relações dinâmicas entre periferia e centro – este claramente representado pelos *translation studies*.

Mais relevante do que apontarmos sectarismos é promovermos mais clareza em relação à nossa produção intelectual, aprofundada pelo estudo “arqueológico” dessas epistemologias à nossa disposição. Sabendo situar-se nesse “mapa”, é mais provável que um pesquisador ou tradutor possa elaborar um projeto de pesquisa ou de tradução alinhado com seus propósitos, amparado na crítica e na história da tradução. Conforme salientou Lungu-Badea (2016, p. 50-51), as várias abordagens aos problemas da tradução enfatizam aspectos diversos e apresentam soluções originais, de forma que as teorias propostas não se anulam mutuamente, mas se complementam, e esboçam uma imagem global do fenômeno da tradução. Para a pesquisadora

romena, tal diversidade foi provocada, entre outros fatores, por uma série de objetivos institucionais e circunstâncias dominantes extralinguísticas e políticas, causando essa influência “polissistêmica” dos estudos da tradução e uma recepção focada exclusivamente em estudos alóctones.

Diferentemente do que possa parecer, a tradução da obra de Inês Oseki-Dépré aqui proposta não busca reforçar essa tendência, mas, ao contrário, justamente a partir do acesso aos postulados oriundos de outras epistemologias, enriquecer o material crítico e de referência à disposição do pesquisador brasileiro para que este possa desenvolver de forma articulada suas contribuições originais, fundamentando os discursos que pretende fazer circular. A tradição francesa de pesquisa em tradução pode contribuir bastante nesse sentido, principalmente ao questionar os pressupostos sobre os quais a própria disciplina se baseia, mantendo-nos em permanente autocrítica.

Há 30 anos, ao examinar os diferentes discursos que se delineavam sobre a tradução, Antoine Berman (1989) já via com desconfiança a pretensão de se edificar uma teoria global e única do traduzir, ignorando o caráter irremediavelmente plural, heterogêneo e não unificável do espaço da tradução, em nome de um cientificismo. A tradutologia nessa concepção bermaniana, de reflexão sobre a experiência na forma de um discurso crítico, nem científico, nem literário, nos remete ao espaço plural das traduções, ao mesmo tempo em que é indissociável de uma “tradição de tradução” a que pertence – as várias epistemologias, como frisamos aqui. Assim, caberia à tradutologia afirmar-se como um discurso histórica e culturalmente situado e, a partir daí, estudar os outros discursos sobre a tradução.

Nessa perspectiva crítica, buscamos conceber nosso projeto de tradução de tradutologia, esboçando os espaços de ação do tradutor. De início, sua atuação não difere da do pesquisador, ciente da temporalidade das traduções e das obras, perspectiva fundamental para que comece a desatar os liames dos discursos – científicos, filosóficos e teóricos, no caso de *De Walter Benjamin à nos jours...* – que formam o texto a ser traduzido.

Foi o que tencionamos no primeiro capítulo, ao mapear alguns marcos e características das epistemologias apresentadas como *translation studies* e *traductologie*, etapa preliminar de compreensão tanto do conteúdo quanto do contexto de produção da obra original. Em seguida, a investigação sobre os estudos da tradução no Brasil, com nomenclaturas e marcos de institucionalização, bem como os dados sobre a publicação de livros sobre tradução, buscou traçar o panorama do contexto de recepção do texto traduzido. A análise crítica do texto realizada no segundo capítulo, tanto sob seu aspecto formal, típico do ensaio francês, quanto de seu conteúdo, e consequente posicionamento em relação ao texto fundamentam a adoção de

uma postura ética diante dos percalços da tradução. A forma e o fenômeno da criação literária preponderam segundo os critérios de legitimação de Inês Oseki-Dépré, o que impossibilita enquadrar a tradução em modelos científicos tais como os conhecemos e reforça a premissa, compartilhada por nós, de que o pensamento tradutório está em sua experiência.

Extrapolando essa visada para o contexto de publicação e circulação, o exame das normas e convenções adotadas no meio editorial e análise da forma com que são empregadas pelos profissionais da área – com todas as suas particularidades, da pontuação a obrigações contratuais de direito autoral – norteou a elaboração de parâmetros de normalização expressos no projeto editorial. A partir daí foi possível sistematizar as soluções encontradas para questões específicas da tradução do texto de Inês Oseki-Dépré, que se apresentaram de forma editorial e tradutória, ou seja, envolveram tanto escolhas de “normalização” quanto terminológicas. Mesmo que tenhamos apresentado todo o processo na forma de etapas sequenciais, devemos frisar que este ocorre de maneira não linear, ainda que sistemática, todas integrantes do todo que denominamos projeto de tradução.

Se nos objetivos primários deste projeto de pesquisa se tinha a pretensão de também produzir algo semelhante a um “manual” para a editoração de traduções no Brasil, chegamos ao final do percurso com mais perguntas do que respostas, tendo em vista que as problemáticas – editoriais e tradutórias – são tão múltiplas quantos as traduções e os modos de traduzir, ainda que alguns fios condutores sejam identificáveis e às vezes incontornáveis – como as dicotomias da tradução. Nossas escolhas foram embasadas em normas e em outros textos da área e estão documentadas para fins de pesquisa e crítica, mas não têm nenhuma aspiração prescritiva, talvez exemplificativa. Como nas melhores obras de teoria da tradução, constatamos que os processos do texto de partida ao texto de chegada podem muitas vezes ser mais interessantes do que o produto em si, ainda que não lhe tirem o mérito, beleza ou utilidade.

Em um cenário de circulação de conhecimento que passa por constantes mudanças em seus suportes físicos e em suas estruturas, em tempos de autopublicação e equipes editoriais cada vez menores e de vínculos precários, o tradutor pode e deve conceber seu projeto de tradução dentro de contextos tanto mais específicos quanto mais amplos do que o das trocas linguísticas e da busca por equivalência, mas para tal deve estar ciente da existência deles. Assim, será capaz de atuar não como reproduzidor de textos em outra língua, mas como cocriador de formas e sentidos.

REFERÊNCIAS

-LOGIE. *In*: LE ROBERT de poche. Paris : Le Robert, 2009.

ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro*: princípios da técnica de editoração. Prefácio de Antônio Houaiss. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexikon; São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. *NBR 10520*: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, ago. 2002. (norma em revisão)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. *NBR 6023*: informação e documentação: referências: elaboração. Segunda edição. Rio de Janeiro: ABNT, nov. 2018.

ATHAYDE, Públio. *Revisão de textos*: teoria e prática. Keimelion: Belo Horizonte, 2011.

BAKER, Mona. Linguística e Estudos Culturais: paradigmas complementares ou antagônicos nos Estudos da Tradução? Tradução de Marcia A. P. Martins e Patricia Broers-Lehmann. *In*: MARTINS, Marcia A. P. (org.). *Tradução e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999. p. 15-34.

BANDIA, Paul. Le concept bermanien de l' « Étranger » dans le prisme de la traduction postcoloniale. *TTR: traduction, terminologie, rédaction*, Québec, v. 14, n. 2, p. 123-139, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.7202/000572ar>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BARBOSA, Heloísa Gonçalves. *Procedimentos técnicos da tradução*: uma nova proposta. Campinas: Pontes, 1990.

BASSNETT, Susan. *Translation*. London; New York: Routledge, 2013. (The New Critical Idiom).

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERMAN, Antoine. *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo*. Tradução de Marie-Hélène Catherine Torres, Mauri Furlan e Andréia Guerini. Rio de Janeiro: 7Letras; PGET, 2007.

BERMAN, Antoine. *A prova do estrangeiro*. Tradução de Maria Emília Pereira Chanut. Bauru: EDUSC, 2002.

BERMAN, Antoine. Critique, commentaire et traduction : quelques réflexions à partir de Benjamin et de Blanchot. *Po&sie*, Paris, n. 37, p. 88-106, 1986. Disponível em: <https://po-et-sie.fr/texte/critique-commentaire-et-traduction-quelques-reflexions-a-partir-de-benjamin-et-de-blanchot/>. Acesso em: 07 dez. 2019.

BERMAN, Antoine. La traduction et ses discours. *Meta – Journal des traducteurs*, Montréal, v. 34, n. 4, p. 673-679, déc. 1989. Disponível em:

<https://www.erudit.org/fr/revues/meta/1989-v34-n4-meta326/002062ar/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

BERMAN, Antoine. *Pour une critique des traductions* : John Donne. Paris: Gallimard, 1995. (Bibliothèque des idées).

BOISSEAU, Maryvonne. Les discours de la traductologie en France (1970-2010). *Revue française de linguistique appliquée*, Paris, v. XIV, n. 1, p. 11-24. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-francaise-de-linguistique-appliquee-2009-1-page-11.htm>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008. Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. *Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 set. 2008.

BRASIL. Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 dez. 2004.

BREMS, Elke; MEYLAERTS, Reine; DOORSLAER, Luc van. Translation studies looking back and looking forward: a discipline's meta-reflection. In: BREMS, Elke; MEYLAERTS, Reine; DOORSLAER, Luc van (ed.). *The Known Unknown of translation studies*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2014.

CADERNO DE LITERATURA E CULTURA RUSSA. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, n.1, março 2004.

CALVET, Louis-Jean. *Pour une écologie des langues du monde*. Paris : Plon, 1999.

CALVET, Louis-Jean ; OSEKI-DÉPRÉ, Inês. Mondialisation et traduction, le rapport inverse entre centralité et diversité. La traduction: outil d'uniformisation ou de différenciation culturelle, Universidade de Kaslik, Kaslik, Líbano, 2002. Conferência não publicada.

CALVET, Louis-Jean. Quels fondements pour une écologie des langues? *Ecolinguística*: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem, Brasília, v. 2, n. 2, p. 19-35, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9687>. Acesso em: 15 dez. 2019.

CAMARGO, Katia Aily Franco de; AIXELÁ, Javier Franco. Análise bibliométrica da pesquisa em Estudos da Tradução e Interpretação (ETI) em nível de doutorado no Brasil *Cad. Trad.*, Florianópolis, v. 39, nº 2, p. 116-145, mai-ago, 2019.

CAMMAGRE, Geneviève. De l'avenir des Anciens: La polémique sur Homère entre Mme Dacier et Houdar de La Motte. *Littératures classiques*, Toulouse, v. 72, n. 2, 2010, p. 145-156. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-litteratures-classiques1-2010-2-page-145.htm?contenu=article>. Acesso em: 13 dez. 2019.

CAMPOS, Haroldo de. "Da tradução como criação e como crítica". In: CAMPOS, Haroldo de. *Metalinguagem e outras metas*: ensaios de teoria e crítica literária. 4. ed. 3. reimpr. São Paulo: Perspectiva, 2010. (Debates)

CAMPOS, Haroldo. *Transcrição*. Organização de Marcelo Tápia e Thelma Médici Nóbrega. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 4. ed. São Paulo: Martins, 1971.

CARDOZO, Maurício. O significado da diferença: a dimensão crítica da noção de projeto de tradução literária. *Tradução e Comunicação* – Revista brasileira de tradutores, São Paulo, n. 18, 2009, p. 101-117.

CEVASCO, Maria Eliza. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHESTERMAN, Andrew; ARROJO, Rosemary. M. Forum: Shared ground in translation studies. *Target*, Amsterdam, v. 12, n. 1, p. 151-160, 2000.

COELHO NETO, Aristides. *Além da revisão: critérios para revisão textual*. 3. ed. Brasília: Editora Senac, 2013.

COSTA, Patrícia Rodrigues. *A formação de tradutores em Instituições de Educação Superior públicas brasileiras: uma análise documental*. 2018. 450f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188094/PGET0372-T.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 15 jun. 2019.

COSTA, Patrícia Rodrigues; SOUSA, Germana Henriques Pereira de. Entrevista com Alvaro Echeverri. *Belas Infiéis*, Brasília, v. 4, n. 2, p. 149-162, 2015.

COUTO, Hildo Honório do *et al.* (org.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem*. Goiânia: Editora UFG, 2016. v. 2 (Coleção Síntese)

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Gramática do português contemporâneo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

DAHLET, Véronique. *As (man)obras da pontuação: usos e significações*. São Paulo: Humanitas, 2006.

DANTAS, Marta Pragana; PERRUSI, Artur. Crepúsculo de uma tradição: obstáculos à publicação de obras francesas no Brasil. In: SOUSA, Germana Henriques Pereira (org.). *História da Tradução: ensaios de teoria, crítica e tradução*. Campinas: Pontes Editores, 2015. (Coleção Estudos da Tradução, v. 1.)

DEAECTO, Marisa Midori. Prefácio. In: MARTINS FILHO, Plínio. *Manual de editoração e estilo*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

DELISLE, Jean; CORMIER, Monique C.; LEE-JAHNKE, Hannelore. *Terminologia da tradução*. Tradução e adaptação de Álvaro Faleiros e Claudia Xatara. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

DELISLE, Jean. Traducteurs médiévaux, traductrices féministes : une même éthique de la traduction? *TTR: traduction, terminologie, rédaction*, Québec, v. 6, n. 1, 1993, p. 203-230.

Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/ttr/1993-v6-n1-ttr1478/037144ar/>. Acesso em: 13 dez. 2019.

DE SWAAN, Abram. The Emergent World Language System. *International Political Science Review*, San Francisco, v. 14, n. 3, p. 429-444, July 1993.

D'HULST, Lieven. Quels défis pour l'histoire de la traduction et de la traductologie ? *Meta – Journal des traducteurs*, Montréal, v. 60, n. 2, p. 281–298, août 2015. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/meta/2015-v60-n2-meta02055/1032858ar.pdf>. Acesso em: 16 de dezembro de 2019.

DOORSLAER, Luc Van. Risking conceptual maps. *Target*, Amsterdam, v. 19, n. 2, p. 217-233, 2007.

ECHEVERRI, Alvaro. About maps, versions and translations of translation studies: a look into the metaturn of translatology. *Perspectives*, v. 25, n. 4, p. 521-539, 2017.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

ECO, Umberto. *Dire quasi la stessa cosa: esperienze di traduzione*. Milano: Tascabili Bompiani, 2010. *E-book*.

ECO, Umberto. *Quase a mesma coisa: experiências de tradução*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FLOTOW, Luise von. Le féminisme en traduction. *Palimpsestes*, n. 11, p. 117-133, 1998. Disponível em: <http://journals.openedition.org/palimpsestes/1535>. Acesso em: 13 dez. 2019.

FROTA, Maria Paula. Um balanço dos estudos da tradução no Brasil. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 1, n. 19, p. 135-169, abr. 2007. ISSN 2175-7968. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/6996/6481>. Acesso em: 12 dez. 2018.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Produção e vendas do setor editorial brasileiro – Ano base 2018. [S.l.]: FIPE, 2019. Disponível em: <http://pesquisaeditoras.fipe.org.br/Home/Download/81ab0b04-dd89-4856-8ca3-0d2f8c4a895c>. Acesso em: 9 dez. 2019.

FURLAN, Mauri (org.). *Clássicos da Teoria da Tradução – VI: antologia do Renascimento*. Bilíngue. 2ª edição revista e modificada. UFSC, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/309385009_Classicos_da_teor_da_traducao_-_VI_Antologia_do_Renascimento_sec_XVI_bilingue_edicao_revista_e_reformatada. Acesso em: 17 jun. 2019.

GALINDO, Caetano Waldrigues. Traduzir o Finnegans Wake: paradoxos e liberdades. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 11, n. 5, p. 1517-1535, 21 dez. 2017.

GAMBIER, Yves; DOORSLAER, Luc Van. How about meta? An introduction. In: GAMBIER, Yves; DOORSLAER, Luc Van. *The metalanguage of translation*. Amsterdam: John Benjamins, 2009. p. 1-8.

GENETTE, Gérard. *Palimpsestos: a literatura de segunda mão*. Extratos traduzidos por Cibele Braga, Erika Viviane Costa Vieira, Luciene Guimarães, Maria Antônia Ramos Coutinho, Mariana Mendes Arruda, Miriam Vieira. Belo Horizonte: Viva Voz, 2010.

GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018.

GENTZLER, Edwin. Expanding the horizons or limiting growth? *Target*, Amsterdam, v. 13, n. 1, p. 160-164, 2001.

GOUADEC, Daniel. *Le traducteur, la traduction et l'entreprise*. Paris: Afnor, 1989.

HALE, Terry. Publishing strategies. In: BAKER, Mona; SALDANHA, Gabriela (ed). *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. 2. ed. London; New York: Routledge, 2008.

HARRIS, Brian. What I really meant by «Translatology». *TTR: traduction, terminologie, rédaction*, Québec, v. 1, n. 2, p. 91-96, 1988. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/ttr/1988-v1-n2-ttr1469/037022ar/>. Acesso em: 14 jun. 2019.

HEILBRON, Johan. Towards a Sociology of Translation. *European Journal of Social Theory*. London: Sage Publications, 1999.

HEILBRON, Johan; SORÁ, Gustavo. *The Social and Human Sciences in Global Power Relations*. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2018.

HERMANS, Theo (ed.). *Crosscultural transgressions: research models in translation studies* Manchester: St. Jerome, 2002. p. 1-7. II. Historical and ideological issues.

HOLMES, James S. "The Name and Nature of Translation Studies". In: HOLMES, James S. *Translated! Papers on Literary Translation and Translation Studies*. Amsterdam: Rodopi, 1988. p. 66-80.

HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/INL, 1967. 2 v.

IOZZI-KLEIN, Adriana; CAVALLARI, Dóris Nátia. A prosificação da cultura e o ensaio criativo do século XX: questões sobre um gênero literário. *Bakhtiniana*, São Paulo, n. 10, v.1, p. 104-118, jan./abr. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-45732015000100104&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20 jan. 2020.

LAGES, Susana Kampff. *Walter Benjamin: Tradução e melancolia*. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Edusp: 2007.

LAMBERT, José. Prelude – The institutionalization of the discipline. In: MILLÁN, Carmen; BARTRINA, Francesca (ed.). *The Routledge handbook of translation studies*. London: Routledge, 2012. p. 7-27.

LEFEVERE, André. *Translation, rewriting, and the manipulation of literary fame*. London; New York: Routledge, 1992.

LUNGU-BADEA, Georgiana. Translation studies in Romania. Their synchronic and deferred relations with European translation studies. A few directions of research. In: SCHIPEL, Larisa; ZWISCHENBERGER, Cornelia (ed.). *Going East: Discovering New and Alternative Traditions in Translation Studies*. Berlin: Frank&Timme, 2016. p. 47-76.

MARINI, Clarissa Prado. *Glossário de leituras de "Die Aufgabe des Übersetzers" de Walter Benjamin: uma contribuição para a História Contemporânea da Tradução*. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MARINI, Clarissa Prado. *Tradução de Tradutologia Francesa no Brasil: da História da Tradução à Tradução Comentada de L'Âge de la traduction de Antoine Berman*. 203f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

MARTINS FILHO, Plínio. *Manual de editoração e estilo*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MESCHONNIC, Henri. *Poética do traduzir*. Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MILTON, John. The birth of Translation Studies on the periphery: the case of Brazil. In: SOUSA, Germana Henriques Pereira (org.). *História da Tradução: Ensaio de teoria, crítica e tradução*. Campinas: Pontes Editores, 2015. (Coleção Estudos da Tradução, v. 1.)

NOUSS, Alexis. Présentation. *TTR: traduction, terminologie, rédaction*, Québec, v. 14, n. 2, p. 9-243, 2001.

OLIVEIRA, Natália Oásis de. Traduzindo a crítica de tradução literária: “Langage amoureux/amour de la langue?” e “Traduction et herméneutique” de Inês Oseki-Dépré. 2018. 123 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras - Tradução - Francês)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

OSEKI-DÉPRÉ, Inês. *Théories et pratiques de la traduction littéraire*. Paris: Armand Colin, 2006.

OSEKI-DÉPRÉ, Inês. *De Walter Benjamin à nos jours...* (Essais de Traductologie). Paris: Honoré-Champion, 2007.

OSEKI-DÉPRÉ, Inês. Entrevista. *Grampo canoa*, São Paulo, n. 1, out. 2015. Disponível em: http://docs.wixstatic.com/ugd/91ec05_635798c838174b29ad36b5edbbe1af16.pdf. Acesso em: 9 dez. 2018.

OSÓRIO, Ana Alethéa de Melo César. Limites da invisibilidade: a revisão de tradução no *Dicionário Infernal*. Monografia (Especialização em Revisão de Textos) – Centro Universitário de Brasília – UniCeub, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/8233>. Acesso em: 9 dez. 2019.

PAES, José Paulo. *Tradução: a ponte necessária – aspectos e problemas da arte de traduzir*. São Paulo: Ática, 1990.

PAGANO, Adriana. As pesquisas historiográficas em tradução. In: PAGANO, Adriana (org.). *Metodologias de pesquisa em tradução*. Belo Horizonte: Fale-UFMG, 2011. p. 117-146.

PAGANO, Adriana; VASCONCELLOS, Maria Lúcia. Estudos da Tradução no Brasil: reflexões sobre teses e dissertações elaboradas por pesquisadores brasileiros nas décadas de 1980 e 1990. *DELTA – Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 19, número especial, p. 1-25, 2003.

PINHAS, Luc. La francophonie, le français, son génie et son déclin. *Documents pour l'histoire du français langue étrangère ou seconde*, Paris, n. 40/41, p. 51-61, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/dhfiles/101>. Acesso em: 17 jul. 2019.

PINTO, Manuel da Costa. Matemática da alma. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 de abril de 2005a. Ilustrada. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1604200506.htm>. Acesso em: 30 nov. 2019.

PINTO, Manuel da Costa. Roubaud metrifica ritmo das palavras em seus versos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 de abril de 2005b. Ilustrada. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1604200507.htm>. Acesso em: 30 nov. 2019.

PYM, Anthony. Schleiermacher and the Problem of *Blendlinge*. *Translation and Literature*, v. 4, n.1, p. 5-30, 1995.

PROVENZANO, François. Francophonie et études francophones: considérations historiques et métacritiques sur quelques concepts majeurs. *PORTAL – Journal of Multidisciplinary International Studies*, New South Wales, Australia, v. 3, n. 2, July 2006.

PRUVOST, Jean. Avant-propos – Vous avez dit Traductologie ? *ELA: études de linguistique appliquée*, Paris, n. 172, p. 389-393, 2013/4. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-ela-2013-4-page-389.htm>. Acesso em: 14 jun. 2019.

RODRIGUES, Cristina Carneiro. Tradução, reescrita e manipulação da fama literária de André Lefevere. Lefevere em edição descuidada. DOI: 10.5007/2175-7968.2011v1n27p321. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 1, n. 27, p. 321-326, nov. 2011. ISSN 2175-7968. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/20328>. Acesso em: 19 nov. 2019. doi:<https://doi.org/10.5007/2175-7968.2011v1n27p321>.

RÓNAI, Paulo. *A tradução vivida*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ROSSI, Ana Helena; SOUSA, Germana Henriques Pereira de. Entrevista com profa. Dra. Inês Oseki-Dépré. *Traduzires*, Brasília, v. 1, n. 2, dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/traduzires/article/view/8061/6129>. Acesso em: 9 dez. 2018.

SAPIRO, Gisèle. What factors determine the international circulation of scholarly books? The example of translations between English and French in the Era of Globalization. In: HEILBRON, Johan; SORÁ, Gustavo. *The Social and Human Sciences in Global Power Relations*. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2018.

SCHÄFFER, Ana Maria de Moura. *Representações de tradução de gênero no dizer de tradutoras brasileiras*. 200f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/269712>. Acesso em: 12 dez. 2019.

SEVERO, Cristine Gorski. Lusofonia, colonialismo e globalização. *Fórum linguístico*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 1321-1333, jul./set. 2016.

SNELL-HORNBY, Mary; PÖCHHACKER, Franz; KAINDL, Klaus (ed.). *Translation studies: an interdiscipline*. Philadelphia: John Benjamins, 1994.

SNELL-HORNBY, Mary. A “estrangeirização” de Venuti: o legado de Friedrich Schleiermacher aos Estudos da Tradução? Tradução de Tinka Reichmann e Marcelo Moreira. *Pandaemonium*, São Paulo, v. 15, n. 19, jul. 2012, p. 185-212. Título original: “Venutis ‘foreignization’: Das Erbe von Friedrich Schleiermacher in der Translationswissenschaft?”

SNELL-HORNBY, Mary. Is translation studies going Anglo-Saxon? In: GILE, Daniel; HANSEN, Gyde; POKORN, Nike E. (ed.). *Why translation studies matters?* Philadelphia: John Benjamins, 2010. p. 97-103.

SOUSA, Germana Henriques Pereira de. Avalovara em tradução francesa. In: FREITAS, Luana Ferreira de; TORRES, Marie-Hélène Catherine; COSTA, Walter Carlos (org.). *Literatura traduzida: tradução comentada e comentários de tradução*. Fortaleza: Substância, 2017. p. 267-291. v.2.

SOUSA, Germana Henriques Pereira; PUTTINI, Sonia; MARIATH, Camila; BISPO, Aline; NUNES, Jakeline. Escritores tradutores brasileiros e a tradução dos nomes próprios. *Translationes*, v. 3, n. 1, 2011. Disponível em: <https://content.sciendo.com/view/journals/tran/3/1/article-tran-2014-0048.xml.xml>. Acesso em: 30 nov. 2019.

TORRES, Marie-Hélène Catherine. Por que e como pesquisar a tradução comentada? In: FREITAS, Luana Ferreira de; TORRES, Marie-Hélène Catherine; COSTA, Walter Carlos (org.). *Literatura traduzida: tradução comentada e comentários de tradução*. Fortaleza: Substância, 2017.

TOURY, Gideon. *Descriptive Translation Studies – and beyond*. 2nd expanded edition. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2012.

TYMOCZKO, Maria. *Enlarging translation, empowering translators*. Manchester: St. Jerome Publishing, 2007.

VASCONCELOS, Maria Lúcia. Os Estudos da Tradução no Brasil nos séculos XX e XXI: ComUNIDADE na diversidade dos Estudos da Tradução? In: GUERINI, Andreia; TORRES, Marie-Hélène Catherine; COSTA, Walter Carlos (org.). *Os estudos da tradução no Brasil nos séculos XX e XXI*. Florianópolis: Copiart, 2013. p. 33-50.

VENUTI, Lawrence. *Translation studies reader*. London; New York: Routledge, 2012.

WYLER, Lia Carneiro da Cunha Alverga. *A tradução no Brasil: ofício invisível de incorporar o outro*. 1995. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995. 93 f.

ZANETTIN, Federico; SALDANHA, Gabriela; HARDING, Sue-Ann. Sketching landscapes in translation studies: A bibliographic study. *Perspectives*, v. 23, n. 2, 2015, p.161-182.

ZAVAGLIA, Adriana; RENARD, Carla M. C.; JANCZUR, Christine. A tradução comentada em contexto acadêmico: reflexões iniciais e exemplos de um gênero textual em construção. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 331-352, dez. 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/8755>. Acesso em: 7 dez. 2019.

APÊNDICE A – OBRAS SOBRE TRADUÇÃO NO ACERVO DA BIBLIOTECA NACIONAL PUBLICADAS ENTRE 2010 E 2020

59 registros – 1 duplicado* (reedição no mesmo período) = 58 obras publicadas no período, em ordem cronológica

	Título	Autor ou Organizador/Tradutor (filiação acadêmica)	Ano	Cidade: Editora
1	Clássicos da teoria da tradução: alemão-português v.2 (2ª edição)	Werner Heidermann (UFSC) (organizador)	2010	Florianópolis: UFSC, Núcleo de Tradução
2	Clássicos da teoria da tradução: alemão-português v.1 (2ª edição)	Werner Heidermann (UFSC) (organizador)	2010	Florianópolis: UFSC, Núcleo de Tradução
3	Cultura e tradução: interfaces entre teoria e prática ⁱ	Liane Schneider (UFPB), Ana Cristina Marinho Lúcio (UFPB) (organizadoras)	2010	João Pessoa: Ideia; Editora UFPB
4	Estudos da tradução I: 3. período	Lincoln P. Fernandes (UFSC)	2010	Florianópolis; Brasília: UFSC: Universidade Aberta do Brasil
5	Pensar entre línguas: a teoria da tradução de Vilém Flusser	Villém Flusser/ Rainer Guldin	2010	São Paulo: Annablume
6	Tradução: da sua importância e dificuldade: reflexões sobre a filosofia da tradução	Newton Sabbá Guimarães (Unicentro)	2010	Curitiba: Juruá
7	Tradução: teoria e prática	John Milton (USP)	2010	São Paulo: Martins Fontes
8	A invenção do original via tradução, pseudotradução e autotradução ⁱⁱ	Lillian Depaula (UFES)	2011	Vitória: EdUFES
9	A tradução de obras francesas no Brasil	Álvaro Faleiros (USP), Adriana Zavaglia (USP), Alain Mouzat (USP) (organizadores)	2011	São Paulo: Annablume: Fapesp
10	Crítica e tradução: a tradução do conto Children of the Sea, de Edwige Danticat	Daniel Aldo Soares (IFG)	2011	Goiânia: Editora PUC Goiás
11	Cultura e tradução: diálogos contemporâneos ⁱⁱⁱ	Ana Cristina Marinho Lúcio (UFPB), Roberto Carlos de Assis (UFPB) (organizadores)	2011	João Pessoa: Ideia
12	Estudos da tradução II: 4. período	Lincoln Paulo Fernandes (UFSC)	2011	Florianópolis; Brasília: UFSC: Universidade Aberta do Brasil
13	Literatura & tradução: textos selecionados de José Lambert	Andréia Guerini (UFSC), Marie- Hélène Catherine Torres (UFSC), Walter Costa (UFSC) (organizadores)	2011	Rio de Janeiro: 7Letras
14	O intérprete de tribunal, um mero intérprete?	Lourival Novais Néto (UFRR)	2011	Curitiba: Ed. CRV
15	Sobre a tradução/ Sur la traduction	Paul Ricoeur/ Patrícia Lavelle (PUC- RJ)	2011	Belo Horizonte: Ed. UFMG
16	Tradução: história, teorias e métodos	Michaël Oustinoff/ tradução do francês: Marcos Marcionilo	2011	São Paulo: Parábola
17	Tradução e cultura	Cynthia Ann Bell-Santos (UnB), Cristiane Roscoe-Bessa (UnB), Válmí	2011	Rio de Janeiro: 7Letras

		Hatje-Faggion (UnB), Germana Henriques Pereira de Sousa (UnB) (organizadoras)		
18	Tradução e dialogismo: um estudo sobre o papel do tradutor na construção do sentido ^{iv}	Heber de Oliveira Costa e Silva	2011	Recife: Ed. UFPE
19	Tradução literária: a vertigem do próximo	Ana de Alencar (UFRJ), Caio Meira, Izabela Leal (UFRJ) (organizadores)	2011	Rio de Janeiro: Azougue
20	Traduzindo o Brasil: o país mestiço de Jorge Amado ^v	Marly D'Amaro Blasques Tooge	2011	São Paulo: Humanitas; FAPESP
21	A tradução vivida	Paulo Rónai	2012	Rio de Janeiro: J. Olympio
22	Erico Veríssimo: editor e tradutor: viagem através da literatura	Waldemar Torres	2012	Porto Alegre: AGE
23	Escola de tradutores (7 ed.)	Paulo Rónai	2012	Rio de Janeiro: J. Olympio
24	Machado de Assis: tradutor e traduzido	Andréia Guerini (UFSC), Luana Ferreira de Freitas (UFC), Walter Carlos Costa (UFSC) (organizadores)	2012	Tubarão, SC: Copiart
25	O papel da tradução na transmissão da ciência: o caso do Tetrabiblos de Ptolomeu	Cristina de Amorim Machado (UEM)	2012	Rio de Janeiro: Mauad X
26	Traduzir o poema	Álvaro Faleiros (USP)	2012	São Paulo: Ateliê Editorial
27	Dom Pedro II: um tradutor imperial	Noêmia Guimarães Soares (UFSC), Rosane de Souza, Sérgio Romanelli (UFSC) (organizadores)	2013	Tubarão, SC: Copiart
28	Jacques Derrida: literatura, política e tradução	Marcos Siscar (Unicamp)	2013	Campinas, SP: Autores Associados
29	O tradutor contemplado como construtor do saber	José Raimundo Guimarães	2013/2016*	Florianópolis: Insular/ Florianópolis: Papa-livro
30	Terminologia da tradução	Hannelore Lee-Jahnke, Jean Delisle, Monique C. Cormier (Org.)/ tradução e adaptação para o português, Álvaro Faleiros (USP) e Claudia Xatara (Unesp)	2013	Brasília: Editora UnB
31	A tradução na sala de aula	Alice Maria de Araújo Ferreira (UnB), Germana Henriques Pereira de Sousa (UnB), Sabine Gorovitz (UnB) (organizadoras)	2014	Brasília: Editora UnB
32	Atos de tradução: ética, intervenções, mediações ^{vi}	Lenita Maria Rímoli Esteves (USP)	2014	São Paulo: Humanitas
33	Imagens da língua materna e da tradução no ensino de francês língua estrangeira	Andréia Matias Azevedo	2014	Jundiaí, SP: Paco
34	Teoria e prática da tradução literária	Sueli Cavendish (UFPE), Michelle Valois (organizadoras)	2014	Recife: Ed. UFPE
35	Tradução cultural e memória: estudos multidisciplinares	Karin Volobuef (Unesp), Sylvia Maria Trusen (UFPA), Tania Sarmento-Pantoja (UFPA) (organizadoras)	2014	Rio de Janeiro: 7Letras

36	Tradução e autoria ^{vii}	Marie Hélène Catherine Torres (UFSC), Maura Regina da Silva Dourado (UFPB), Sinara de Oliveira Branco (UFMG) (organizadoras)	2014	João Pessoa: Ideia
37	Vozes da tradução: éticas do traduzir	Lenita Esteves (USP) e Viviane Veras (Unicamp) (organizadoras)	2014	São Paulo: Humanitas
38	A tradução e suas interfaces	Valdecy de Oliveira Pontes (UFC) et al. (organizadores)	2015	Curitiba: CRV
39	Dom Quixote: poesia, crítica e tradução: estudo dos versos preliminares de Dom Quixote e proposta de tradução ^{viii}	Giselle Macedo	2015	São Paulo: Humanitas
40	Entre a tradução e a matemática	Rafael Descovi Galelli	2015	Curitiba: Appris
41	História da tradução: ensaios de teoria, crítica e tradução literária ^{ix}	Germana Henriques Pereira de Sousa (UnB) (organizadora)	2015	Campinas, SP: Pontes
42	Memória e mobilidade na tradução literária: narrativa, identidade e raça ^x	Mara Lúcia Pinsegher	2015	Curitiba: Appris
43	A tradução de obras francesas no Brasil: trajetórias, debates, deslocamentos	Marta Pragana Dantas (UFPB), Germana Henriques Pereira de Sousa (UnB) (organizadoras)	2016	Campinas: Pontes
44	Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática	Christiane Nord/ tradução e adaptação coordenadas por Meta Elisabeth Zipser (UFSC)	2016	São Paulo: Rafael Copetti
45	Crítica e tradução	Ana Cristina César	2016	São Paulo: Companhia das Letras
46	De um cenário a outro: os bastidores de um laboratório de tradução (volume 1: espanhol-português)	Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão (UFSC), Aylton Barbieri Durão (UFSC), Márcia Sipavicius Seide (Unioeste) (organizadores)	2016	Cascavel, PR: EdUNIOESTE
47	História e historiografia da tradução: desafios para o século XXI	Germana Henriques Pereira (UnB), Thiago André Veríssimo (organizadores)	2016	Campinas, SP: Pontes
48	Interseções : contatos culturais	Luisa Damulakis	2016	Salvador : Quarteto
49	Tradução literária: veredas e desafios	Andréa Cesco (UFSC), Gilles Jean Abes (UFSC) e Juliana Cristina Faggion Bergmann (UFSC) (organizadores)	2016	São Paulo: Rafael Copetti
50	De horizonte a horizonte: traduções comentadas	Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão, Aylton Barbieri Durão (organizadores)	2017	Florianópolis: Insular
51	Interpretação de Libras: retextualizando sinalizações de um professor surdo ^{xi}	Ozivan Perdigão Santos (UEPA)	2017	Curitiba: Appris
52	Língua contra língua	Marcelo Jacques de Moraes (UFRJ)	2017	Rio de Janeiro: 7Letras
53	Os lugares da tradução	Johannes Kretschmer (UFF), Fabio Lima, Susana Kampff Lages (UFF) e Dorothee de Bruchard (organizadores)	2017	Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense; Fundação Biblioteca Nacional

54	Poemas traduzidos do francês ao português por Manuel Bandeira ^{xii}	Aglaé Fernandes (UFPB)	2017	João Pessoa: Ideia
55	Historiografia da tradução: tempo e espaço social ^{xiii}	Germana Henriques Pereira (UnB), Thiago André Veríssimo (organizadores)	2018	Campinas, SP: Pontes
56	Linguagem, tradução e literatura: filosofia, teoria e crítica	Walter Benjamin/edição e tradução João Barrento	2018	Belo Horizonte: Autêntica
57	Palavra de tradutor: reflexões sobre tradução por tradutores brasileiros	Márcia A. P. Martins, Andrea Guerini (UFSC)	2018	Florianópolis: Editora UFSC, 2018.
58	Português brasileiro transnacional: tradução, herança e gramática	Kátia de Abreu Chulata e Vânia Cristina Casseb Galvão (UFG)	2018	Campinas, SP: Pontes

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da Biblioteca Nacional (BN) e da plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Legenda

	Editora universitária ou Instituição de Ensino Superior (IES)
	Autor, organizador ou tradutor é docente de Instituição de Ensino Superior (IES)
	Obra elaborada a partir de tese ou dissertação
	Obra traduzida

ⁱ Trabalhos apresentados no I Encontro Cultura e Tradução, realizado de 12 a 15 de maio de 2009, na Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

ⁱⁱ Originalmente apresentada como tese da autora (doutorado-Universidade de São Paulo, 2002)

ⁱⁱⁱ Trabalhos apresentados no I Encontro Cultura e Tradução, realizado de 12 a 15 de maio de 2009, na Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

^{iv} Originalmente apresentado como dissertação do autor (mestrado – Universidade Federal de Pernambuco), sob o título: O tradutor "infel" a voz da reenunciação.

^v Originalmente apresentada como dissertação da autora (mestrado – Universidade de São Paulo, 2009).

^{vi} Originalmente apresentada como tese da autora (livre-docência – Universidade de São Paulo, 2012).

^{vii} Resultado do evento intitulado 'I Colóquio de Tradução e Autoria', realizado em junho de 2013 na Universidade Federal de Campina Grande.

^{viii} Originalmente apresentada como dissertação da autora (mestrado – Universidade de São Paulo, 2012).

^{ix} Trabalhos apresentados no I e II Seminários de História da Tradução e Tradução Literária, ocorridos em Brasília em dezembro de 2012 e setembro de 2013.

^x 8 Originalmente apresentada como dissertação da autora (mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, 2011), sob o título: A narrativa como espaço de construção de identidades raciais e tradutórias: o caso de O tradutor: memórias de um homem que desafiou a guerra de Daoud Hari.

^{xi} Originalmente apresentada como dissertação do(a) autor(a) (mestrado – Universidade do Estado do Pará, 2012), sob o título: "Sinalizações de um professor surdo: a interpretação de Libras como processo de retextualização".

^{xii} 10 Originalmente apresentada como tese da autora (doutorado – Universidade Federal de Santa Catarina, 2014).

^{xiii} Trabalhos apresentados no V Seminário Internacional de História da Tradução e Tradução Literária, realizado na Universidade de Brasília, em agosto de 2016.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

Editoração de traduções no Brasil

Prezados colegas profissionais do livro,

Sou Ana Alethéa Osório, revisora de textos da Editora Universidade de Brasília e mestranda em Estudos da Tradução na mesma universidade, e gostaria de contar com a colaboração de vocês na fase final da minha pesquisa.

O questionário a seguir se destina aos profissionais do texto (preparadores, revisores, tradutores, editores, assistentes editoriais, etc.) que lidam com traduções em contextos editoriais.

O objetivo principal é sondar algumas das práticas mais comuns no Brasil relativas à editoração e à publicação de textos traduzidos.

Agradeço imensamente a contribuição de vocês e me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos pelo e-mail anaalethea@gmail.com

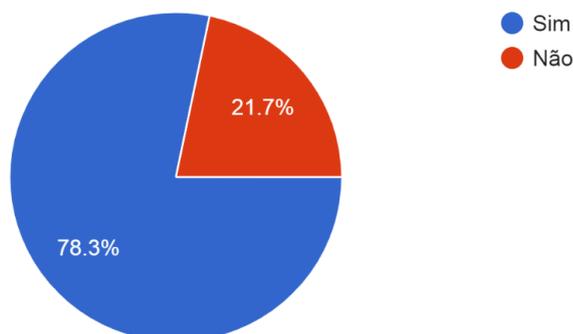
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: Editoração de traduções no Brasil. O objetivo da pesquisa é sondar algumas das práticas mais comuns no Brasil relativas à editoração e à publicação de textos traduzidos. Sua participação será pelo preenchimento do questionário a seguir, destinado aos profissionais do texto (preparadores, revisores, tradutores, editores, assistentes editoriais, etc.) que lidam com traduções em contextos editoriais. Informamos que você pode deixar de responder qualquer questão, podendo desistir em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para você. Sua participação é voluntária, isto é, sem nenhuma contrapartida. Se você tiver qualquer dúvida em relação a esta pesquisa, por favor entrar em contato pelo e-mail anaalethea@gmail.com

- Aceito
- Não aceito

1. A editora na qual/para a qual você trabalha publica traduções?

23 responses



2. Qual a importância dessas traduções no catálogo da editora?

21 respostas

Bastante expressiva.

Fazemos versão de obras relevantes para a comunidade internacional.

Ainda não fazemos traduções por falta de estrutura de pessoal. Mas consideramos extremamente relevante realizar traduções de obras de interesse acadêmico e científico que ainda não foram traduzidas para a língua portuguesa.

Diria que as traduções significam uma parcela de importância fundamental nas publicações da Editora UFPR. Várias de nossas obras ganharam prêmios na categoria "tradução" (p.e., os Jabutis para 'Anatomia da melancolia' ou para 'O mundo como vontade e representação'), e várias obras traduzidas constituem alguns dos nossos títulos mais expressivos e bem-sucedidos.

As obras traduzidas são inéditas no Brasil

consignações ou detém mais prestígio entre determinado público (premiações e citações)

A editora praticamente só trabalha com livros traduzidos.

Depende do livro, do autor, da importância da obra

Em geral são obras clássicas de diferentes áreas do conhecimento, mas há também títulos que suprem lacunas de pesquisas nacionais ou são referências básicas de cursos.

Muito alta. A maioria dos títulos publicados é traduzida.

Têm números mais expressivos de vendas e são mais prestigiadas

As obras traduzidas possibilitam para a Editora mais conhecimento, divulgação e venda externa em relação a assunto, autor e país. Determinados assuntos precisam ser traduzidos para publicação pois alguns materiais só existem em determinadas línguas, sendo assim, contribui também para disseminação de conhecimento e pesquisa.

São importantes para a pesquisa acadêmica em diversas áreas.

nenhuma

Grande

O Conselho Editorial é favorável a traduções geralmente quando o autor é bem conhecido, sua obra é considerada importante pela crítica ou a obra obteve alguma premiação.

Além de ter um número mais expressivo em vendas elas trazem prestígio ao catálogo, além de agregar possíveis prêmios no meio editorial.

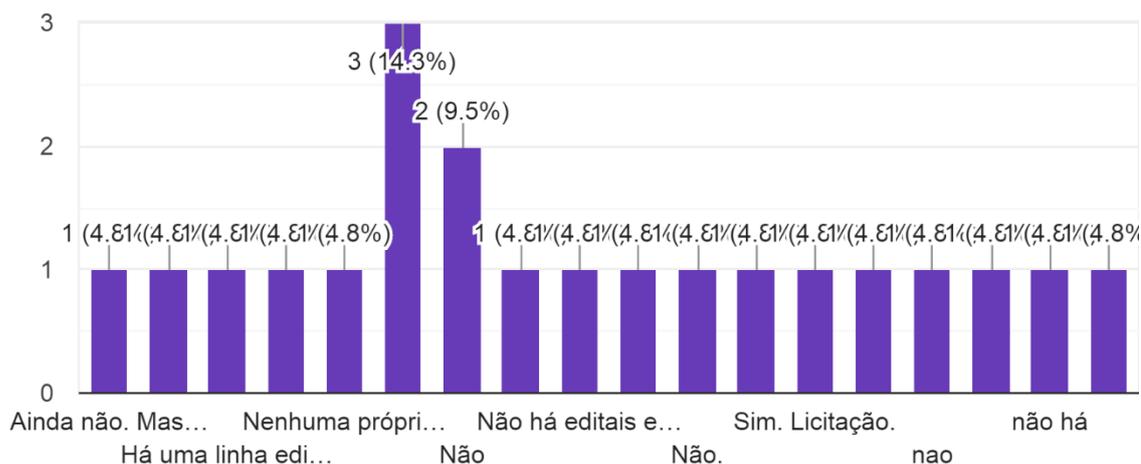
Agregam valor ao nosso catálogo por preencherem lacunas em determinadas áreas que não possuem textos consolidados e considerados clássicos no idioma português brasileiro.

A editora publica traduções principalmente nas áreas de antropologia, sociologia, geografia, filosofia, teoria literária e literatura.

Por praticarmos uma política de atender à academia e publicarmos em diversas áreas do conhecimento, damos atenção especiais às traduções. E sim, ajuda no prestígio e nas vendas.

3. Há políticas editoriais voltadas para traduções (editais, coleções específicas, programas de auxílio, etc.)? Quais?

21 responses



4. Quem traduz as obras? Há tradutores fixos lotados na editora ou um quadro de colaboradores frequentes? Como são escolhidos ou contratados?

21 responses

Os tradutores são free lances.

A empresa contratada é escolhida por licitação. Mas as traduções passam por revisão.

Para viabilizar as traduções, a Editora deverá lançar mão de parcerias com editoras congêneres ou de contratos terceirizados. Para tradução de resumos em língua inglesa e espanhola, a Editora conta com um quadro de colaboradores frequentes, constituído por professores de língua estrangeira da própria instituição.

Não há tradutores fixos lotados na editora. As obras são geralmente traduzidas pelos proponentes.

os sócios da editora fazem as traduções (inglês, francês e espanhol) por terem fluência nos idiomas

pela área de atuação

Há tradutores lotados na editora e tradutores freelancers. Como a editora publica livros de um tema específico, a contratação de tradutores passa pela familiaridade deles com esse tema.

São convidados de acordo com a área da publicação

São tradutores externos e não há um procedimento padrão para sua seleção/contratação.

Prestadores de serviço via NF ou RPA, escolhidos via testes.

São escolhidos pela direção da editora, por notoriedade no respectivo campo de atuação. Não há quadro de colaboradores fixos ou frequentes.

Existe um quadro de colaboradores externos, que são contratados conforme demanda e material a ser traduzido.

Existe um edital que rege as propostas de publicação e, dentro deste edital, há um anexo para as propostas de tradução. Geralmente quem traduz são professores universitários ou estudantes de nível superior. Algumas traduções são feitas por equipes de professores e estudantes.

não há

Fixos e colaboradores constantes

Não há um quadro de colaboradores frequentes. A editora recebe o original (com a tradução) do tradutor e o material é analisado pelo Conselho Editorial.

Não possuímos quadro fixo de colaboradores. No momento os tradutores são indicações da Direção ou chegam até nós com a tradução pronta querendo fazer parceria.

Os proponentes que submetem, normalmente professores vinculados à instituição. Não temos tradutores fixos, as contratações são esporádicas e passam depois por revisão técnica de tradução.

Não há tradutores fixos na editora. Nos últimos cinco anos (aproximadamente), os livros traduzidos são submetidos pelos próprios tradutores, na maioria das vezes professores e estudantes universitários que têm acesso ao texto em língua original e que gostariam de divulgá-lo para o público interessado na sua área de conhecimento.

A responsabilidade da tradução são dos professores. Discorremos sobre a revisão técnica por área e cabe aos proponentes. Temos revisores formados em línguas que fazem a revisão. Em casos especiais, dependendo de cada submissão, buscamos outros recursos e processos

5. Durante o processo de editoração das obras traduzidas existe a etapa de cotejo (confronto entre original e tradução)? Qual é o profissional responsável por ela?21

respones

Não sei.

Sim, eu, por exemplo. Sou tradutora de formação.

Esse trabalho é feito na editoração de livros. Após a preparação faz-se o cotejo da preparação com o original. O responsável, no caso das obras em língua portuguesa, é o revisor. Em tradução não poderia ser diferente. Nesse caso, deverá ser um revisor colaborador ou contratado. O importante é que não seja o mesmo profissional a fazer as duas atividades.

Sim, o cotejo faz parte da etapa de editoração e é comumente realizado pelos(as) revisores(as). Eu, particularmente, como tive longa experiência anterior como tradutor de livros, sou particularmente envolvido na revisão de obras traduzidas.

o próprio tradutor

eu

Sim. O preparador de originais ou copidesque.

Não. Só se o revisor de textos perceber algo errado no texto, há uma conferência com o original

Em geral, sim. Depende da obra, pode ser o revisor da tradução, revisor técnico ou o preparador.

Sim, outro tradutor faz o cotejo.

Em alguns casos. Quem realiza esse trabalho são revisoras de texto com formação em tradução.

Existe este processo, quem faz isto é o revisor técnico, terceiro contratado para comparar o original e a tradução, devendo apontar os ajustes necessários.

Sim, fazemos o cotejo. O responsável é o próprio revisor ou preparador da obra. não há

Sim. Um revisor.

Revisor.

Quando possível, sim. O profissional responsável são nossas revisoras no quadro que dominam algumas línguas e são tradutoras também.

Não, o proponente ou o próprio autor se responsabilizam por esta etapa.

Sim, existe a etapa de cotejo, mas o confronto é feito para se observar se o tradutor não pulou ou duplicou parágrafos. Quem coteja é o revisor. Na equipe de revisores temos conhecimento de inglês, espanhol e francês. Quando se trata da tradução de um desses idiomas, nós cotejamos com mais atenção alguns trechos específicos que em português ficaram ambíguos ou incompreensíveis.

Sim, na hora da revisão. Revisores formados na área e com experiência em revisão editorial.

6. As notas de rodapé são mantidas conforme a edição original? São inseridas notas do tradutor ou do editor? 19 responses

Sim.

As notas de rodapé originais são mantidas. Tentamos evitar notas do tradutor e do editor ao máximo. Na verdade, nunca vi nota do editor.

Geralmente as notas são mantidas conforme a edição original, com ajustes necessários aos nossos padrões. Quanto a inserções de notas do tradutor ou do editor, são feitas sempre que se considera necessário.

a tradução obedece fielmente o original. quando necessário, notas são colocadas sim para a primeira questão e para a segunda, apenas notas de tradução

Sim. As notificações do original estrangeiro são mantidas e, quando necessário, tradutores e o editor produz novas notas.

Depende da coerência ou do padrão editorial, ou ainda da característica da obra

Em geral, sim, podendo haver acréscimos e intervenções, sempre identificadas, de acordo com a necessidade da obra.

Sim. Notas do tradutor são mínimas, apenas para explicar certos termos e trocadilhos intraduzíveis.

Na maioria das vezes, as notas do original são mantidas e são inseridas notas adicionais do tradutor. Mais raramente, o/a tradutor/a opta por elaborar novas notas, com base no original. Apenas há notas de edição por sugestão das revisoras em situações mais relevantes, visto que não há uma pessoa que desempenhe a função de editor/a na editora.

As notas de rodapé são traduzidas e inseridas no material. Em casos especiais as notas originais são mantidas e logo abaixo são inseridas as traduções

São mantidas como no original. Inserimos notas do tradutor. Algumas vezes colocamos as notas do tradutor como notas de fim e mantemos as notas do original no rodapé.

As notas originais são mantidas e eventualmente são inseridas notas do tradutor ou do editor.

Sim para as duas perguntas.

Depende da edição. Algumas seguem conforme original, outras o original não entra no livro por não se adequar ao público brasileiro, então são adotadas as notas do tradutor apenas.

São inseridas notas do tradutor ou do editor, conforme a necessidade.

Normalmente sim, as notas se mantêm como no original. E sim, podem ser inseridas notas de tradutor e de editor.

São mantidas e, se necessário, na adequação do texto à realidade brasileira, são acrescentadas notas.

7. As referências são padronizadas conforme ABNT/normas da casa ou são mantidas conforme o original? 21 responses

Sim

Geralmente os tradutores contratados mexem nas referências. Então uma bibliotecária da casa faz a revisão das referências. Eu também ajudo a encontrar e padronizar os termos que devem ser traduzidos.

Em todas as publicações, as referências são padronizadas conforme ABNT.

A não ser que haja um motivo exposto para mantê-las conforme o original, as referências de nossas obras seguem as normas da ABNT.

seguimos o original

depende do autor do original. alguns autores não gostam que seja adaptado para as normas brasileiras

São adaptadas para a ABNT

Abnt

São padronizadas conforme o manual de estilo da editora.

Original.

Depende da obra. Há algum tempo, a tendência tem sido manter as referências como constam no original, principalmente se há notas ou referências cruzadas.

As referências são padronizadas conforme as normas ABNT, salvo alguma indicação explícita do autor ou manual de área, estilo configuração para materiais médicos.

São aplicadas as normas da ABNT adaptadas ao padrão da nossa editora, como nos destaques de títulos e na apresentação das notas de rodapé. Em alguns casos mantemos a formatação original.

abnt

ABNT.

Temos publicado o "Guia do autor" e seguimos a ABNT. Alguns autores/algumas obras (poucos) fogem à regra.

Depende da obra, porém quase todas são padronizadas conforme ABNT.

Em geral padronizamos pela ABNT, mas há casos que optamos por manter em APA ou conforme a norma adotada no original.

As referências são padronizadas conforme a ABNT, tal como prescreve o manual da editora.

Depende de cada projeto editorial, da área em tradução. Mas, na maioria dos casos a editora trabalha com a padronização da ABNT.

8. As citações em outras línguas estrangeiras costumam ser traduzidas? Se sim, o trecho original também é inserido? 21 responses

Sim, com inserção do texto original.

Costumam ser traduzidas. O trecho original não é inserido.

Sim, são traduzidas no corpo de texto e inserido o original em rodapé. Nesse caso, a Editora recorre a um colaborador.

Esse é um aspecto em que prevalecem as decisões tradutórias do tradutor/proponente. Não há uma orientação da editora nesse sentido.

sim

sim para a primeira questão e não para a segunda

Não me lembro de citações em língua estrangeira nos livros que revisei.

Pedimos ao autor a tradução

Idealmente são traduzidas, mas na prática não é uma norma seguida rigorosamente.

Depende da obra e da importância que a citação no original pode ter para o leitor.

Sim, e se já foi publicada, é citada a fonte. Original não é inserido.

Sim, todas as citações são traduzidas e o trecho correspondente no idioma de origem é mantido em nota.

As citações são traduzidas. Em determinados casos onde é um depoimento ou é indicado pelo autor para manter na língua original, nestes casos a citação é mantida e é inserida uma nota de rodapé com a tradução.

São traduzidas em sua maioria. Não inserimos o trecho original, a não ser que seja um estudo de tradução ou que se refira à tradução.

sim, os dois, original e traduzido pelo autor

São traduzidas sem inserção do original.

Normalmente costumam ser traduzidas. Nem sempre o autor mantém o trecho original em língua estrangeira.

Sim, costumam ser traduzidas. Caso o livro seja bilíngue a original também é inserida.

Sim, as traduções são feitas sempre e os trechos originais são sempre colocados em nota de rodapé, essa é a orientação padrão.

Sim, é padrão da editora que nenhuma citação fique sem sua tradução. Nós não inserimos trechos. O tradutor sim pode inserir trechos originais em nota de rodapé se desejar.

Sim, são traduzidos. Novamente, depende de cada original e área. Se for necessário, utilizamos o texto original em nota. Reforço - depende de cada projeto, pois, entendemos que as obras são únicas e diferem de outras.

9. Os elementos paratextuais são mantidos conforme constam no original? Há

costume de se inserir prefácio, posfácio ou nota do tradutor? 20 respostas

Sim.

Esses elementos são mantidos conforme o original.

Sim. Consideramos que os elementos paratextuais fazem parte da obra. Quanto à inserção de prefácio, posfácio ou notas, podem ser feitas a critério do tradutor e, eventualmente, do editor.

o txt é mantido o mais próximo do original. quando é o caso, coloca-se nota do tradutor/editor

sim para a primeira. não para a outra.

Sim, são mantidos os elementos paratextuais de acordo com o original. Algumas vezes os próprios autores produziram prefácios à edição brasileira. E já houve casos também em que o tradutor escreveu nota ou apresentação do livro.

Pedimos ao autor ou organizador, qdo não há

Novamente, não há uma regra seguida rigorosamente. Há bastante sensibilidade de acordo com as características próprias do título em questão e da necessidade de adaptação ou contextualização para o público brasileiro.

Exatamente como original, sem acréscimos.

Em geral, os elementos paratextuais são mantidos e, na maioria dos casos, adicionam-se um prefácio à edição brasileira e/ou uma nota ou introdução do/a tradutor/a.

Os elementos são mantidos conforme os originais.

Sim, esses textos são mantidos como no original. Inserimos notas de tradutores ou apresentações quando for o caso.

não há

Sim. Depende de cada obra.

Sim para as duas perguntas.

Sim, para ambas as perguntas.

Em geral inserimos um prefácio, mas não há uma regra, fazemos conforme a necessidade que sentimos.

Em geral sim, são mantidos os elementos paratextuais tal como no original. E, sim, os tradutores, em geral, propõem prefácios e posfácios à edição brasileira e notas de tradutor.

Na maioria dos casos, mantemos as informações do original no verso da folha-rostro. Quanto aos acréscimos, se necessário.

10. Quem decide a respeito dos itens 6 a 9? O tradutor, o editor ou há um consenso entre os dois? 20 responses

Consenso

Todos decidem, inclusive o bibliotecário. Mas confesso que faltam diretrizes em nossa editora acerca das traduções e versões. Há planos para discutirmos em reunião sobre os pontos controversos e criarmos uma espécie de manual de traduções.

Como já mencionei nas respostas acima, cabe geralmente ao tradutor decidir sobre esses aspectos, embora haja casos em que o editor recomenda a inserção de um ou mais dos elementos aludidos.

editor/tradutor

consenso entre ambos

O editor dá a palavra final, mas muitas vezes a produção desses itens é sugerida pelo tradutor e até pelo copidesque.

A equipe de revisores de textos da casa.

Embora varie bastante (temos exemplos dos dois casos) e eu não tenha um dado preciso, acredito que o editor acaba decidindo mais.

Principalmente a editora, porém considerando a opinião do tradutor.

Não há uma pessoa que desempenhe a função de editor/a. As decisões partem do/a tradutor/a e podem ser questionadas pelos pareceristas da obra ou pelo Conselho Editorial, quando da submissão. Depois disso, quando realiza a preparação de originais, a revisora responsável pode sugerir alterações relativas inclusive a esses itens mencionados.

Neste caso, existe um consenso entre as partes no momento da proposta para publicação e então após todo o processo de tradução a produção de inicia.

O editor, a partir do consentimento do tradutor.

não há

Editor.

Há um consenso entre os dois. Obs.: o revisor também costuma participar dessas questões.

Há um consenso entre os dois quando há algum impasse. Quando não, a decisão costuma ser do tradutor.

O editor

Há consenso. Normalmente acontece como relatei, mas o tradutor pode sentir necessidade, por uma ou outra razão, de fazer diferente na obra que traduziu, então ele pode negociar algumas questões com o editor.

Sempre em atenção as políticas da editora. Como afirmei, em alguns casos e dependendo do projeto editorial, poderá ocorrer acertos entre o tradutor e editor.

Mas, normalmente, é seguido o padrão editorial da editora, atendendo às requisições impostas nos contratos de direitos de tradução.